Órgão Central
do Partido Comunista
Português

# Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

**Semanário**

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 748
28 de Abril de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

## PARA PROSSEGUIR AS MANIFESTAÇÕES DO 25 DE ABRIL

# TODOS AO 1.º DE MAIO

*Também em Lisboa, tal como noutros pontos do país...*

*... milhares de pessoas participaram nas comemorações populares do 25 de Abril...*

*... que contaram com activa presença da juventude*

**Editorial** • Págs. 1, 2, 3 e 4 / **Semana** • **Agenda**

## REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

### • «Avante!» sai na sexta-feira

O Comité Central do PCP realizará uma reunião plenária nos próximos dias 4 e 5 de Maio com uma ordem de trabalhos que inclui três pontos: Situação política e tarefas do Partido, XII Congresso e questões de direcção.

O número do «Avante!» da próxima semana será distribuído na sexta-feira, dia 6, a fim de como habitualmente, poder publicar o documento ou documentos aprovados na reunião.

XII festa Avante!

## O primeiro projecto já está traçado!

Pág. 9 / **Semana**

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 748
28 de Abril de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

# Editorial

# Abril e Maio — a mesma luta

Raramente, desde os anos 76, as comemorações nacionais do 25 de Abril se terão revestido da grandiosidade e do significado profundo das que estamos a celebrar em 1988.

Raramente também se produziram num contexto político tão rico, tão variado e denso como o que envolveu as deste 14.º Aniversário do Dia da Liberdade.

Duas características essenciais desse contexto se evidenciaram de modo particular nas celebrações deste ano da vitória do patriótico movimento dos jovens Capitães:

*Uma*, o crescente isolamento do Governo Cavaco Silva/PSD, num deslocamento de forças sociais e políticas em pleno desenvolvimento e de imprevisível dimensão no tempo e no espaço a favor da democracia.

*Outra*, o alargamento da convergência, da unidade e da contestação popular e democrática contra a direita governante e o seu projecto restauracionista.

Em dois planos essas características essenciais se afirmaram:

*No plano institucional*, designadamente no cenário do órgão de soberania mais representativo do pluralismo democrático do regime saído do 25 de Abril — a Assembleia da República — uma rude batalha política está em curso no enfrentamento da contra-revolução legislativa que o Governo de Cavaco se propõe a efectivar até ao fim deste primeiro semestre da actual legislatura.

*No plano da luta de massas*, um potente movimento de vasto conteúdo social — no âmago do qual a classe operária desempenha um primordial papel, mas em que classes, camadas e sectores sociais muito diversos participam de maneira activa — se intensifica em torno de sentidas reivindicações imediatas e em defesa de direitos, liberdades e garantias sociais elementares perigosamente ameaçados pela ofensiva cavaquista.

É um vasto e combativo movimento que se processa sob formas diversas em greves, paralisações, desfiles, concentrações, vigílias de massas, algumas de grande originalidade, coroadas pela Greve Geral de 28 de Março sem paralelo no movimento operário português das últimas sete décadas.

Claro que Cavaco Silva, os seus ministros, deputados e sequazes, em sintonia com a voz do chefe e a sua incomensurável miopia, «não vêem» nada disto.

O Primeiro-Ministro nem viu a Greve Geral. Para ele, para Peneda e Capucho não foi «geral» nem sequer «parcial» mas «parcialíssima»...

Agora em relação à grande consagração nacional do 25 de Abril, incapaz de compreender-lhe o sentido político profundo e actual, no decurso de uma digressão propagandística de 3 dias pelo distrito de Coimbra à frente de numerosa embaixada de ministros e secretários de Estado, numa despeitada e rançosa imitação da «Presidência Aberta» de Mário Soares, o Primeiro-Ministro referiu-se-lhe como puras manifestações de «folclore político»...

Pela mesma clave e pela mesma manifestação de cegueira política e mistificação das realidades afinaram alguns «comentadores» do 25 de Abril como os Cáceres Monteiro, Júdice e outros.

Para o director-adjunto de «O Jornal», o 25 de Abril foi um «passadismo», um acto saudosista só festejado por velhos sem a participação e o interesse da juventude.

Esta caricatura da realidade só teve correspondência no inqualificável comportamento e intervenção do PSD nas comemorações habitualmente de grande e devida solenidade do 25 de Abril na Assembleia da República.

Nesse órgão de soberania e na evocação do acto patriótico e revolucionário que restituiu aos portugueses a liberdade e a democracia, suprimidas pelo 28 de Maio de 1926, o grupo parlamentar do PSD, sob o olhar aprovador do Governo e do Primeiro-Ministro, fez exibição da sua intolerância e antidemocratismo, deformou grosseiramente a natureza libertadora, sempre viva e actual, do 25 de Abril.

Para uns, como o chefe do grupo parlamentar do PSD, Correia Afonso, o 25 de Abril é como algo já encerrado na História — «foi já cumprido»! Para outros «já pertence ao passado»...

Entretanto as celebrações do 14.º Aniversário da Revolução de Abril, a sua impressionante pujança popular, a participação massiva dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos democratas de todas as tendências, a sua vastidão nacional e força de massas, com natural realce para Lisboa e Porto, a variedade política, social e cultural das suas manifestações deram ao 25 de Abril de 1988 num significado iniludível: o povo português quer e exige que o 25 de Abril continue! Esta é a sua vontade patriótica.

No momento em que desperta com um tão impetuoso «élan» a consciência dos graves perigos que ameaçam o regime democrático português a curto prazo, é de importância transcendente recolher a mensagem viva e actual do 25 de Abril, é imperioso defender com determinação as suas grandes conquistas democráticas.

A ampla unidade e participação dos portugueses nas celebrações nacionais do 25 de Abril abrem possibilidades inusitadas para uma grande aglutinação de forças na contenção da ofensiva restauracionista da direita protagonizada por Cavaco Silva e o seu Governo.

O 25 de Abril de 1988 foi a prodigiosa expressão política de uma terminante resposta social de massas dada ao longo dos últimos 3 meses à política e ao projecto de restauração dos monopólios do Governo cavaquista.

Condições excepcionalmente favoráveis se criaram para o prosseguimento de uma batalha decisiva contra a direita restauracionista.

Uma gama muito vasta de estudos, propostas, realizações — do movimento popular nas suas expressões mais diversas, do Poder Local democrático, de organizações sociais e culturais — veio a lume neste 14.º Aniversário da Revolução de Abril. A vitalidade de Abril é inesgotável.

De todas estas dispersas contribuições é agora imperioso chegar a conclusões unificadoras, fazer a necessária síntese que permita rasgar caminhos novos para uma exigente mudança de direcção e orientação na vida nacional.

Novas condições se abriram para o aprofundamento do diálogo, da convergência e da acção comum entre democratas. Entravar a contra-revolução legislativa, impedir a revisão subversiva da Constituição, manter abertos os caminhos de Abril é um dever indeclinável das forças democráticas.

Uma errada percepção das determinantes do momento actual poderia conduzir não ao enfraquecimento, mas a um novo fôlego do Governo cavaquista, não à aproximação de uma alternativa democrática viável, mas à consolidação do domínio da direita.

Uma errada visão dos «consensos» no momento em que se acentua o isolamento do cavaquismo poderia amarrar a um carro de derrota forças indispensáveis a uma mudança democrática.

Mesmo tendo pela frente a maioria parlamentar do Governo do PSD a experiência demonstra que é possível travar com êxito a luta contra o pacote laboral, o pacote agrário, o pacote das privatizações, o pacote das leis eleitorais antidemocráticas, os pacotes reaccionários da saúde, do ensino e principalmente que é possível impedir a revisão subversiva da Constituição.

**O povo português tem o direito de esperar dos socialistas — que ao lado dos comunistas e dos democratas de todas as tendências ombrearam agora nas celebrações do 25 de Abril — uma atitude consequente nos importantes dias que vão seguir-se.**

**Todos os democratas têm no 25 de Abril de 1988 bastos motivos de reflexão.**

**Há nas diversas intervenções e apreciações políticas das celebrações de Abril um toque a rebate. É positivo mas não basta. Nenhuma força e nenhuma possibilidade se deve deixar perder.**

**Os Capitães de Abril têm ainda um papel de primeiro plano na conjuntura presente. A sua acção apartidária é um elemento de reforço da democracia. Instituições como a Associação 25 de Abril têm um papel insubstituível no contexto das forças democráticas.**

**Os partidos são imprescindíveis componentes do regime democrático mas todos os espaços de diálogo e de convergência apartidários devem ser preservados e consolidados.**

**O cavaquismo que reivindica uma imediata subsistência de quatro anos como força de poder está a perder legitimidade e a colocar como imperativo democrático a necessidade do fim do seu reinado.**

**O desenvolvimento de todos os processos de luta para uma mudança democrática é uma exigência da hora actual.**

**É neste quadro de exigências, de possibilidades e perspectivas que vai inserir-se o 1.º de Maio dos trabalhadores.**

**A unidade da classe operária, dos trabalhadores comunistas, socialistas, de outras formações partidárias ou sem partido é o esteio fundamental para uma decisiva resposta de massas à política da direita restauracionista.**

**As grandes lutas sociais dos últimos meses, a Greve Geral de 28 de Março, a concentração do dia 14 frente à Assembleia da República, a extraordinária força política das comemorações do 25 de Abril criaram condições para uma potente celebração do Dia Internacional dos Trabalhadores, de um Primeiro de Maio que desde os dias radiosos de Abril de 74 tem andado estreitamente associado ao nascimento e maturidade do regime democrático de novo tipo instaurado há 14 anos em Portugal.**

**Como uma só voz, no domingo, pelo País inteiro um clamor uníssono saia dos peitos dos trabalhadores.**

**Viva o 1.º de Maio!**
**Viva o 25 de Abril!**
**Viva Portugal democrático!**

# Resumo

## 20
**Quarta-feira**

O Benfica ganha a segunda "mão" das meias-finais da Taça dos Campeões Europeus, no desafio que o opõe ao Steaua, no Estádio da Luz, com a presença de 120 mil pessoas ■ O PSD inviabiliza na Assembleia da República um inquérito parlamentar sobre as eventuais anomalias nas colheitas de sangue. A proposta de inquérito, da autoria do PCP, teve o apoio de todos os partidos da oposição ■ Uma delegação da CGTP/IN protesta junto da Assembleia da República contra comportamentos do Governo que considera discriminatórios e lesivos dos direitos constitucionais daquela central sindical ■ A greve regional dos médicos em Faro e Braga regista elevada adesão – 93 por cento no Algarve, 90,8 no distrito minhoto ■ Ciriaco de Mita, novo primeiro-ministro italiano, apresenta no parlamento o programa do seu executivo ■ Vai a enterrar nos arredores de Damasco o dirigente palestiniano assassinado, Abu Jihad ■ O candidato democrata Dukakis vence as primárias em Nova Iorque, a contar para a nomeação das presidenciais dos Estados Unidos ■ O terroristas que sequestraram reféns num boeing do Koweit, libertam os últimos prisioneiros em Argel e obtêm salvo-conduto para seguirem para o Líbano ou Irão.

## 21
**Quinta-feira**

Os moradores de Lisboa deixam de estar obrigados a pagamento de tarifa de saneamento, por acórdão do Tribunal Constitucional que considera inconstitucional a deliberação aprovada pela Câmara com a contestação da CDU ■ É encontrado perto da Malveira da Serra um cadáver que se supõe ser o de Evo Fernandes, antigo secretário-geral dos bandidos da Renamo. O corpo apresenta marca de ter sido baleado ■ Iniciam-se as anunciadas demolições de casas clandestinas construídas na Fonte da Telha ■ O Presidente da República, Mário Soares, faz-se fotografar junto ao muro de Berlim, durante a sua visita à RFA ■ O jornalista e escritor Baptista-Bastos obtém o prémio de ficção do Pen Clube, com o seu livro «A Colina de Cristal» ■ Inicia-se em Moscovo nova sessão de conversações entre os responsáveis pelas políticas externas da URSS e dos EUA, para a preparação da próxima cimeira ■ O secretário-geral da NATO, Carrington, anula a sua visita oficial à Dinamarca, na sequência da aprovação, pelo parlamento daquele país, de uma lei que proíbe o estacionamento e trânsito de armas nucleares no território ■ Embaixador de Angola na ONU desmente declarações de Savimbi segundo as quais teria havido reuniões secretas entre a Unita e o governo angolano.

## 22
**Sexta-feira**

Cerca de quarenta alunos da escola secundária de S. Miguel, Guarda, são conduzidos ao hospital com sintomas de intoxicação ■ Polícia Judiciária emite nota pedindo referências sobre dois suspeitos de envolvimento na morte de Evo Fernandes, procurando Alexandre Chagas e Joaquim Messias, admitindo-se que na origem do crime estejam negócios com o assassinado ■ Grupo parlamentar do PCP apresenta na Mesa da AR um recurso contra a admissão da proposta de lei sobre a alteração da Delimitação de Sectores ■ Na sequência do recuo do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Krus Abecasis, que aceitou reivindicações dos operários, os trabalhadores das oficinas da CML suspendem a greve que decorria desde o dia 12 do corrente ■ Os trabalhadores da Função Pública efectuam greve nacional, exigindo introdução de alterações à carreira profissional ■ O vice-ministro soviético Iuri Semionov afirma em Moscovo que a situação em Tchernobyl e nas áreas circundantes é hoje «absolutamente normal», após as medidas tomadas para a eliminação das consequências do acidente.

## 23
**Sábado**

Cavaco Silva passa o sábado em visita ao distrito de Coimbra, onde afirma que a democracia «dispensa o folclore político» e anuncia «plano a médio prazo para todos os sectores da vida nacional» ■ Em Marco de Canaveses, Freitas do Amaral acusa o Governo de «praticar cilentelismo desenfreado» e a RTP de «manipulação abusiva» ■ Mário Soares termina visita à RFA, afirmando: «Alemães apostaram na democracia e em mim e estão satisfeitos por terem ganho» ■ O último dia da campanha eleitoral para a presidência da República, em França, é marcado pela violência ocorrida na Nova Caledónia ■ Explosão de carro armadilhado provoca a morte de cinquenta pessoas em Tripoli, no Líbano.

## 24
**Domingo**

Em todo o País o 25 de Abril começa a ser festejado na véspera. Mais de 750 iniciativas estão organizadas só no distrito de Lisboa e a noite é já uma festa ■ Agricultores e feirantes cortam durante meia hora o trânsito da Estrada Nacional 1, na Benedita, reivindicando a abertura total do mercado local ■ Termina nos Açores o congresso local do PSD, com ataques ao ministro da República ■ Yasser Arafat visita pela primeira vez a Síria depois de 1983 ■ A Argélia rejeita tentativas de alguns países para descreditar a sua mediação no caso do avião sequestrado ■ A primeira volta das eleições presidenciais francesas termina com Mitterrand à frente. O actual presidente disputará com Chirac a segunda volta, registando-se subida espectacular do fascista Le Pen.

## 25
**Segunda-feira**

O 25 de Abril faz 14 anos. Festas em todo o País. Em Lisboa, um grandioso desfile e concentração no Rossio. Tomam a palavra representantes dos partidos democráticos — PS, ID, Verdes e outros. Pelo PCP toma a palavra Domingos Abrantes. Fala também o militar de Abril Vasco Lourenço ■ Na Assembleia da República o 25 de Abril é comemorado, com a presença do Presidente da República. O único discurso a destoar é o do representante do PSD. Pelo PCP toma a palavra o vice-presidente da AR, José Manuel Maia ■ A CDU vence eleições em duas freguesias do concelho de Ferreira do Alentejo ■ PS anuncia a intenção de convidar todos os partidos para análise da questão da revisão constitucional ■ No Afeganistão, o 10.º aniversário da revolução é assinalado pelo presidente Najib que propõe a criação de zonas desmilitarizadas ao longo da fronteira com o Paquistão ■ Em Jerusalém, o antigo «carcereiro de Treblinka», Demjanjuk, é condenado à morte por tribunal israelita ■ O comandante-chefe da Armada Soviética propõe a redução da forças navais da URSS e dos EUA no Mediterrâneo.

## 26
**Terça-feira**

Cerca de 850 compartes, membros dos secretariados e dos conselhos directivos dos baldios de Aveiro, Braga, Coimbra, Trás-os-Montes e Alto Douro e Viseu, deslocam-se à Assembleia da República, em defesa da administração democrática dos baldios. A votação na Assembleia da República é adiada ■ Viktor Karpov, chefe do Departamento para os Assuntos do Desarmamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros esteve em Lisboa, onde nomeadamente teve um encontro com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ■ Reagan prorroga sanções económicas contra a Nicarágua por mais um ano ■ O Supremo Tribunal dos Estados Unidos decide rever a lei que reconhece aos negros os mesmos direitos dos brancos em empregos privados e outras actividades ■ Etiópia e Somália acordam na retirada das suas tropas para uma distância de 15 quilómetros da fronteira comum, conforme o estipulado no acordo de paz assinado pelos dois países em 3 de Abril.


Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

**PROPRIEDADE:** *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

**ADMINISTRAÇÃO:** Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO:** *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

**Casa da Venda em Lisboa:** Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

**Centro Distribuidor de Évora:** Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

**Centro Distribuidor de Faro:** Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

**Delegação do Norte** Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

**Centro Distribuidor de Coimbra:** Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

**ASSINATURAS:** Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

**EXPEDIÇÃO:** R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

**PUBLICIDADE CENTRAL:** Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
*Porto* – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

**Composto e Impresso na Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

**Tiragem do mês de Março: 27 570 exemplares**

# Semana

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 748
28 de Abril de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente


# Defender Abril e a democracia

## Objectivo afirmado a muitas vozes por todo o País

Neste 14.º aniversário da revolução de Abril – comemorado como verdadeira festa popular em todo o País – sobressaiu a convergência de democratas, representando um amplo leque de organizações, opiniões e tendências, quanto à imperiosa necessidade de defender os ideais de Abril e o regime democrático, postos em causa por uma política cujo verdadeiro carácter se torna cada vez mais claro, mesmo por entre as nuvens da discriminação, da mentira e da demagogia governamentais.

O tenente-coronel Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, fez questão de salientar, na intervenção que encerrou o comício em Lisboa, que «a prática democrática não pode ser encarada como se de perder tempo se tratasse. Queremos que exista democracia. Mas queremos, sobretudo, que se pratique democracia»; apelou ainda a que a Assembleia da República «saiba evitar que os adversários de Abril consigam despojar a Constituição das normas que a tornam, ainda, o principal instrumento da defesa dos valores de Abril».

A primeira intervenção no Rossio foi de Luísa Irene Dias Amado, independente, que chamou a atenção para o facto de a democracia não se poder limitar à «simples observância dos mecanismos democráticos» e sublinhou que «se a democracia é o governo do povo e para o povo, não podemos esquecer que a sua sobrevivência está nas nossas mãos, constrói-se e destrói-se todos os dias».

António Reis, do Partido Socialista, manifestando-se confiante em que «felizmente a democracia tem virtualidades que não se esgotam no mecânico funcionamento da imposição duma vontade maioritária», lembrou que, para além das diferentes opções, «une-nos hoje aqui uma memória comum e uma preocupação comum», referindo-se à memória da opressão e da luta contra a ditadura, «mas também a preocupação face aos crescentes sinais de reimplantação de uma mentalidade autoritária e de um clima de intimidação».

Carlos Crujeira, do Partido Renovador Democrático, manifestou «o mais vivo repúdio» face a quaisquer tentativas de descaracterização do regime democrático e sublinhou que «a revisão da Constituição tem que ser feita para potenciar a concretização dos ideais de Abril e não para os liquidar».

Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP (de cuja intervenção publicamos alguns extractos na página 2 deste caderno), afirmou que «a hora é de acção» para todos os democratas, depois de lembrar que «ao comemorarmos o 25 de Abril devemos igualmente pôr os olhos no futuro, preocuparmo-nos com a busca dos caminhos e dos entendimentos necessários a uma mudança de política capaz de assegurar aos jovens o direito ao estudo e ao emprego, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o combate ao desemprego, o alargamento dos benefícios sociais (saúde, habitação, educação, segurança social), uma agricultura e uma indústria desenvolvidas e uma real política de independência nacional».

A defesa dos ideais que inspiraram o 25 de Abril e a unidade necessária dos democratas estiveram igualmente presentes nas saudações lidas no comício do Rossio por Eduardo Pires (PCR), José Manuel Tengarrinha (MDP), Francisco Louçã (PSR), Mário Tomé (UDP), Blasco Hugo Fernandes (ID) e Maria Santos («Os Verdes»), bem como nas inúmeras iniciativas que assinalaram em todo o País o 14.º aniversário da revolução de 1974.

***As comemorações populares*** *trouxeram para as ruas de Portugal militares de Abril, comunistas, socialistas, renovadores, democratas de outros partidos ou sem filiação partidária, unidos na defesa dos ideais que inspiraram a Revolução de 1974.*

***Nasceram no país de Abril,*** *amam a vida e a liberdade, crescem irreverentes, o futuro é todo deles e mostraram-no na festa de anos da Revolução.*

***Os democratas que assinaram o apelo*** *à participação nas comemorações populares desfilaram na Avenida da Liberdade em defesa de Abril e da democracia.*


**Capitalismo e socialismo:**
**Uma vista de olhos sobre o amanhã**

*Diálogo entre dois economistas:*
*Um americano, John Kenneth Galbraith e outro soviético, Stanislav Menshikov.*

*no número 163*

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

À VENDA

*À venda*
*Preço 70$00*

# a Talhe deFOICE

## O discurso

No 14.º aniversário da Revolução de Abril o grupo parlamentar do PSD pronunciou na Assembleia da República um discurso que, apresentado embora como de saudação e regozijo, é na verdade um encapotado toque de finados pelo 25 de Abril.

No dito cujo se diz por 7 (sete) vezes que o 25 de Abril **está cumprido**.

Porque agora temos todos muita liberdade, democracia e esperança.
Porque já não há privilégios.
Porque vivemos no primado do bem comum.

Tudo isto está escrito e foi dito publicamente. Pelo que, de uma vez por todas, o 25 de Abril está cumprido.
Assim como quem diz, morto e enterrado.

Assim como quem diz, foi muito bonito, já fizeram o gosto ao dedo, agora acabou-se, vão para casa descansados, que nós arcamos com a responsabilidade de tratar do vosso futuro.
Assim como quem diz, já chega.
A lógica é elementar.

Para o PSD a paricipação popular reduz-se na ida às urnas. E depois de 19 de Julho até mesmo essa se pode dispensar.

O que é preciso agora, que o 25 de Abril está cumprido, é pensar no futuro.

E o futuro para o PSD (está escrito no discurso feito na AR) é «pôr termo à estatização e colectivismo», é «libertar a sociedade civil», é «privatizar», é «valorizar a terra», é «flexibilizar o mundo laboral», é «rever a Constituição».
Ou seja, é liquidar o 25 de Abril.

Por isso mesmo é que o PSD nos quer convencer a todos de que o 25 de Abril está cumprido, cumprindo-nos agora a todos deixar o Governo governar a seu bel-prazer.

Para liquidar a Constituição que o 25 de Abril tornou possível.

Para devolver ao sector privado o poder perdido com as nacionalizações.

Para refazer os grandes monopólios e latifúndios que a Revolução desfez.

Para devolver ao patronato a liberdade de despedir e explorar os trabalhadores.

Para disciplinar o uso da liberdade. Para concidionar a democracia.

E diz o PSD no seu discurso que «deixou de ter sentido a bandeira do antifascismo»!

Mas afinal, em que difere o seu projecto de futuro da realidade vivida antes do 25 de Abril? À excepção da guerra colonial e da repressão política, nem à lupa se vislumbra a diferença. Há, é verdade, a integração na CEE. Mas os tempos são outros e o «orgulhosamente só» de Salazar seria hoje um absurdo.

Fora isso, a paródia da democracia burguesa comporta quase tudo.

Até a liberdade de dar voz aos que querem liquidar a democracia. Na democrática França, os neo-nazis pedem publicamente o sangue dos emigrantes; na democrática RFA, os comunistas estão sujeitos a interdições profissionais; na democrática Grã-Bretanha, os desempregados têm o direito de morrer de fome. Exemplos não faltam.

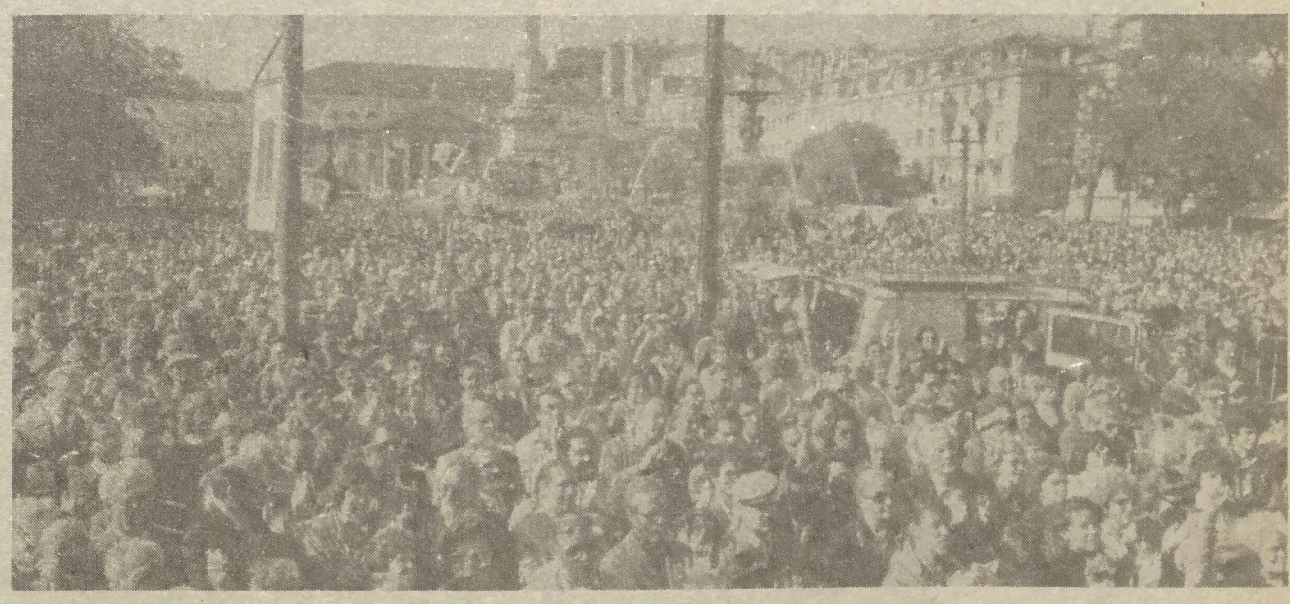
Por isso é que o PSD foi dizer na AR que o 25 de Abril «foi um momento grande de todo o povo português e não apenas de alguns».

Porque os momentos são efémeros e porque os fascistas de ontem são hoje muito democratas.
Nas ruas, por todo o País, a mensagem do PSD não caiu em saco roto.

Mesmo sem ter ouvido o discurso, o povo gritou bem alto na rua, lembrando o poeta:
«Somos muitos, muitos mil, para defender Abril».

■ **A.F.**

**PCP**



## *Domingos Abrantes:*

# Abril é plataforma segura para o entendimento dos democratas

(...)

«Ao comemorarmos o 25 de Abril, data que abriu ao nosso povo os caminhos da liberdade, as massas populares, as forças democráticas e patrióticas, prestam a justa homenagem aos militares de Abril e a todos quantos, pela sua luta corajosa e abnegada, rasgaram para os portugueses e para Portugal as vias para uma vida de paz e progresso social.

Catorze anos nos separam dessa data gloriosa que foi o 25 de Abril. É um período muito curto, mas que modificou profundamente o nosso viver colectivo. Nesse período, muitas esperanças foram sufocadas, importantes objectivos e conquistas do 25 de Abril foram atacados por violentas ofensivas e o nosso povo tem sido obrigado a travar grandes batalhas em defesa do regime democrático nascido da Revolução. Mas as forças que estão contra Abril não conseguiram matar o profundo amor do povo aos grandes ideais da democracia. E a prová-lo estão o empenho posto na luta, a extensão e adesão populares a estas comemorações.

Estamos hoje aqui unidos na alegria de comemorarmos o 25 de Abril. Mas estamos também conscientes que esta alegria é toldada pelos ataques que contra o 25 de Abril continuam a desencadear-se e pelas ameaças que se multiplicam contra as suas conquistas e contra o próprio regime democrático.

O Governo PSD/Cavaco Silva, utilizando a maioria alcançada em 19 de Julho e as alavancas do Poder, desencadeou uma ofensiva que não pode ser subestimada e que deve ser encarada com toda a responsabilidade pelas forças democráticas.

Com a política dos pacotes (laboral, agrícola, fiscal, eleitoral, etc.), o Governo PSD/Cavaco Silva desfere violentos golpes nas conquistas democráticas, condiciona e antecipa, na prática, de forma ilegal, a revisão da Constituição.»

(...)

«Com os já anunciados projectos de revisão da legislação eleitoral, Cavaco Silva e a sua maioria querem desvirtuar o sistema eleitoral, procurando precaver-se contra a inevitável perda de apoio eleitoral.»

(...)

«A política deste Governo atinge os interesses de praticamente todos os sectores não ligados ao grande capital.

Em vez das promessas eleitorais de modernização do País, de criação de riqueza, de postos de trabalho e de maior bem-estar, destrói-se o aparelho produtivo, elaboram-se leis para despedir, degradam-se os serviços de saúde, o ensino e a segurança social. As chagas do trabalho infantil e dos salários em atraso continuam a proliferar.

Decorridos 10 meses sobre as eleições de 19 de Julho, está provada a incapacidade do Governo para resolver os grandes problemas nacionais, como está provado também quanto eram ilusórias as promessas de desenvolvimento e de estabilidade social.

A vasta movimentação de protesto e luta dos trabalhadores, dos médicos, dos jovens, dos agricultores — da qual avulta, pela sua dimensão, combatividade e unidade, a greve geral de 28 de Março — confirma o crescente repúdio por parte de diferentes sectores sociais pela política do Governo PSD.

A luta e a unidade dos trabalhadores e de outras camadas sociais e de importantes sectores democráticos mostra que existem forças capazes de conjurar os perigos e derrotar aqueles que desejam o regresso ao passado de opressão e obscurantismo.

É por isso que, ao comemorarmos o 25 de Abril, devemos igualmente pôr os olhos no futuro, preocuparmo-nos com a busca dos caminhos e dos entendimentos necessários a uma mudança de política capaz de assegurar aos jovens o direito ao estudo e ao emprego, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o combate ao desemprego, o alargamento dos benefícios sociais (saúde, habitação, educação, segurança social), uma agricultura e uma indústria desenvolvidas, uma real política de independência nacional.

Tal é o Portugal que a Revolução de Abril tinha inscrito nas suas bandeiras, o Portugal que acabará por triunfar com a luta do nosso povo.

A hora é de acção, de entendimento e convergência entre os democratas e patriotas, entre todos os que amam as liberdades e querem que os ideais do 25 de Abril floresçam.

Passados 14 anos, conhecidos que são os avanços das forças reaccionárias, vendo desenvolver-se à luz do dia novos ataques ao regime consagrado na Constituição, é difícil compreender que em partidos e sectores democráticos persista a incapacidade de extrair as lições do desenrolar da vida política nacional e se mantenha o erro histórico de rejeitar o entendimento no campo democrático e, ao mesmo tempo, alimentar projectos de cooperação com a direita em questões vitais para a defesa da própria democracia.

É importante a unidade dos democratas de que damos provas nestas comemorações do 25 de Abril. Mas temos de confessar que não é bastante e que precisa se alargar muito mais para ser fecunda, porque a unidade é de facto para os democratas um valor essencial.

(...)

«Concluo estas minhas palavras afirmando-vos que no entender do Partido Comunista Português os democratas portugueses têm nos grandes valores de Abril uma plataforma segura para o entendimento e a cooperação.

Afirmando-vos ainda que o Partido Comunista Português está pronto a prosseguir e a aprofundar este exemplo de unidade nas duras batalhas a travar em defesa das liberdades, da justiça e do progresso social, da democracia e da Constituição.»

**Trabalhadores**

# Lisboa

Com o grande desfile que partiu do Marquês de Pombal e o comício realizado no Rossio, Lisboa viveu na passada segunda-feira uma das maiores jornadas, nos anos mais recentes, de unidade dos democratas em torno dos ideais de Abril e pela defesa da democracia. Mas para a maioria dos que ali estiveram a festa dos 14 anos da revolução já tinha começado na noite anterior, ou ainda antes.

Com programas mais ou menos ambiciosos, mas sempre apontando para a participação popular, autarquias, colectividades, sindicatos e outras estruturas levaram a cabo em todo o distrito iniciativas culturais, desportivas, políticas, recreativas no âmbito das comemorações do 14.º aniversário do 25 de Abril.

Na sexta-feira um grupo de jovens — socialistas, comunistas, do PRD, «Os Verdes», de outros partidos ou sem partido — realizaram uma festa na Escola Superior de Belas-Artes, na sequência de um apelo à participação da juventude nas comemorações.

O dia 25 de Abril começou com fogo-de-artifício na Praça da Figueira, primeiro, e, depois, lá do alto do Castelo de S. Jorge. Foi iniciativa da CDU, que montou no coração de Lisboa um palco por onde passaram Paulo de Carvalho, os «Doutores e Engenheiros» e Jorge Palma; isto no dia 24 à noite, porque de tarde estiveram lá grupos amadores de escolas secundárias. E muita gente, gente nova e gente que é nova há mais tempo, num ambiente a lembrar um arraial popular, com todo o *folclore* que está associado.

O desfile de dia 25 arrancou do Marquês de Pombal pouco depois das 15 horas, com um *chaimite* a abrir caminho pela Avenida da Liberdade, carregado de crianças, cravos e memórias do nosso presente, avançando ao som da «Grândola, Vila Morena». Uma multidão crescia lá atrás, insistindo que o 25 de Abril é sempre e que o fascismo não vai voltar jamais, recordando que o povo nunca será vencido se estiver unido, afirmando que somos muitos, muitos mil para defender Abril.

Na multidão que inundou a avenida durante duas horas distinguiam-se caras conhecidas, umas de dirigentes políticos ou sindicalistas, outras de antifascistas que abriram a pulso os caminhos por onde Abril entrou há 14 anos; caras conhecidas dos capitães do MFA; caras conhecidas de artistas, escritores, actores queridos do povo; caras conhecidas como aquela do camarada da INDEP ou da Cometna, olha ali o Francisco Miguel e a malta que sobreviveu no Tarrafal.

Mas, mesmo para quem tem muitos amigos, a multidão que desfilou pela Avenida da Liberdade era feita, sobretudo, de caras anónimas, homens e mulheres, com fatos domingueiros ou fatos de treino, mãos muito ou pouco calejadas, cabelos mais ou menos fartos, mais ou menos penteados, ranchos folclóricos, delegações de empresas onde os trabalhadores enfrentam sérias dificuldades... Caras anónimas, com um traço, pelo menos, de comum: o Abril português que defendemos e queremos prosseguir.

Ah! E caras bonitas dos moços e moças que nasceram e cresceram já no Portugal democrático que é muito deles e que defendem todos os dias. Caras bonitas e alegres, porque a vida é uma festa quando a tomamos nas mãos e sabemos que vamos pelo caminho certo.

O desfile chegou ao Rossio já por volta das cinco e meia; o comício terminava pouco depois.

A luta pela democracia e por Abril, essa continua. Não deixaremos que se fechem as portas abertas pelos *chaimites* do 25 de Abril.

***Durante mais de duas horas*** *uma multidão encheu a Avenida da Liberdade, inundando o coração de Lisboa com os cravos da festa de Abril e a vontade firme de continuar a lutar.*

***Pela primeira vez em grupo*** *marcaram presença nas comemorações do 25 de Abril democratas que conheceram do lado de lá das grades as prisões do fascismo.*

***É festa, sim senhor!*** *Abril é do povo, recorda-se com alegria e comemora-se com festa popular, pois claro!*

***A liberdade*** *é um bem maior a defender. A ofensiva contra as outras conquistas de Abril avança sempre a par da restrição das liberdades e direitos individuais e colectivos dos portugueses.*

***Muitos jovens*** *participaram na festa popular com que a CDU marcou a noite de 24 para 25 de Abril na Praça da Figueira.*

***Os problemas dos trabalhadores e do País*** *são o resultado da política de direita, que fechou as portas do progresso e do desenvolvimento abertas com o 25 de Abril.*

Trabalhadores

# A festa do poder local

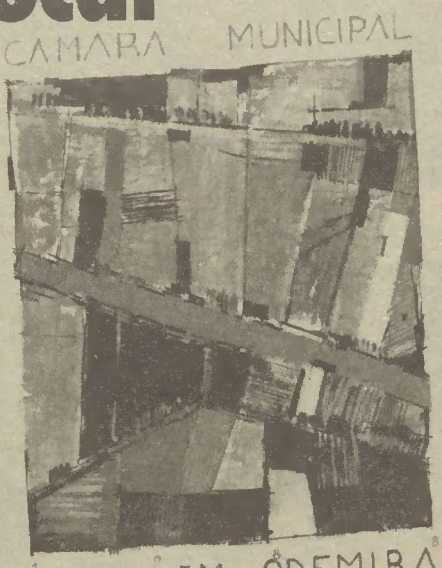
Nos 14 anos passados desde o derrube do fascismo transformou-se profundamente a vida das populações, sobretudo no interior, onde o atraso e as dificuldades eram maiores.

Para muitos portugueses e portuguesas o 25 de Abril trouxe a possibilidade de, com o apoio e o empenhamento dos moradores, abrir estradas, alargar as zonas electrificadas, garantir o fornecimento de águas, instalar esgotos.

A vontade das populações levou a que o Poder Local democrático ficasse consagrado como uma das pedras fundamentais da democracia portuguesa, uma das conquistas mais importantes da revolução de Abril.

Nas comemorações deste 14.º aniversário da Revolução dos Cravos tiveram um papel muito destacado as câmaras municipais e as juntas de freguesia de todo o País. Durante todo o mês de Abril nuns casos, durante uma ou duas semanas noutros, os órgãos autárquicos dinamizaram um grande conjunto de iniciativas mobilizando milhares de pessoas que, independentemente das convicções diferentes que possam perfilhar, sabem pela sua experiência e sentem na sua vida que a democracia é um bem a defender.

A festa de Abril, com um carácter profundamente popular, foi também a festa do Poder Local.



# Porto

«Mais uma vez comemoramos uma data, mais uma vez reafirmamos uma esperança e mais uma vez renovamos uma vontade: 25 de Abril sempre!» Palavras proferidas em nome da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril no Porto, sintetizam o sentir da multidão que acorreu à baixa portuense durante dois dias, uma Festa que é já de todos.

A presença da juventude foi marcante. E a ela coube iniciar, no dia 24 à tarde, com música e alegria, mais um ano de liberdade. «Abril Jovem» foi o nome merecido para o espectáculo organizado por estruturas juvenis de base local e estudantil. À noite, foi a Passagem de Ano da Liberdade. As bandas, a música popular portuguesa, a «Grândola» cantada em coro, à meia-noite, o hino do MFA, o fogo de artifício, a emoção vivamente sentida no colectivo por milhares e milhares de pessoas que ocuparam as praças. Depois foi o baile popular, pela noite dentro.

De manhã, o reencontro. Na festa para os mais pequenos, na Corrida da Liberdade, na Homenagem à Resistência Antifascista, organizada pela URAP. E à tarde, de novo a grande festa popular. Ranchos, fanfarras, Mareantes do Douro, bandas animaram um espaço que de novo se mostrou pequeno. Quanto o Cortejo Alegórico entrou na Praça da Liberdade, cerca das 16 horas, era já difícil circular.

## Por Abril e pela democracia

«Afirmar e defender Abril e a democracia, independentemente das opções ideológicas ou alinhamentos políticos, é mais do que nunca um dever patriótico que a todos cabe assumir», sublinha-se no Apelo dirigido por um numeroso grupo de democratas e personalidades do Porto – do PCP, da ID, do PS, do PRD, do PSR, da UDP, do MDP, militares de Abril e independentes –, lido durante as comemorações. Um Apelo onde se refere, nomeadamente, que «não é mera observância formal dos mecanismos democráticos que consolida e afirma a democracia» e que «o abuso imoral desses mecanismos, embora criando a ilusão de que o sistema não corre riscos, deforma e faz perigar o regime democrático».

«Quando apenas a forma é cumprida e o espírito ignorado – lê-se no documento – geram-se as condições para que os valores fundamentais da tolerância para com os adversários e do direito ao diálogo por parte das oposições acabem subvertidos, incluindo mesmo o inquestionável dever ético do poder constituído não alterar as regras do jogo, de molde a impedir que o substituam».

«As manifestações populares do 25 de Abril demonstraram, ao longo dos anos, que a democracia, tal como se acha constituída, dispõe de um largo apoio popular que está decidido a defendê-la de forma activa e participada», refere-se a dado passo no Apelo que citamos.

No Porto, as Comemorações Populares, nas várias iniciativas que sucederam um pouco por todo o distrito, ficou mais uma vez provada essa disposição.

# Braga

Ponto alto das comemorações foi o desfile popular no dia 25 de Abril, na Avenida Central até à Praça do Município, com carros alegóricos, onze ranchos folclóricos, zés-pereiras. Seguiu-se uma festa popular, que teve a participação de largos milhares de pessoas, permitindo considerá-la como a maior festa do 25 de Abril dos últimos anos.

Ainda no dia 25 realizou-se um almoço que reuniu cerca de cem democratas e durante a qual intervieram António Lopes (suplente da Comissão Política do CC do PCP), Mesquita Machado (presidente da CM de Braga e dirigente do PS) e Carlos Marques (dirigente local do PRD). Presidiu ao almoço, organizado por uma comissão de 21 dirigentes políticos, autarcas e deputados, o padre Sousa Fernandes (presidente da Assembleia Municipal).

O 25 de Abril foi amplamente comemorado nas freguesias do concelho de Braga e de outros concelhos, destacando-se particularmente as iniciativas realizadas em Guimarães, Barcelos, Famalicão, Fafe e Vieira do Minho.

Qualidade, dignidade e participação popular superiores aos últimos anos marcaram as comemorações do 14.º aniversário do 25 de Abril no concelho de Braga. Organizadas por uma comissão que integrava a Câmara Municipal e estruturas representativas de trabalhadores, cooperativas, associações culturais e recreativas, de pais e de estudantes, realizaram-se várias iniciativas, destacando-se uma festa popular no dia 24 à noite, na Praça do Município, e uma sessão solene da Assembleia Municipal no dia 25 de manhã.

# Aveiro

As notícias chegadas do distrito de Aveiro à nossa redacção mostram que as comemorações do 25 de Abril no distrito de Aveiro foram um magnífico momento de festa e luta, envolvendo muitos milhares de participantes nas mais diversas iniciativas promovidas por organizações sindicais e populares, autarquias, democratas de diferentes tendências.

Foram particularmente bem sucedidas as comemorações no concelho da Feira (Riomeão, Lourosa, Nogueira da Regedoura, S. Paio de Oleiros, Lamas e Fiães), e também em S. João da Madeira, Ovar, Esmoriz, Águeda, Espinho, Oliveira de Azeméis, Ílhavo, Estarreja e Castelo de Paiva.

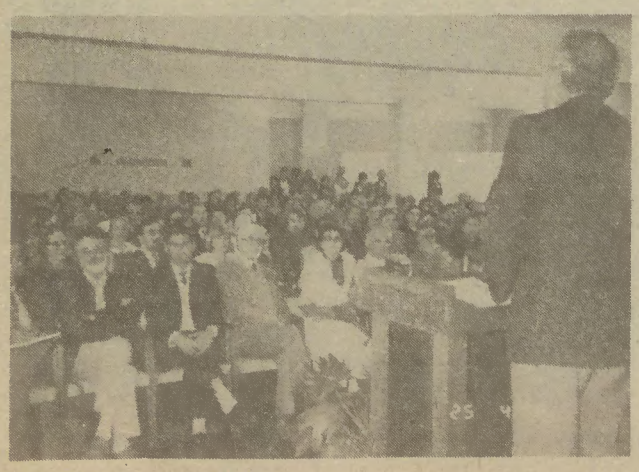
Merecem destaque as comemorações na capital do distrito, onde, envolvendo a Associação 25 de Abril, estruturas sociais, culturais e recreativas, a unidade dos democratas levou a que as iniciativas deste ano tivessem uma elevada participação popular, num espírito de luta e alegria com particular significado.

O programa iniciou-se na noite de 24, com uma festa na Praça da República, onde a dra. Isabel Estrela Esteves fez a intervenção de abertura das comemorações. Na manhã do dia 25 realizou-se a tradicional manhã infantil, no Parque da cidade.

Teve também lugar uma romagem aos túmulos de Mário Sacramento e Álvaro Seiça Neves, onde o brigadeiro Pezarat Correia — que seria o orador principal na sessão solene efectuada à tarde no Salão da Câmara Municipal — depositou flores em nome da Associação 25 de Abril. Foi também lida uma mensagem do general Vasco Gonçalves.

Centenas de pessoas participaram no almoço realizado na cantina da Universidade de Aveiro.

Em vários momentos das comemorações foram homenageados os muitos portugueses que, como Mário Sacramento e Álvaro Seiça Neves, com a sua luta tornaram possível o 25 de Abril de 1974.



*Sessão solene em Aveiro*

# Madeira

As comemorações unitárias do 14.º aniversário da Revolução de Abril na Região Autónoma da Madeira tiveram o seu ponto alto num convívio de democratas realizado num restaurante do Funchal.

A confraternização reuniu cerca de uma centena de pessoas, incluindo, além de independentes, elementos dos partidos democráticos na Região. Em nome da comissão promotora da iniciativa falou o **padre Tavares**, registando-se ainda breves intervenções de representantes do **PCP, PS** e **UDP**, que saudaram a jornada libertadora de 1974.

Saliente-se também que circulou na Região um documento-apelo para as comemorações de Abril, com largas dezenas de assinaturas de trabalhadores de vários sectores, operários, intelectuais, dirigentes e activistas sindicais, deputados, estudantes, dirigentes de cooperativas, etc.

Intitulado **«Viver e projectar Abril»**, o abaixo-assinado salienta a dado passo:

«No Portugal de 1988, há quem pretenda que não sejam dissipadas as brumas do passado, há quem queira retirar aos trabalhadores o direito à segurança no emprego, aos homens da cultura o direito à liberdade criativa, aos cidadãos o controlo democrático sobre o Estado.

«Na Madeira em 1988, há quem pretenda fazer andar para trás a democracia, há quem queira calar a oposição e não só retirando-lhe o direito de se dirigir aos madeirenses em igualdade de circunstâncias, como diminuindo as vozes discordantes na Assembleia Regional.

«Face às névoas que teimam em obscurecer-nos o caminho do futuro, há que reafirmar a nossa disposição de que o 25 de Abril se renove e reforce em cada dia, na liberdade, na diferença e na democracia, na autonomia e no progresso económico, social e cultural.»

Trabalhadores

# 1.º de Maio
# *Festa e luta em todo o País*

Comemora-se este ano o Primeiro de Maio em todos os distritos do Continente e nas Regiões Autónomas. A maior concentração, naturalmente a de Lisboa, anuncia-se para as 14 horas na Praça Martim Moniz. No Porto, a concentração-comício está marcada para as 15 horas no centro da cidade, onde se efectuará um desfile, como acontece, aliás, em Lisboa e noutras cidades capitais do País. Como nos anos anteriores, a Alameda Afonso Henriques é o ponto de encontro do desfile e o local do comício comemorativo do Dia do Trabalhador. Entre as palavras de ordem sobressai o apelo a mais unidade e também a acção unida contra o pacote laboral.

O 1.º de Maio de Lisboa é organizado conjuntamente pelas Uniões de Sindicatos de Lisboa e de Setúbal. Participam nas iniciativas de Lisboa os concelhos da outra banda mais próximos da capital. Mas em **Setúbal**, na cidade, haverá também o 1.º de Maio, com concentração marcada para as 15 horas na Praça do Bonfim.

Concentrações, desfiles e comícios, em que participarão os dirigentes nacionais da CGTP-IN e outros sindicalistas, efectuam-se também em Coimbra, Évora, Braga, Aveiro, Santarém, incluindo comemorações concelhias.

Em **Coimbra**, os trabalhadores concentram-se às 15 horas na Praça da República. Em **Braga**, às 16 horas, na Avenida Central. Em **Évora**, a concentração comemorativa começa às 10 da manhã, na Praça do Giraldo.

## Inviabilização do pacote é reivindicação central

A inviabilização do pacote laboral é a reivindicação central dos trabalhadores. Afirma a União dos Sindicatos de Lisboa, em comunicado conjunto com a CGTP-IN, que **«hoje em Portugal as grandes e profundas mensagens do 1.º de Maio – unidade, solidariedade e luta — estão vivas e actuantes, como já há muito tempo o não estavam».**

Lê-se ainda na abertura daquele comunicado, distribuído na passada sexta-feira, 22, que **«trabalhadores, desempregados, jovens, mulheres e reformados estão unidos e solidários numa luta que é comum a todos: o direito ao trabalho e a condições de vida dignas».**

Apesar de autorizada a legislação **antilaboral**, as perspectivas de luta são boas. Os protestos e as acções de repúdio não vão parar. É preciso que, na prática, o **pacote** não possa passar.

Sublinha a USL/CGTP que «a política laboral e social do Governo, caracterizada por falta de tolerância, intransigência e afrontamento, provocou já o protesto e a indignação dos mais variados sectores da sociedade portuguesa, incluindo aqueles que fazem parte do seu eleitorado», isto é, do eleitorado do Governo.

## A luta dos trabalhadores nunca é em vão

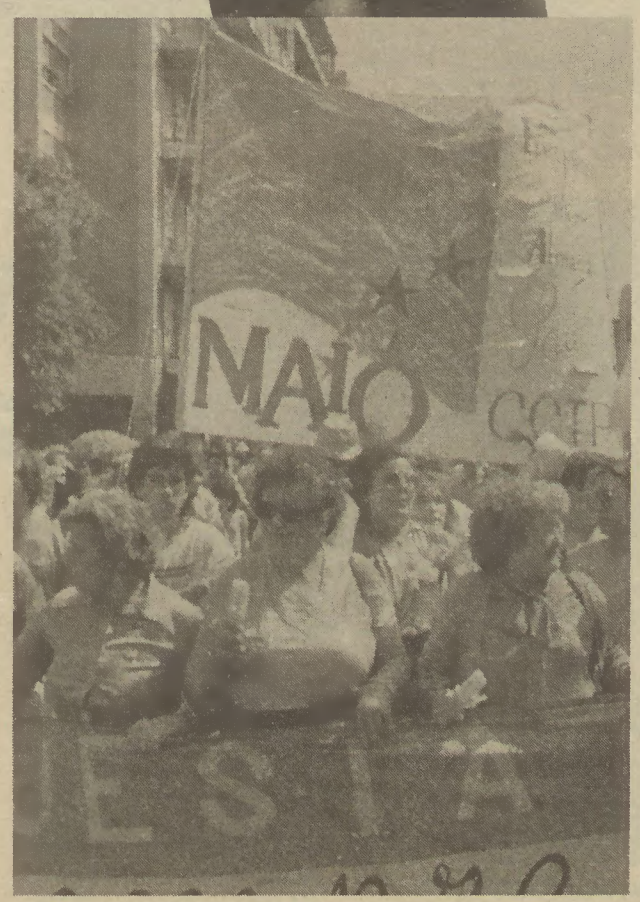
Depois de destacar que «duma forma global e concertada, o Governo pretende atingir os interesses dos trabalhadores e atacar o regime democrático», a USL/CGTP reafirma que «a luta dos trabalhadores nunca é em vão».

Acrescenta o comunicado: foi a luta que fez com que «o apoio de diversas forças sociais e políticas se manifestasse abertamente; foi ela que obrigou o Governo e o patronato a aceitar salários acima dos tectos que o Governo quer impor; foi ela que obrigou o Governo a anunciar novos diplomas legais, ainda que insuficientes, relativos ao emprego; foi ela que obrigou o Governo a suster, temporariamente, a aprovação das leis contra a Reforma Agrária».

Há condições para continuar a luta.

Para o movimento sindical **o 1.º de Maio vai ser comemorado no mais amplo espírito de unidade entre todos os trabalhadores, prosseguindo a luta contra o pacote laboral, contra a política laboral e social do Governo, pela defesa do regime democrático-constitucional e pela melhoria das condições de vida e de trabalho.**

(Mais informações sobre a comemoração nacional do 1.º de Maio constarão da «Agenda» deste número do «Avante!».)




## *Extensões*

# Salários revistos com 23 meses de atraso

**Na actividade privada e num dos seus mais prósperos sectores, só ao fim de 23 meses é que foram revistos os salários dos trabalhadores.**

Numa nota à Imprensa datada de anteontem, o Sindicato do Comércio do Sul (CES-SUL), com sede em Setúbal, revela que a anomalia só foi resolvida com a publicação do Boletim do Trabalho e Emprego n.º 12.

Na verdade, é este boletim que insere a inevitável portaria de extensão, segundo a qual é revista a tabela salarial dos trabalhadores ao serviço dos centros de saúde, postos de saúde, dispensários, consultórios médicos e dentários, odontologistas, policlínicas, analistas clínicos — tudo actividades privadas.

O CES-SUL diz que **«os patrões, através das respectivas associações, negaram sistematicamente, desde 1986»**, a negociação directa com os sindicatos.

Por isso, é que a tabela salarial teve que ir para a conciliação onde, segundo o CES-SUL, «a argumentação utilizada pelo patronato da medicina privada não convenceu ninguém», mas veio a justificar a «extensão para estes subsectores da saúde do acordado com outras associações congéneres».

O sindicato acusa o Ministério do Emprego e Segurança Social de ter beneficiado os patrões infractores.

Ao remeter a retroactividade para 1 de Novembro de 1987 e não para 1 de Junho do mesmo ano e para a mesma data do ano anterior (86), que eram as datas de conclusões dos acordos colectivos que foram alvo de extensão, o ministro do Emprego, Silva Peneda, meteu nos bolsos dos patrões **«milhares de contos pertencentes aos trabalhadores»**.

Mais anomalias, afinal, vindas de um sector que o Governo protege em desfavor da saúde pública e dos médicos que estão em greve.

# *Quinze e mais anos na mesma letra levam administrativos à greve*

**A greve nacional marcada num plenário em Coimbra, em Fevereiro deste ano, foi seguida na passada sexta-feira, 22, por 38 mil trabalhadores administrativos da Função Pública. Entre as reivindicações principais que os levaram à luta está o progresso na carreira, pois há trabalhadores que permanecem há quinze anos e mais na mesma categoria profissional.**

Num primeiro balanço dos resultados daquela forma de luta, como sempre difícil de pôr de pé na Função Pública, os sindicatos concordam no sentido positivo da greve, que mobilizou a nível nacional 63 por cento dos 80 mil trabalhadores desse sector da Administração Central.

Desses 80 mil segundo elementos fornecidos pela Federação sindical (FNSFP), só 60 mil são efectivos ou equiparados. Os restantes 20 mil estão com vínculo precário, que pode tomar várias formas, conforme se sabe.

Estes últimos, embora solidários, refere a FNSFP, **«em muitos casos, por pressão dos responsáveis, não participaram nesta jornada de luta nacional».**

Marcada com muita antecedência, a greve só se efectuou por terem falhado todas as tentativas dos sindicatos para obter algumas garantias através de negociações.

Recorde-se que três dias antes da greve, as assòciações sindicais responsáveis e directamente empenhadas na luta ainda procuraram resolver o conflito sem o recurso à greve, para o que se encontraram com o secretário de Estado do Orçamento.

Mas, diz a Federação, **«o Governo manteve-se fechado às inúmeras propostas apresentadas»**, pelo que não pôde ser retirado o pré-aviso de greve.

Apesar de se tratar do maior grupo profissional da Função Pública, o Governo mostrou-se uma vez mais "indisponível" para «encetar negociações objectivas sobre as propostas apresentadas».

A FNSFP sublinha que os representantes dos trabalhadores apresentaram ao Governo «propostas sobre propostas, mostrando-se disponíveis para calendarizar reuniões com o Governo».

Nessas reuniões seriam negociadas, no entender das associações sindicais representativas, carreiras profissionais com mais níveis, sem estagnação. Seriam negociados quadros de pessoal realistas e sem excedentes, bem como a formação profissional e os concursos adaptados à realidade dos variados serviços.

Nada disso foi considerado pelo Governo.

Embora o secretário de Estado do Orçamento tenha reconhecido "pertinência" a alguns dos aspectos apresentados pelos sindicatos, designadamente diz a FNSFP, **«a invulgar estagnação verificada na carreira»**, não se mostrou aberto às negociações, pelo menos de imediato.

De qualquer modo, o próprio início do diálogo já foi «resultado das acções de sensibilização desenvolvidas pelos trabalhadores administrativos».

Trabalhadores

# Onda de greves na Saúde

# Médicos decidem endurecer as formas de luta

Prolonga-se a luta dos médicos, que têm aderido em massa às greves anunciadas para todo o País. Numa das últimas intervenções públicas, a tempo de entrar neste «Avante!», a coordenadora nacional dos sindicatos e o SIM (independentes) afirmavam que, «em resposta às provocações e desafios» da equipa do Ministério, os sindicatos «decidiram endurecer e diversificar as formas de luta». Recorde-se que continua anunciada para 6 de Maio próximo uma nova greve nacional.

Os níveis de adesão subiam, entretanto, relativamente aos da greve nacional do passado dia 8. Na última sexta-feira, segundo números divulgados nesse dia pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), tinham parado, no distrito de Santarém, o **Hospital Distrital de Abrantes** a 96 por cento, o **Hospital Distrital de Santarém** a 98,8 por cento, o **Hospital Distrital de Tomar** a 100 por cento, e o **Hospital Distrital de Torres Novas** a 68 por cento.

Aliás, todos os números ultimamente divulgados pelos sindicatos aproximam-se sempre dos 90/100 por cento, raramente ficando aquém dos 75 por cento. Uma excepção: o **Centro de Saúde de Mourão**, onde a paralisação foi apenas de 25 por cento.

Entretanto, os sindicatos médicos reafirmam que a suposta «guerra de números» conduzida pelo Ministério não faz, por ela própria, qualquer sentido. Como afirma o SMZS «o que está em causa é o posicionamento dos médicos e da ministra perante a democracia».

Acrescenta o Sindicato da Zona Sul: «Toda a actuação da ministra é característica de regimes ditatoriais, onde não são toleradas opiniões diferentes e onde se oculta a verdade dos factos através dos órgãos de informação que se controlam».

## A ministra mente

Como já referimos na semana passada a propósito do silêncio da RTP, os sindicatos médicos e designadamente o do Sul sublinham que «a ministra mente, sempre com o objectivo de denegrir os médicos, agora não só como profissionais, mas como pessoas e indivíduos».

Depois de acentuarem a unidade de que têm dado mostras os clínicos por todo o País, os seus sindicatos, sem distinção, voltam a protestar contra o silenciamento da sua luta por órgãos de informação de grande audiência, como é o caso flagrante da RTP.

«O Ministério tem medo da unidade dos médicos, que cobre todo o leque existente de opções políticas e sociais, facto jamais visto».

Os sindicatos continuam a protestar contra a «campanha difamatória» da ministra Beleza e «contra as degradantes condições de trabalho e do sistema de Saúde».

As urgências continuam, no entanto, a ser mantidas rigorosamente durante os períodos de paralisação.

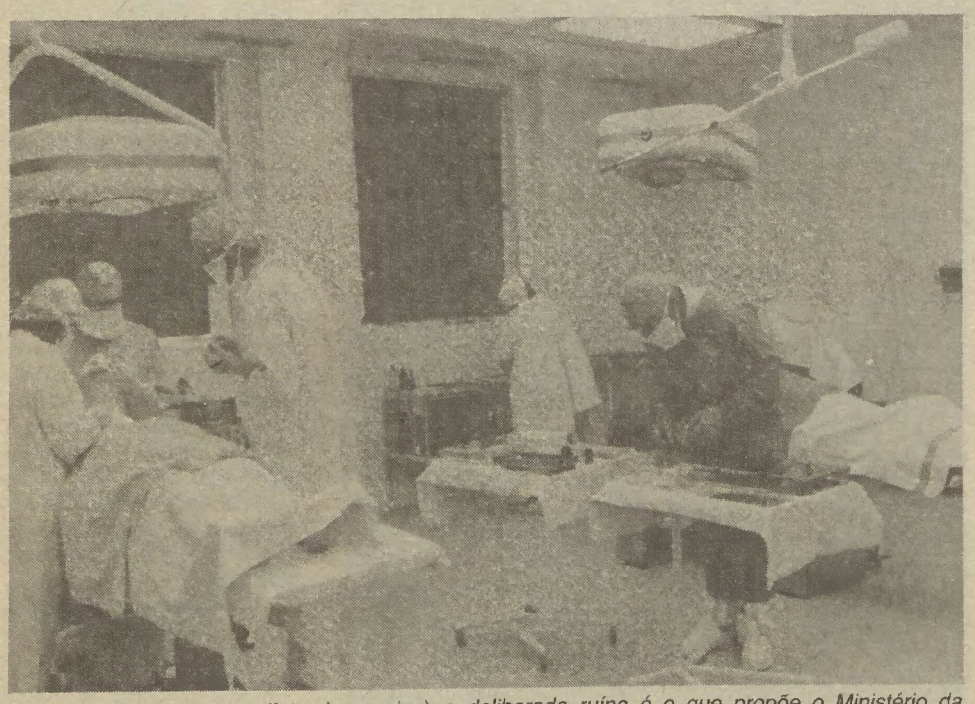
De acordo com o **calendário da greve**, que se iniciou no passado dia 8, com um dia nacional de greve e que terminará no dia 6 de Maio próximo com uma greve nacional dos médicos, haverá ainda paralisações, hoje, nos distritos da Guarda e de Bragança e, amanhã, nos distritos de Aveiro e Setúbal.

## Os pontos da greve

É a altura de relembrar, nos precisos termos em que foram expressas, as quatro principais reivindicações da classe médica, que levaram à greve:

1. Suspensão do desemprego médico mais ou menos camuflado com o recurso imoral aos tarefeiros e contratados a prazo.
2. Suspensão da aplicação da legislação concernente à Gestão Hospitalar até negociação com as estruturas sindicais.
3. Melhoria das condições de trabalho e de remuneração, partindo da base das propostas de reenquadramento técnico-salarial dos médicos, propostas essas atempadamente apresentadas pelos sindicatos.
4. Discutir com o Ministério toda a legislação concernente às carreiras médicas.

Recorde-se que estas reivindicações foram aprovadas pelos sindicatos médicos do Norte, Zona Centro e Zona Sul, juntamente com o Sindicato Democrático dos Médicos do Norte (Sindeme) e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), cobrindo, assim, todas as associações sindicais da classe médica existentes no País. Recorde-se também que a Ordem dos Médicos apoiou expressamente as formas de luta adoptadas pelos sindicatos e pelos clínicos em geral.



***Em vez de se avançar*** (foto de arquivo) *a deliberada ruína é o que propõe o Ministério da Saúde*

# Exclusões

Os sindicatos e a CGTP-IN têm vindo a protestar contra retaliações, ameaças e mesmo levantamento de processos disciplinares por participação na greve geral do passado dia 28 de Março. Relevo adquiriram nos últimos dias os protestos contra os processos disciplinares levantados na RTP, em Lisboa e no Porto.

A actuação do Governo e dos seus conselhos de gerência vão no sentido de silenciar o mais possível a actividade sindical nos locais de trabalho e mesmo em localidades inteiras. Os sindicatos não permitem que os seus direitos sejam ignorados e muito menos que se tente destruí-los.

A CGTP, que foi recebida recentemente pela Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, denunciou perante esse organismo da Assembleia da República **«o facto de o Governo manter a obstrução ao exercício do direito de participação desta organização em diversas instâncias, tais como, a direcção do Inatel, IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), comissão nacional e regionais de aprendizagem e Conselho Nacional da Indústria»**.

Seis meses depois da entrada da CGTP no Conselho Permanente da Concertação Social, continuam a verificar-se as mesmas exclusões que dantes eram «desculpadas» com a falta de presença da CGTP-Intersindical Nacional daquele Conselho, onde, como os próprios dirigentes da Inter lembraram perante aquela Comissão, a Central foi impedida de «expressar a sua opinião», quando foi da cerimónia dos «rendimentos» (acordo), tendo o Primeiro-Ministro mandado a sua segurança pessoal impedir o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, de usar da palavra.

A delegação da Inter, composta por Manuel Lopes, Álvaro Rana e Emídio Martins, não pode estar de acordo com quaisquer exclusões arbitrárias, nem tão-pouco pode concordar – antes protesta – contra a retirada de direitos sindicais, designadamente na Função Pública, quando foi da greve geral. Como todos estão lembrados, houve **«situações de pressão»** – para usar a expressão da Federação sindical – em locais de trabalho como a Direcção-Geral de Portos, a Direcção-Geral de Cuidados de Saúde Primários, e na Secretaria de Estado do Emprego.

A CGTP continua a exigir a participação plena do movimento sindical, sem quaisquer exclusões.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

# Uma ministra insuspeita

*Fala-se muito da ministra Beleza. Naturalmente que ela gosta, embora diga que não. Mas fala-se também do seu Ministério. Aí o membro do Governo mais bem sondado junto da opinião pública mostra alguma hesitação.*

*De ministros infelizes, que se dão mal com os seus ministérios, estamos nós cheios. Não haverá talvez nenhum titular de pasta conhecida ou adjacente que não deixe a impressão de viver num ambiente hostil, a ideia de que, se pudesse, estaria a fazer outra coisa, o que é perfeitamente natural.*

*Não sucede o mesmo com a ministra Beleza, e a razão é simples: a senhora não tem Ministério. A pasta chama-se da Saúde, mas é por enquanto. A senhora não está lá para suportar e muito menos conduzir «guerras», como ela diz, face aos médicos e outro pessoal do ramo. Não. A senhora está lá para* ***mudar****. Se não estivesse lá para mudar, não valeria a pena ocupar o cargo. É ela mesma que o diz numa das últimas entrevistas que concedeu – ao «Diário de Notícias» de 16 deste mês.*

*A ministra Leonor Beleza, que por essa altura andava a ler* ***A Carreira de um Supergestor****, escrito autobiográfico do «fundador da Sony», como ela faz questão de explicar, não quer saber para nada dos problemas do seu pelouro governamental. Os problemas da Saúde são* ***problemas nacionais****. Não cabem num ministério. São daqueles problemas que se agitam, como bandeirolas, durante as campanhas eleitorais.*

*Estão, por isso, enganados todos os que responsabilizam a senhora por isto e por aquilo no campo da Saúde. O que interessa à ministra não é a Saúde, são os compradores, gente assim, os* ***gestores****.*

*Segundo ela, os médicos não têm que, não devem, saber – ocupar-se – de hospitais, de medicina no trabalho, de centros de saúde. (Teriam que ser como jornalistas da imprensa escrita, por exemplo, que não soubessem nada de jornais, o mesmo se passando com os da rádio, da televisão, etc., porque há mais.)*

*A ministra tem a ideia dos* ***gestores****. Mesmo o seu Ministério já não se ocuparia de outra coisa. O que é preciso é* ***gerir****... Entre outras coisas – demasiado importantes para que a ministra a elas se refira em público – tratar-se-ia para a ministra (e ainda por cima ministra de legislatura) de gerir a Saúde? Não. De gerir os hospitais? Os que há? Não, não esses; mas sim os novos. Os que vão começar a aparecer. Porque o que é preciso é* ***mudar****. Seja lá o que for, mas mudar... Mudar principalmente uns vagos* ***«interesses instalados»****. (Nunca diz exactamente quais. No que mostra prudência, aliás.)*

*Assim é que, para esclarecimento daqueles que ainda se ocupam de velhas questões, como a qualidade dos serviços de Saúde, o bom nome dos médicos, os seus direitos, etc., o seu nível de emprego, a limpeza e boa ordem dos hospitais, para esclarecimento de todos esses que não «topam» as vertentes* ***«asiáticas»*** *de ministros como Mira Amaral, Silva Peneda, Leonor Beleza (leitora do* ***Supergestor*** *japonês da Sony), o Ministério da Saúde é pasta em extinção. Vai sem dúvida chamar-se de outra maneira, porque* ***Saúde*** *é um assunto* ***privado*** *de cada um, e cada um trata de si como pode: é fácil entendê-lo pelo discurso de Beleza, que é insuspeita de qualquer falta de zelo na sua* ***formação profissional****, a qual estuda pelos melhores autores, imperturbáveis, conforme se sabe, com tudo o que não seja* ***gestão****... Mas sem médicos, sem médicos, claro está.*

*Por falar nisso, há um gestor eleito há que tempos no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Mas ainda não tomou posse. Pelos vistos, não leu o* ***Supergestor Kung-Fu****. Se ainda vai a tempo, eis o que não se sabe.*

Trabalhadores

# Eleições hoje no SBSI

**Vão hoje às urnas no distrito de Lisboa, Sul e RAs, os bancários do SBSI. Recordando um dos lemas da lista unitária de 1978, não seria de mais pretender que os resultados da votação no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas dessem inteira razão ao «*Não votes contra ti*», posição que naturalmente defendia a lista E dessa altura, ao reclamar o voto naqueles que lutam em unidade pelos interesses dos bancários e pelo fortalecimento do seu sindicato. Ainda no campo eleitoral, merece destaque esta semana a comissão de trabalhadores da Covina, que acaba de tomar posse.**

Como já noticiámos por mais de uma vez no «Avante!», os corpos gerentes dos bancários do Sul e Ilhas são disputados este ano por uma lista — a A — em que os socialistas, sem abandonarem as suas posições, se aliaram aos bancários comunistas, para baterem o que consideram a partidarização e mesmo a governamentalização do seu sindicato.

A lista A, que se apresenta ao sufrágio de hoje concorrendo com uma outra formada pelos seus anteriores aliados nos corpos gerentes (tendência TSD da UGT, à qual também pertence, conforme é sabido, a tendência socialista), é liderada por Barbosa de Oliveira, actual vice-presidente da direcção. Também concorre uma terceira lista, ao que consta coligada com o MRPP.

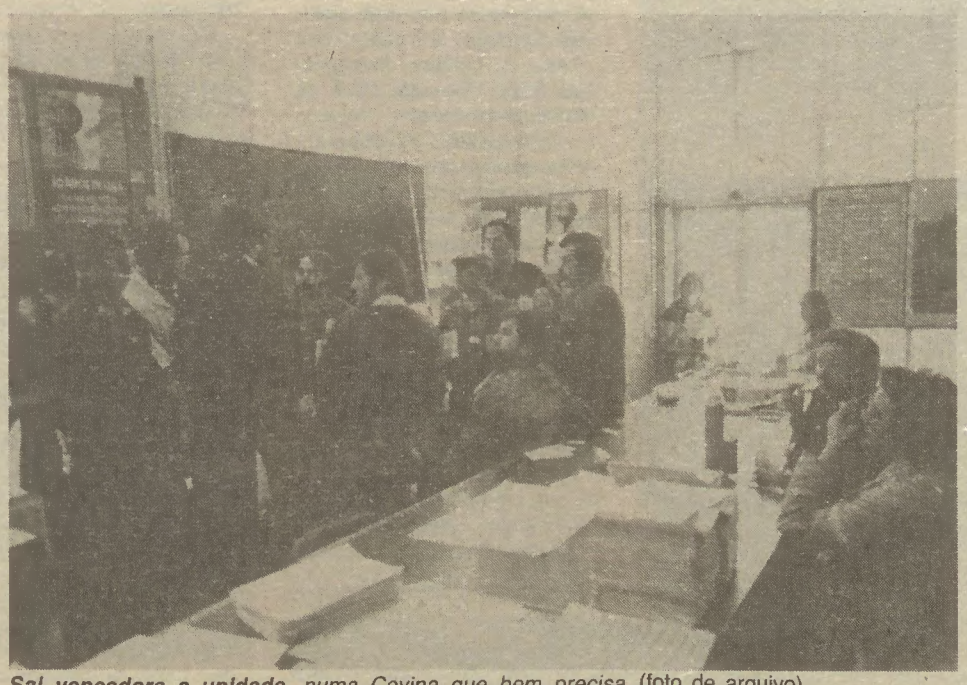
Os restantes membros da lista A são: Alexandrino Saldanha, Delmiro Carreira, Fernando Martins, Machado Bagão, Maria Alice, Fátima Amaral, Luísa Oliveira, Paulo Alexandre, António Coimbra, Pinto de Carvalho, Júlio Fernandes e Teresa Rosa.

Recorde-se que a lista A enfrenta dirigentes sindicais que fazem parte dos corpos gerentes do SBSI desde 1977, mas que não souberam orientar-se, como referimos na semana passada, com independência em relação ao partido a que pertencem, tomando diante dele «**uma posição subserviente**», como acusa a lista A.

Não têm resultado, entretanto, as tentativas para eludir os verdadeiros interesses dos bancários com supostas intenções injustificadas e até provocadoras da parte de comentadores das posições de Arménio Santos, no sentido de apresentarem como um perigo a participação dos bancários comunistas na direcção do SBSI. A lista A e designadamente Barbosa de Oliveira têm desmentido (e mesmo recusado admitir) essas acusações, ou suposições, totalmente sem fundamento, que só existem nas «ideias» fantasmáticas sobre a actuação dos militantes comunistas no movimento sindical.

Os pólos fundamentais da lista A são «a defesa dos postos de trabalho, dos SAMS (Serviços de Assistência Médico-Social), dos direitos contratuais», lutando por uma banca nacionalizada mais eficaz e mais moderna ao serviço do País».

Os TSD — tendência Arménio Santos no SBSI — perdiam, entretanto, a primazia na comissão de trabalhadores da UBP (União de Bancos Portugueses) onde a lista A, socialista, obteve 4 mandatos com 36,8 por cento dos votos. Segundo a «Acção Socialista» do passado dia 14, os resultados das eleições para a CT da UBP foram os seguintes: lista A (tendência socialista), 911 votos, 4 mandatos, 36,8 por cento; lista B (tendência social-democrata), 801 votos, 3 mandatos, 32,3 por cento; lista C (tendência unitária), 766 votos, 3 mandatos, 30,9 por cento.



***Sai vencedora a unidade**, numa Covina que bem precisa* (foto de arquivo)

## Unidade na Covina

No passado dia 20 tomou posse a nova comissão de trabalhadores da Covina que, sob o lema da unidade, venceu as eleições no princípio deste mês. Dos 972 trabalhadores inscritos votaram 491. Segundo a CT, «mais de 100 trabalhadores estavam ausentes por vários motivos». Ainda de acordo com os resultados fornecidos no passado dia 20 pela nova CT, dos 491 votantes 472 votaram na lista A (96,13 por cento), 11 votaram em branco e houve cinco votos nulos. A lista vencedora concorreu pela «unidade na acção/contra o desemprego/organizar e lutar/pela Covina nacionalizada/pelos direitos e liberdades dos trabalhadores/pela defesa da Constituição».

A CT da Covina «exorta todos os trabalhadores a continuarem a participar activamente na vida da empresa e em torno das suas estruturas (ou organizações) representativas, reforçando a unidade uma vez mais demonstrada em defesa das suas justas reivindicações e direitos alcançados com o 25 de Abril e a nacionalização» da empresa.

# PETROGAL
# CG é guarda avançada das privatizações

**O conselho de gerência da Petrogal e em particular o seu presidente são acusados por organizações representativas da empresa de serem a guarda avançada no terreno das privatizações que o Governo pretende concretizar mais rapidamente.**

Ao manifestarem o seu «mais vivo repúdio» pelas «inúmeras e irresponsáveis intervenções do presidente do conselho de gerência em vários órgãos de comunicação social», nomeadamente no sentido de se criar uma «má imagem pública da Petrogal», a comissão central de trabalhadores e as subcomissões (CCT e sub-CTs) que se reuniram recentemente em plenário nacional dos representantes da Petrogal (PNRP), na Refinaria do Porto, teceram uma longa série de considerações muito críticas relativamente à actuação do CG e pediram a sua «recomposição».

Ao analisar em profundidade o estado em que se encontra aquela grande empresa nacionalizada, o PNRP confirmou que se mantém «a **política de destruição de postos de trabalho, através da forma de despedimentos cor-de-rosa, que são as reformas antecipadas**».

Ainda ao nível da situação social naquela empresa pública, o PNRP afirma que se prolonga o «**subaproveitamento de muitos trabalhadores**», enquanto que são anunciadas «**medidas de redução drástica de efectivos**».

Ao mesmo tempo, acrescenta o PNRP, a gestão opta cada vez mais pela entrega de negócios da empresa ao sector privado nacional e estrangeiro.

## Gestão autoritária e centralizadora

O conselho de gerência procede de maneira «autoritária e centralizadora». O plenário de representantes (PNRP) sublinha os traços resultantes desse tipo de gestão, em especial, «a insegurança, a desmotivação e a perda de perspectivas profissionais em que caibam a criatividade, o entusiasmo e a certeza de trabalhar para o bem comum».

Embora mantendo a confiança, o PNRP mostra-se preocupado com «**a dinâmica privatizadora**». Afirma que se pretende «**colocar o fenómeno de desnacionalização como uma irreversibilidade fatalista e impedir os trabalhadores de fazerem ouvir a sua voz numa matéria que lhes diz directamente respeito**».

Depois de saudar os trabalhadores da Petrogal pela «magnífica resposta que deram na greve geral de 28 de Março», o PNRP divulga uma série de decisões que incluem a realização a breve prazo de um **Encontro Nacional**, que mobilize os trabalhadores em geral e **os quadros técnicos em particular.**

De entre as outras decisões destacamos o prosseguimento da luta contra o **pacote laboral**, devendo reclamar-se a discussão pública desta matéria; o esclarecimento contínuo dos trabalhadores sobre «os objectivos e consequências do **esquartejamento e privatização** da empresa»; o repúdio pelo projecto de lei de privatizações e a «**anunciada revisão da lei de delimitação de sectores**»; reclamar do Governo «a renegociação do acordo de adesão à CEE, nos domínios das actividades petrolífera e petroquímica»; e reivindicar a recomposição do CG, assim como a entrada em funções do gestor eleito pelos trabalhadores, que continua a ser «ilegalmente impedida pelo Governo».

As organizações representativas dos trabalhadores da Petrogal reafirmam que «lutar pela empresa pública forte e dinâmica é lutar pela garantia do emprego e pela melhoria das condições de vida e de trabalho», como sublinha o PNRP.

# CGTP assina cooperação em Praga e na RDA

Uma delegação da CGTP-IN, chefiada por Manuel Carvalho da Silva, acaba de assinar acordos de cooperação na Checoslováquia e na República Democrática Alemã.

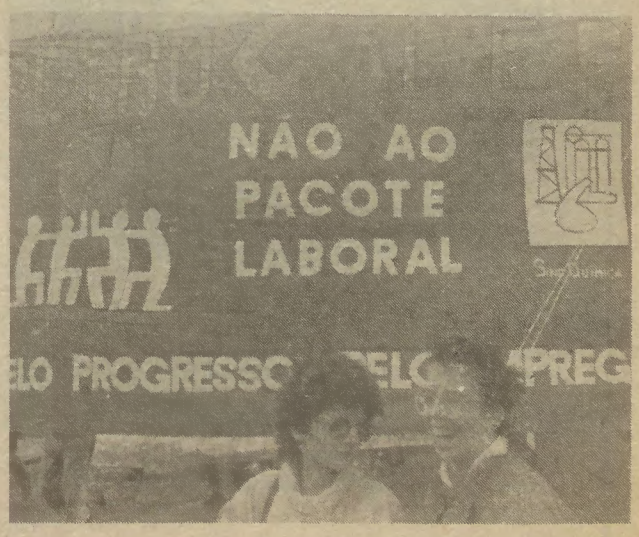
A delegação oficial da CGTP, que se deslocou àqueles países socialistas, além do coordenador da comissão executiva da Central, incluía ainda Carlos Amado, do conselho nacional, e Fernando Maurício, membro do departamento internacional.

A delegação sindical, que regressou a Lisboa há cerca de uma semana, assinou na RDA um comunicado conjunto com a Central de sindicatos. Entre outras questões, o documento defende a «**cooperação entre organizações sindicais de orientação e filiação sindical diversas**, como condição necessária à defesa da paz, da democracia e do progresso económico e social».

Acrescenta o departamento de informação da CGTP que as centrais sindicais portuguesa a alemã firmaram também um acordo de cooperação para **o período de 1988 a 1989**. Sobressaem no acordo «a cooperação no plano da formação sindical, da juventude, das novas tecnologias, da paz e do desarmamento».

Na Checoslováquia, as respectivas Centrais de sindicatos tornaram público um comunicado de Imprensa onde nomeadamente se acentua «**a indispensabilidade do desenvolvimento da cooperação bilateral e multilateral das centrais sindicais de toda a Europa**. Essa actuação é considerada indispensável «para a defesa dos interesses dos trabalhadores, na luta pela paz, democracia e progresso social, particularmente no nosso continente».

A CGTP assinou também em Praga um acordo de cooperação para o mesmo período de dois anos, assinalou também, em Lisboa, o departamento de informação da Central.

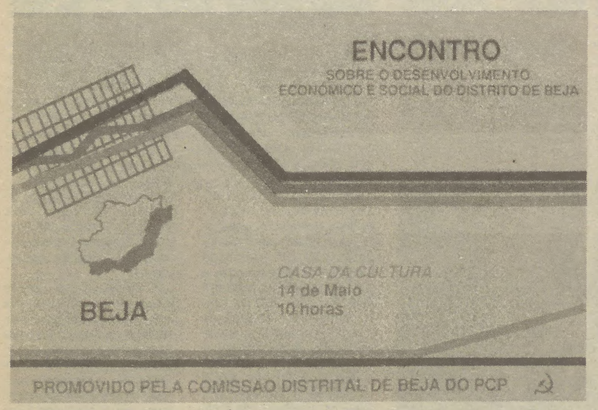


PCP

## BEJA

# Encontro sobre o desenvolvimento económico e social do distrito

## • 14 de Maio, na Casa da Cultura




Tal como já anunciámos anteriormente, está marcado para 14 de Maio um Encontro sobre o Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Beja, a realizar na Casa da Cultura da capital do Baixo Alentejo, entre as 10 e as 18 horas.

Uma sessão de abertura, três painéis de debate (actividades económicas, para uma política de justiça social e para uma política de qualidade de vida) e uma sessão de encerramento vão preencher os trabalhos.

O Encontro, promovido pela Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português, é aberto à participação — com direito a intervir — de outras forças políticas, organizações e entidades distritais (autarquias, sindicatos, associações de agricultores, associações da Reforma Agrária, associação de comerciantes e industriais, deputados e quadros técnicos, etc.).

São objectivos da inciativa:

- Analisar os traços caracterizadores da situação económica e social no distrito e os resultados originados pelas políticas de direita e social-democratas.
- Apontar um conjunto de medidas que possibilitem estancar e inverter a tendência de desertificação económica e social no distrito, tendência que todos os indicadores disponíveis parecem confirmar.
- Dar um contributo para a unidade de esforços e propostas, entre todos aqueles que desejem com os seus conhecimentos e vontade, participar num processo que ajude a desbloquear caminhos possíveis que arranquem o distrito de Beja do marasmo actual.
- Elaborar uma plataforma de «Carta de Intenções e Reivindicativa» para o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja, aberta a novas sugestões e inovações, que constitua um instrumento de acção e de formação de uma forte corrente de opinião pública, sobretudo no distrito de Beja, que actue no sentido de reivindicar a definição de medidas e projectos concretos e urgentes para o distrito.

# SANTARÉM

## «O trabalho do Partido na empresa»

### — *conclusões do encontro de quadros da ORSA*

**Tentar criar novas células de empresa e dinamizar células de sectores profissionais,** nomeadamente na **construção civil, empregados e professores,** contam-se entre os objectivos definidos no encontro de quadros da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP, que decorreu no passado dia 16 no Entroncamento.

Vejamos algumas passagens do documento de conclusões desta iniciativa do Partido:

Os sucessivos governos, defensores do grande patronato, têm desenvolvido uma feroz ofensiva contra as conquistas revolucionárias dos trabalhadores. Os ataques têm sido muitos e variados: salários em atraso, contratos a prazo, trabalhadores sem contrato e trabalho precário, despedimentos e desemprego, limitação às liberdades sindicais nas empresas, divisionismo, ofensivas contra a reforma agrária e as nacionalizações, etc.

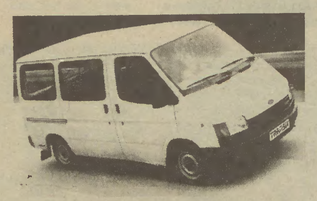
A última peça da ofensiva é o famigerado «Pacote Laboral».

No que respeita ao Partido e à sua acção junto dos trabalhadores há insuficiências e deficiências. De facto, à força crescente da ofensiva do patronato e do Governo, não só não respondemos com o reforço da nossa intervenção nas empresas como, pelo contrário, em alguns casos, descurámos o acompanhamento das células.

No entanto, a greve geral de 28 de Março mostrou que os trabalhadores estão descontentes com a política do Governo Cavaco Silva e que, pelo número de empresas e as percentagens de adesão à greve, existem condições para a melhoria do nosso trabalho nas empresas.

Por isso o encontro de quadros da ORSA do PCP sobre «O Trabalho do Partido na empresa» aponta as seguintes medidas:

- Dinamizar a discussão e o acompanhamento no Partido da actividade e funcionamento das células de empresa;
- Realizar nos concelhos mais importantes, reuniões de quadros para discussão do trabalho nas empresas;
- Tomar medidas para um concreto enquadramento da actividade das células designadamente:
- Discutir regularmente os problemas da empresa e dos trabalhadores;
- Analisar regularmente a situação política;
- Estimular a feitura de boletins e documentos da célula;
- Tentar contactar os militantes que não participam nas reuniões;
- Recrutar para a Partido os trabalhadores mais prestigiados;
- Dinamizar a difusão do «Avante!» e «O Militante»;
- Receber regularmente a quotização e sua actualização;
- Clarificar o papel do militante comunista na empresa e o seu exemplo como trabalhador e defensor dos interesses dos trabalhadores;
- Considerar o trabalho sindical como prioritário nas discussões. Discutir os problemas referentes à actividade dos militantes do Partido nas ORT's.
- Pela sua importância especifica, as células das autarquias (designadamente as de : aioria CDU), as células das grandes empresas (RN, CP, MDF, FT T. Novas, Fiação de Tomar, Renova, Fab. Mendes Godinho, CTT, Hospitais Distritais, EDP, etc.), as células das Cooperativas Agrícolas (Reforma Agrária), entre outras, deverão merecer-nos particular atenção.



*Já se encontra à venda em todas as organizações do distrito de* ***Lisboa*** *a rifa a sortear a 8 de Julho e que tem como 1.º prémio uma carrinha Ford Transit, de 7 lugares. A campanha* ***«32 mil contos em ano de XII Congresso»*** *teve um forte impulso no mês de Abril com a realização de um plenário que contou com cerca de 100 camaradas, onde se perspectivou o trabalho para os últimos três meses de campanha.*

Como observou a recente Conferência Regional sobre problemas de organização (9 de Abril), realizada no Porto com 500 participantes, o desenvolvimento da unidade e da luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de direita e o destacado papel desempenhado pelos comunistas em todas as frentes de massas, que o extraordinário sucesso da greve geral tornou bem patente, está a criar condições muito favoráveis ao reforço do PCP, ao crescimento das suas fileiras, ao fortalecimento da sua organização e ao alargamento da sua influência política.

A campanha de recrutamento de novos militantes, que está em curso na Organização Regional do Porto, constitui uma confirmação dessas condições, quer pelo ritmo actual de recrutamento, da ordem dos cem militantes por mês, quer pelas informações provindas de sectores diversificados das condições existentes para um alargamento ainda mais rápido das fileiras partidárias.

## CDU

# Encontro distrital na Baixa da Banheira

No próximo dia 7 de Maio, no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira, no concelho da Moita, vão reunir-se em Encontro Distrital os eleitos da Coligação Democrática Unitária das 74 freguesias do distrito de Setúbal.

Os objectivos do Encontro são a discussão do papel crescente das freguesias no contexto do Poder Local democrático e a preparação das próximas eleições autárquicas.

O Encontro funcionará em plenário e terá início às 10 horas. São convidados representantes do PS e do PRD para além de dirigentes do PCP, do Partido «Os Verdes» e da ID, que participam nos trabalhos. São convidados, também, um eleito de cada Câmara e Assembleia Municipal e da AMDS.

# 5.ª Assembleia em Setúbal

Prossegue a actividade preparatória da 5.ª Assembleia da organização concelhia do PCP de Setúbal, marcada para o próximo dia 28 de Maio. Dezenas de reuniões foram já efectuadas para eleição dos delegados e discussão dos documentos.

Entretanto, a Comissão Concelhia do PCP, a fim de divulgar os objectivos da Assembleia e as propostas que aí serão discutidas para **dignificarem o concelho e a cidade de Setúbal**, realizou uma iniciativa para anunciar publicamente todos os aspectos acima mencionados.

A comunicação social regional e nacional, entidades, organizações e personalidades da área democrática e independentes, foram convidados.

# *Reforma do ensino* Debate no Porto

A Organização de Professores do Porto do PCP promove no próximo sábado, dia 30 de Abril, na Escola Secundária Infante D. Henrique, na cidade do Porto, um debate subordinado ao tema **«A implementação da Lei de Bases e a Reforma Democrática do Ensino».**

Os trabalhos, que decorrerão durante todo o dia, abrem às 10 horas, em plenário, com a projecção de diapositivos e um painel apresentador dos temas das secções (10.30 h). Às 12.30 h, um almoço-convívio, cujas inscrições poderão ser feitas no próprio dia, e o reinício, às 14.30 h, em três secções em que serão abordadas **as condições de acesso e de sucesso dos jovens, a participação democrática na vida da escola** e a **função docente — realidade e perspectivas**. De novo em plenário, os trabalhos encerrarão cerca das 18 horas.

DEPUTADOS do DISTRITO

SETUBAL

*PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*

PCP

# *GABINETE do ELEITOR*

Com a abertura do Gabinete do Leitor em Setúbal os deputados comunistas eleitos por este círculo eleitoral procuram estar ainda mais próximos dos seus eleitos, dos trabalhadores, da população e dos agentes socioeconómicos do distrito.

Esta iniciativa insere-se na prática do Grupo Parlamentar do PCP de manter um contacto regular com as populações identificando-se com os seus problemas e anseios para melhor os defender na Assembleia da República.

Através deste Gabinete, que abriu na passada terça-feira, poderá colocar todas as questões que pretender, quer no respeitante a esclarecimentos e informações, quer na apresentação de problemas ou propostas.

O Gabinete funciona na Av. 5 de Outubro, n.º 47, 5.º Dt.º, em Setúbal, com os telefones 2 61 23/2 65 29 (rede de Setúbal), das 14.30 h às 17.30 h.

# *Como vai ser a 12.ª Festa do «Avante!»?*

Como vai ser a Festa deste ano? Boa pergunta, sem dúvida; e também não há dúvida que a resposta já está a nascer no trabalho das organizações e na preparação da sua participação, na divulgação da data, na marcação das excursões e na mobilização de camaradas, amigos e conhecidos para os terrenos da antiga Quinta do Infantado, a 9, 10 e 11 de Setembro.

Bom, mas a resposta está também a nascer no gabinete de projecto da Festa, com o trabalho de seis arquitectos, dois artistas plásticos, um engenheiro civil e um engenheiro electrotécnico e elementos do secretariado da Festa.

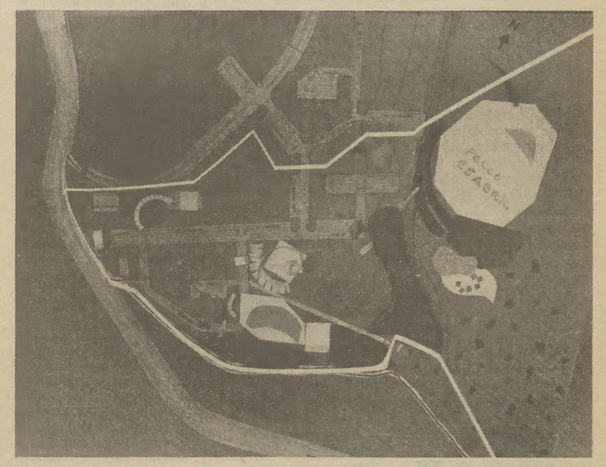
Actualmente está a ser feito o levantamento exacto do terreno e das possibilidades de aproveitamento, quer das infra-estruturas já instaladas, quer do que apenas lá foi posto pela Natureza.

Um primeiro elemento de trabalho do gabinete é a maqueta que hoje publicamos. Sem ser um projecto já definitivo permite ter uma ideia da Festa que poderemos ter este ano e do trabalho que temos pela frente.

As partes mais escuras, em baixo, são zonas arborizadas. O espaço branco no canto superior esquerdo representa um palco «25 de Abril» de dimensões idênticas ao do Alto da Ajuda. A entrada, provavelmente, será um pouco mais à esquerda, onde um arruamento cruza o limite da Festa. Pelo terreno espalham-se áreas já tradicionais...

A via rápida Lisboa-Loures fica um bocado à esquerda; também ficou já fora da foto um bom bocado do terreno da Festa, no canto inferior direito da foto. De qualquer forma, recordamos aos que tiverem mais dificuldades em orientar-se que a seta no canto superior esquerdo indica o Norte. E para a semana logo daremos mais notícias.

XII festa Avante!



# Festa da Alegria *Bilhetes à venda cartazes na rua*

**Estão à venda a partir desta semana os bilhetes para a Festa da Alegria. Também o cartaz está já a ser distribuído às organizações e na próxima semana serão feitas as primeiras colagens.**

Os bilhetes chamam-se «Ingressos na Festa» — IFs para os amigos —, custam 500 escudos e dão acesso à grande festa do Norte nos 3 dias que ela vai durar: 8, 9 e 10 de Julho.

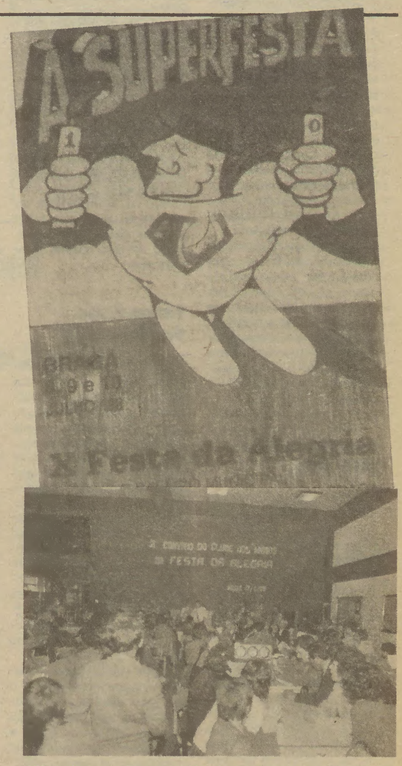
O cartaz — como os 9 anteriores — é da autoria de Arlindo Fagundes e mantém o zé-pereira como *ex-libris* da Festa. Depois de se ter desdobrado por sete instrumentos da música tradicional num primeiro período, «o zé-pereira resolveu soprar flores pela tuba, esgalhar uma guitarra eléctrica, atroar os ares com o grito do tarzan e, este ano, vestiu a capa do super-homem para anunciar a super-festa» — conta o primeiro número da folha informativa editada pelas organizações regionais (Minho, Porto e Trás-os-Montes) responsáveis pela Festa da Alegria de 1988.

Neste boletim adiantam-se **já algumas ideias para o programa e para o aproveitamento do Parque Municipal de Braga e do Palácio Municipal de Exposições e Desportos.**

Este novo espaço da Festa da Alegria, com 9 mil metros quadrados de área coberta, é um dos maiores pavilhões da Europa. Que fazer com ele? «Metem-se lá os espectáculos nobres da Festa, as exposições sobre a vida, a luta e as propostas do Partido, as exposições de artes plásticas e fotografia, os espaços de debate e convívio, e ainda cabem uns milhares de pessoas» — explicam a DORM, a DORP e a DORT do PCP.

Quanto ao Parque Municipal, espaço tradicional da Festa, «será recheado pelos *stands* de artesanato e petiscos regionais de todo o país (este ano sob o lema da qualidade), o espaço da Juventude — com uma discoteca gigante —, os retiros de fado amador, a zona do arraial popular — com um festival de folclore, fogo de artifício, jogos tradicionais»...

Vai haver mais novidades. Mas o que aqui se diz e o que por aí se sabe desta grande festa que os comunistas vão realizar pela 10.ª vez são motivos mais que suficientes para sublinhar já na agenda os dias **8, 9 e 10 de Julho.**




*150 amigos da Festa da Alegria reuniram-se no dia 17 em Braga, num convívio que foi o pontapé de saída para a 10.ª edição da grande festa do Norte, marcada para 8, 9 e 10 de Julho.*

Assembleia da República

## Sessão solene no Parlamento

# Só os valores e ideais de Abril poderão responder aos desafios do futuro

Enaltecimento da Revolução libertadora — embora nem todos os elogios afinassem pelo mesmo diapasão —, fortes críticas ao Governo e à maioria, designadamente pela sua conduta intolerante e pelas suas iniciativas tendentes a limitar os direitos dos partidos da oposição, e confiança quanto aos desafios do futuro e em primeiro lugar quanto ao muito que ainda está por cumprir do legado de Abril, sobretudo na área do desenvolvimento, constituíram três dos aspectos mais salientes das intervenções produzidas na sessão solene com que a Assembleia da República comemorou o 25 de Abril.

Dissonante, foi sem dúvida o discurso do líder parlamentar do PSD de onde, pese embora as referências à data «em que o povo reconquistou a liberdade e a dignidade», estiveram totalmente ausentes quaisquer alusões aos capitães de Abril, ou críticas à actuação governamental, limitando-se a reflexão produzida por Correia Afonso a enaltecer o «muito» que «já se fez» — as palavras são suas — e a enunciar algumas das coisas que em sua opinião «há ainda a fazer» e que sumariou em meia dúzia de conhecidos e gastos chavões («pôr termo à estatização e à colectivização e libertar a sociedade civil», «dar aplicação ao princípio da privatização» e «flexibilização do mundo laboral»), concluindo liminarmente o seu pensamento com a categórica afirmação de que «o 25 de Abril está cumprido».

### Projecto de esperança

Em sentido inverso foram no entanto os discursos de todos os restantes partidos com assento parlamentar, sendo também claramente outro o tom dos discursos do Presidente da República e do Presidente da Assembleia da República.

Considerando que embora muito já tenha sido feito desde que «Abril franqueou todas as portas a um regime democrático», Victor Crespo assinalou por exemplo que «há sempre mais a fazer», lembrando a este propósito que a «Revolução de Abril encontrou o País com taxas de desenvolvimento das mais baixas da Europa, uma economia pobre, baixos índices de investimento e mais tarde excessivas taxas de desemprego e inflação».

Para a segunda figura da hierarquia do Estado, ser digno «das promessas de Abril» é, pois, «levar por diante o projecto-esperança que todos anime e mobilize», um projecto que, disse ainda, «fortalecendo a democracia e realizando o bem-comum, se desenvolva a paz e liberdade».

### Desenvolvimento para todos

Pondo a tónica no desenvolvimento e nos desafios que o País tem pela frente, o Presidente da República deu a conhecer o seu ponto de vista de que o grande mercado europeu a criar em 1992 em consequência do Acto Único representa uma «prioridade vital», acentuando que o «indispensável desenvolvimento» a promover «tem de ter uma verdadeira dimensão social cultivando os valores da participação, da concertação e do diálogo, os únicos que em democracia — disse — são susceptíveis de evitar bloqueios, conflitos e divisões graves que tudo podem comprometer».

Mário Soares afirmou ainda a este respeito que se trata de «um imperativo moral, político e social que deve nortear a nossa acção, não esquecendo outrossim neste nosso tempo, em que certa riqueza volta a exibir-se por forma chocante, que o desenvolvimento tem de ser realizado ao serviço de todos, ninguém devendo ser excluído dos seus benefícios».

Aludindo às relações entre o Governo e a oposição o chefe de Estado lembrou que o Poder político em democracia «é sempre partilhado, participado e obviamente transitório», numa vivência em que o «diálogo, a tolerância, a concertação e a co-responsabilização são os seus instrumentos naturais e privilegiados», donde, concluiu, «a legitimidade da maioria e o respeito pelas minorias são o verso e o reverso de uma mesma regra essencial».

### Convergência dos democratas

A homenagem aos militares de Abril e a quantos durante décadas de luta contribuíram para o derrube da mais velha ditadura fascista da Europa, as referências ao que Abril trouxe e o povo conquistou, as críticas aos desenvolvimentos recentes da situação política e da acção do Governo e ainda as diversas posições quanto ao que deverão ser os caminhos de progresso e desenvolvimento social, foram entretanto alguns dos temas que perpassaram a generalidade dos discursos proferidos pelos representantes dos partidos da oposição.

José Manuel Maia, interpretando em nome do PCP o sentido destas comemorações 14 anos depois do 25 de Abril de 1974, sublinhou a importância do «espírito de trabalho no presente», espírito esse que não pode estar divorciado das reclamações e aspirações da nossa juventude», por forma a «encontrar as necessárias soluções para os problemas do futuro».

Comemorar Abril não pode nem deve ser assim, de acordo com as palavras do deputado comunista, «um acto voluntarista» em que se ignorem «os reais problemas que se colocam à sociedade portuguesa», nem os «entorses a que vem sendo sujeito o regime democrático constitucional», não podendo de igual modo estar indissociável neste XIV aniversário a **«referência ao texto constitucional»**.

E foi desses valores e ideias consubstanciados na carta fundamental que o vice-presidente da Assembleia da República falou na sua alocução, sublinhando que nesta data o que o povo português comemora são a liberdade política e o funcionamento democrático das instituições, as liberdades e os direitos dos trabalhadores, a subordinação do poder económico ao poder político democrático, a consagração de uma nova ordem democrática, a Reforma Agrária, a nova imagem de Portugal no mundo e a amizade com os povos e países antes colonizados.

Depois de recordar que Abril, mais do que apenas uma data histórica, deve significar para os jovens «o rumo das suas aspirações e anseios de coisas concretas», José Manuel Maia deteve-se no futuro e nos seus desafios de desenvolvimento e progresso social, acentuando a ideia de que para que o nosso País possa caminhar nessa direcção é necessária «a afirmação de um espírito de unidade e convergência na acção dos democratas que possa dar real conteúdo e sentido aos ideais de Abril».

### Prestigiar a Assembleia

Numa intervenção especialmente dirigida aos jovens em que considerou o 25 de Abril «ponto de partida para a construção de um Portugal moderno», Jorge Sampaio, do PS, abordou desenvolvidamente o papel do Parlamento e das suas missões essenciais (representar, legislar e fiscalizar), defendendo que é dever de todos «prestigiar esta casa e lutar com determinação contra todas as tentativas para a denegrir e menosprezar».

«O confronto político que aqui se trava traduz a diversidade dos mandatos políticos que nos vinculam», observou o líder parlamentar do PS para mais adiante concluir que, por essa razão, «as suas regras não podem ser violadas, as condições de exercício do direito de oposição não podem ser coarctadas, porque então é a democracia e a estabilidade social que ficam ameaçadas».

### Ingratidão

Hermínio Martinho, do PRD, lamentou por sua vez as «reiteradas faltas de gratidão e atenção» de que muitos militares de Abril têm sido alvo — «uma certa hierarquia parece não lhes perdoar terem feito o 25 de Abril», afirmaria mesmo —, incidindo depois a sua atenção nos três **D** que a Revolução quis consagrar: democracia, descolonização e desenvolvimento.

Sobre o primeiro, o presidente dos renovadores afirmou que a democracia é «uma realidade consolidada e fora de questão», muito embora, acentuou, «não se possa nunca esquecer que democracia é também respeito pelas minorias, espírito de servir os outros, capacidade de diálogo para encontrar consensos favoráveis ao interesse nacional».

Pela voz de Basílio Horta, o CDS fez saber por sua vez que também estava com o 25 de Abril e que comemorá-lo é «consagrar ainda e sempre a liberdade». Numa crítica aberta à conduta do PSD e do seu Governo recordou que «a maioria que conjunturalmente existe na Assembleia da República não se pode confundir com o próprio órgão de soberania», sublinhando que será «um péssimo serviço prestado às instituições e ao regime democrático se essa maioria aceitar uma pública e sistemática subordinação a directivas ou ordens, para já não falar em reprimendas, oriundas de um outro órgão de soberania ou de instâncias partidárias». «É o espírito e a letra da Constituição que são violados, é a própria dignidade dos deputados e da Assembleia da República que é posta em causa perante o País», concluiu o deputado centrista.

### Cumprir Abril

A esta mesma questão aludira já anteriormente o deputado da ID, Corregedor da Fonseca, ao recordar depois de uma desenvolvida exaltação aos valores do 25 de Abril que este se coloca «acima de toda e qualquer maioria circunstancial», pelo que, frisou, «se torna inaceitável que o regime democrático venha alguma vez a ser posto em causa por força da utilização de actos abusivos por parte dessas maiorias que afrontem as liberdades, os direitos e as garantias constitucionais».

Num discurso cheio de referências poéticas, depois de apelar aos capitães de Abril para que contem «como o sonho rompeu a janela e ganhou a realidade», Maria Santos, de «Os Verdes», exprimiu a sua convicção de que a «Revolução há-de ser cumprida» e que a melhor homenagem que «devemos prestar a Portugal» é tornar o 25 de Abril «vivo e actuante, insubstituível no processo libertador do cidadão português, na sua organização social e no poder político».

# Descobrimentos

A realização sob a égide da Assembleia da República de um *forum* internacional sobre as navegações portuguesas e organização de uma exposição comemorativa alusiva ao mesmo tema, constituem duas das iniciativas contidas sob a forma de proposta no projecto de deliberação apresentado pelo PCP tendente a organizar uma intervenção própria daquele órgão de soberania nas comemorações nacionais dos Descobrimentos portugueses.

Para o PCP, os Descobrimentos portugueses constituíram na época um triunfo do «espírito científico e da aventura humana» com múltiplas incidências nos domínios do «saber» pelo que se afigura de enorme importância, segundo o preâmbulo justificativo, «celebrá-los com rigor, sem recurso a retóricas de um saudosismo doente, avaliando o seu contributo para o mundo moderno».

Enquanto órgão de soberania que espelha melhor que nenhum outro a «diversidade das opções dos portugueses», a Assembleia da República não pode alhear-se da efeméride que corre, antes devendo, assinalam os parlamentares comunistas, promover iniciativas que partindo da especificidade do meio parlamentar «memorem a grandeza dos eventos pretéritos, numa relação viva com o que o futuro reclama».

Para lá do *forum* internacional em que se prevê a participação de especialistas nacionais e estrangeiros com destaque para os oriundos do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa e da referida exposição comemorativa, destacam-se ainda entre as iniciativas propostas um ciclo de música e teatro das descobertas a decorrer já nos próximos meses de Maio e Junho nos claustros e jardins do Palácio de S. Bento e a edição de uma antologia de textos parlamentares ligados à problemática dos Descobrimentos.

# Agricultores de Ourique a braços com diversos problemas

Integrando uma delegação constituída por dirigentes distritais e eleitos autárquicos do PCP, o deputado comunista Manuel Filipe visitou recentemente o concelho de Ourique, tendo na ocasião estabelecido contactos com representantes da Câmara Municipal, da Cooperativa Agrícola, da escola secundária e da Misericórdia local.

A partir da reunião efectuada no edifício do Município, onde foram recebidos por um vereador, a delegação foi informada de alguns dos problemas mais sentidos pelas populações, tendo-lhe sido dado conhecimento designadamente da falta de electrificação rural, da ausência de um plano director municipal (o que dificulta o investimento), dos atrasos existentes na cobertura de saneamento básico em todo o concelho e da manifesta insuficiência de médicos para prestar os necessários serviços de saúde.

A indefinição existente quanto à política agrícola deixando os agricultores sem saberem muito bem o que cultivar, a entrada de produtos da CEE com consequente redução dos rendimentos dos homens do campo, os prejuízos com o tomate e a doença que assola o azinho e o sobreiro, constituíram entretanto algumas das preocupações e problemas transmitidos à delegação e ao deputado comunista no decorrer do encontro com a direcção da Cooperativa Agrícola.

Na escola secundária, de acordo com a informação prestada aos visitantes, os problemas existentes prendem-se sobretudo com a falta de professores, subsistindo por outro lado dificuldades com o transporte dos alunos e com a falta de verbas para o arranjo dos edifícios.

A anteceder a visita a Panóias, localidade onde mais se faz sentir o atraso na implantação da rede de esgotos, a delegação do PCP deslocou-se ainda à Misericórdia local, entidade que tem desenvolvido uma meritória actividade sobretudo junto da terceira idade.

Assembleia da República

## Em causa política nacional de sangue

# PSD recusa inquérito sobre casos que põem em risco saúde pública

Há cerca de dois meses o escândalo rebentou. Por ter alertado para insuficiências e irregularidades em questões e serviços relativos à política nacional de sangue susceptíveis de pôr em causa a saúde pública, o director do Instituto Nacional de Sangue era exonerado das suas funções pela ministra Leonor Beleza. Na sequência deste autoritário procedimento, o Ministério diz ter nomeado uma comissão instaladora e instaurado um inquérito para apuramento das condições em que se efectuam as transfusões nas instituições de saúde, afirmando ainda desconhecer qualquer registo de transmissão de Sida por via de transfusão de sangue e manifestado a sua firme disposição de actuar perante eventuais situações irregulares.

Tudo bem. Mas sem resposta, ficaram entretanto todos os casos denunciados pelo então director do Instituto Nacional de Sangue, como sejam o facto deste organismo apenas controlar 9 por cento das 170 000 colheitas de sangue/ano, as transfusões de sangue serem frequentemente administradas aos doentes sem que antes sejam feitas as recomendadas análises laboratoriais ou ainda o facto de o INS não ter, de facto, um órgão de controlo e de não dispor de «quaisquer meios humanos e materiais».

Ora foram todas estas questões que voltaram na passada semana a ocupar a atenção do plenário, com os deputados a pronunciarem-se sobre um pedido de inquérito parlamentar proposto pela bancada comunista com vista «ao completo apuramento da existência de ilegalidades e anomalias e outros factores de alarme da opinião pública nas colheitas e transfusões de sangue».

Acolhida favoravelmente por todas as bancadas da oposição, a iniciativa do PCP acabou no entanto, como já vem sendo hábito, por esbarrar na vontade intransigente de uma maioria obediente e acrítica onde o peso numérico continua eficazmente a cobrir a pobreza, quando não mesmo ausência, de argumentos.

Invocado, sem convicção, apareceu apenas o argumento de que estaria já a correr um inquérito no interior e por iniciativa do próprio Ministério e que um inquérito parlamentar seria susceptível de provocar alarmismo na opinião pública.

Entendimento bem diferente foi sustentado pela oposição e designadamente pelo PCP que, pela voz do seu deputado Fernando Gomes, pôs em relevo a quase inexistente política de sangue, recordando ainda anteriores acusações ao Governo de graves negligências susceptíveis de causar danos na saúde pública.

Fundamentando a sua afirmação, Fernando Gomes socorreu-se de 10 documentos elaborados pelo ex-director do INS, os quais para além de comprovarem que a ministra desconhecia o que se passava no seu Ministério (recorde-se que Leonor Beleza invocara o facto de o director do INS não a ter informado da situação, o que se veio a provar não ser verdade dado que entre Agosto de 1987 e Fevereiro de 1988 chegaram ao Ministério os referidos dez documentos sob a forma de relatórios, propostas e projectos de despacho, incluindo a proposta de criação de um serviço nacional de sangue), constituem, por outro lado, um «autêntico libelo acusatório da acção negligente do Governo nesta matéria».

Considerando que muito embora haja que «combater o alarmismo» a situação nem por isso deve deixar de ser classificada de «alarmante», aquele médico e deputado comunista põe ainda em relevo aquilo que em sua opinião são os factos já hoje conhecidos, os quais, segundo disse, «indicam claramente situações gravíssimas em termos de saúde pública que prefiguram situações puníveis pelo nosso Código Penal, revelando no mínimo uma negligência grave».

## «Não roubem os nossos baldios!»

Provenientes do Norte e Centro do País, mais de oito centenas de compartes assistiram terça-feira, das galerias da Assembleia da República, à discussão de quatro projectos de lei da autoria do PSD, CDS, PS e PRD, os quais visam no essencial revogar o actual regime jurídico dos Baldios, liquidando a sua actual propriedade e gestão democrática pelos povos para as entregar às autoridades locais.

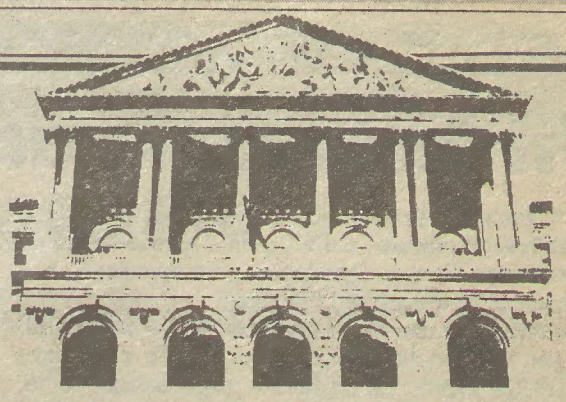
Ao deslocarem-se à capital, estes homens e mulheres das regiões serranas foram portadores de uma mensagem dos seus povos e conselhos directivos dirigida aos deputados na qual apelam para a não revogação das leis em vigor – «leis boas e justas», como lhe chamam –, exprimindo simultaneamente o seu alerta para os «graves conflitos» que adviriam com a aprovação destes projectos, encarados como um abrir de portas para o esbulho das terras comunitárias, como «um autêntico sentenciamento» da sua «futura miséria» ou da sua «emigração compulsiva».

Ponto de vista idêntico partilhou a bancada comunista – a única a ir ao encontro do sentir e das reclamações dos povos serranos – ao interpretar pela voz do seu deputado Rogério de Brito a elaboração dos presentes projectos como uma cedência às constantes pressões dos interesses, não raras vezes parasitários, urbano-industriais, em que se incluem as celuloses e a especulação dos solos urbanos».

Numa excelente intervenção onde historiou a evolução destas terras comunitárias desde os primórdios da nacionalidade até ao momento em que a lei – já depois do 25 de Abril – veio fazer justiça e repor os direitos dos povos e compartes, Rogério de Brito acabou por desmontar todos os argumentos aduzidos sobretudo quer pelo PSD quer pelo CDS, pondo a nu o carácter profundamente iníquo e anticonstitucional que enferma as suas iniciativas legislativas.

Depois de recordar idênticas tentativas destes partidos levadas a cabo ao longo dos últimos anos, Rogério de Brito chamou a atenção para o facto dos seus projectos não apresentarem «quaisquer razões de causa que justifiquem a iniciativa», a não ser, disse, «o pretenso conflito quanto à natureza jurídica dos baldios».

«Compreende-se que assim seja», adiantou o deputado comunista, na medida em que os proponentes dificilmente poderiam recusar factos tão concretos como o de, pela primeira vez, populações desde sempre esquecidas e marginalizadas, pese embora os boicotes e o continuado desgaste provocado pelas autoridades, «terem tido a possibilidade de abrir caminhos e estradas, terem assegurado o fornecimento de água para consumo doméstico e agrícola, terem dotado as comunidades de equipamentos sociais e culturais».



## Educação e ensino em debate

A situação das escolas do ensino superior não público voltou a ser abordada no plenário no decorrer de uma sessão de perguntas ao Governo suscitada pelo CDS, sessão essa onde justamente as questões de educação e ensino acabaram por estar no centro do debate, constituindo matéria para três das seis questões escolhidas pelo Governo para responder aos grupos e agrupamentos parlamentares.

Colocada pelo jovem deputado comunista Rogério Moreira, a questão prendeu-se designadamente com a recente publicação de um despacho relacionado com uma escola privada de medicina dentária proposta por uma entidade denominada CESPU. Auxiliando a memória do secretário de Estado presente, recordou Rogério Moreira as palavras do ministro proferidas por ocasião da discussão do programa do Governo de que não se podem criar escolas no ensino superior como quem abre supermercados ou mercearias, chamando simultaneamente a sua atenção para o reconhecimento então feito quanto à urgência da aprovação do estatuto do ensino particular e cooperativo.

Neste contexto, quis saber o jovem deputado comunista quais as medidas de inspecção às universidades privadas e para quando a aprovação do aguardado estatuto, indagando ainda sobre o modo como se estavam a processar as relações do Estado com as escolas privadas, designadamente com a acumulação de docência por parte de professores a dar aulas ao mesmo tempo em escolas públicas e privadas.

Como resposta o secretário de Estado limitou-se a afirmar que o estatuto vai ser discutido no Conselho Nacional de Educação e quanto aos novos pedidos para autorização de escolas, ficou-se pela confirmação da existência de tais pedidos, nada mais porém adiantando.

Evasivo, o membro do Governo afirmou ainda que o Governo entende não autorizar novas escolas sem que o estatuto esteja aprovado, declaração esta que no entanto Rogério Moreira considerou ser negada pelo referido despacho do secretário de Estado do Ensino Superior relativo à nova universidade de medicina dentária no qual se afirma, designadamente, dada a conclusão de todo o seu processo e atendendo a que aguarda apenas a «publicação do decreto-lei necessário», que podem começar «a desenvolver-se actividades escolares preparatórias».

### Maratona parlamentar

A discussão de uma proposta de lei visando isentar de imposto de selo as transacções da Bolsa, constituiu entretanto o último ponto da agenda de trabalhos parlamentares da passada sexta-feira. O facto não mereceria especial referência se todavia ele não tivesse ficado a assinalar mais um caso inédito na vida parlamentar: entrava-se na recta final de mais uma absurda maratona imposta pela maioria que obrigaria o plenário a estar ininterruptamente em funcionamento durante cerca de 27 horas.

Na discussão da referida proposta de lei – justificada pelo facto de os incentivos ao mercado de capitais terem caducado em finais do ano passado – os argumentos aduzidos pela maioria voltaram a não ter eco junto da totalidade dos partidos da oposição.

As críticas vieram de todos os quadrantes, sendo a iniciativa legislativa do Governo interpretada por exemplo por Octávio Teixeira como uma cobertura legal para o que considerou a «inadmissível recusa de cumprimento da lei por parte dos corretores da Bolsa do Porto».

O deputado comunista chamou ainda a atenção para uma segunda questão, a qual se prende com a própria isenção de imposto de selo nas transacções da Bolsa colocada pela autorização legislativa do Governo, classificando tal benefício de «iníquo e inaceitável».

## PCP impugna alterações do Governo à lei de delimitação dos sectores

O Grupo Parlamentar do PCP impugnou na passada sexta-feira, nos termos e ao abrigo do Regimento da Assembleia, a proposta de lei que autoriza o Governo a alterar a lei de Delimitação de Sectores.

Na exposição de motivos da proposta de lei por si apresentada (n.º 47/V), o Governo justifica a sua iniciativa com a adesão do nosso País à CEE, entendendo que com o seu impacto «os pressupostos em que a legislação agora em vigor assentaram estão, naturalmente, ultrapassados».

Cobrindo-se com o estafado pretexto da CEE para justificar a abertura e entrega de sectores vitais da nossa economia ao grande capital nacional e estrangeiro, afirma ainda o Executivo de Cavaco Silva no texto de abertura da proposta de lei que a nossa adesão «exige e postula a revisão da lei de delimitação de sectores, no sentido de libertar o nosso tecido económico de entraves legais não justificáveis à livre iniciativa empresarial».

Opinião diametralmente oposta tem naturalmente o PCP para quem a iniciativa governamental fere frontalmente a Constituição da República, dando «carácter meramente residual à extensão da delimitação dos sectores básicos da economia».

Fundamentando esta sua afirmação, diz o PCP que a proposta expurga todos esses sectores, em termos económicos, na indústria (remanescendo apenas o sector da indústria de armamento), esvaziando drasticamente o elenco dos demais sectores vedados.

Por outro lado, ao prever no n.º 3 do artigo 1.º a exploração ou a gestão por entidades privadas das actividades económicas e dos sectores industriais de base, constantes dos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 46/77, em regime de concessão, a presente proposta viola também na opinião do PCP o disposto no artigo 89.º da Lei Fundamental, o qual «proíbe as formas de exploração pretendidas».

De acordo com o recurso da admissão da proposta apresentado pelos parlamentares comunistas, a proposta do Governo inverte ainda, «pelo seu alcance», a «lógica e os princípios fundamentais consignados na Constituição Económica, designadamente os artigos 81.º, alínea *c*) e *e*), 85.º, n.º 3, 90.º, n.º 1 e n.º 2, bem como o artigo 9.º, alínea *d*), representando a «subversão na prática destes normativos», constituindo simultaneamente, observa o PCP, «uma verdadeira revisão antecipada e ilegítima da Constituição».

Nacional

# VII Plenário Nacional do MURPI

O VII Plenário Nacional do MURPI, encerrou os seus trabalhos no passado dia 23, com a apresentação das Conclusões Finais e Resolução, para apreciação e aprovação do respectivo Plenário.
A participação das diversas organizações do MURPI, no seu VII Plenário Nacional, «foi positiva e reflecte a vitalidade, espírito de unidade e responsabilidade de actuação, apesar das dificuldades existentes e que não devemos desprezar», segundo se afirma nas conclusões do Plenário.

Das intervenções produzidas, pela sua natureza e significado, são de assinalar o relatório da Coordenadora Nacional; as intervenções das Comissões Distritais, de Concelho e outras organizações de base; as reivindicações prioritárias do MURPI; a situação socioeconómica dos reformados, pensionistas e idosos; Relatório e Contas; jornal do MURPI; MURPI – Parceiro Social; Saudação aos trabalhadores do activo.

Nestas condições e na apreciação do balanço das actividades do MURPI os delegados ao VII Plenário Nacional decidiram que, «sem abdicar do conjunto das reivindicações contidas no respectivo Caderno Reivindicativo aprovado na IV Conferência Nacional, o MURPI, continue sem desfalecimento, a exigir dos Órgãos do Poder e concretamente do governo o cumprimento das Reivindicações Prioritárias aprovadas no Plenário» de que se destaca:

O aumento das pensões de reforma, complementos e outros subsídios; prestação de apoios sociais; aplicação efectiva do Serviço Nacional de Saúde, nos termos previstos na Constituição; revisão da Lei das Rendas. Cumprimento de um Plano Nacional de Habitação Social que contemple as necessidades dos reformados, inválidos e idosos; pagamento das dívidas do patronato à Segurança Social; participação do MURPI, como Parceiro Social, com direito de antena na rádio e na televisão; participação directa do MURPI, em tudo que diga respeito aos interesses dos reformados, pensionistas e idosos, aos vários níveis das instituições da Segurança Social.

Para o reforço, desenvolvimento e expansão do MURPI, o Plenário, decidiu ainda:

Estreitar cada vez mais os laços de cooperação, solidariedade e unidade com o Movimento Sindical Unitário, representado na CGTP-Intersindical Nacional, suas federações, uniões e sindicatos; desenvolver as necessárias iniciativas de entendimento, colaboração e interesse mútuo com as várias Comissões de Reformados de Sindicatos e Empresa; reforçar, cada vez mais, os laços de amizade, colaboração e apoio com o Poder Local Democrático, nascido com o 25 de Abril; dar todo o apoio e solidariedade e participar, com os trabalhadores do activo, na luta contra o pacote laboral, o pacote agrícola; contra as privatizações e que inclui a Segurança Social. Na luta pela defesa dos postos de trabalho, contra o desemprego e os despedimentos arbitrários. Em defesa de salários justos e reformas dignas.

***Um aspecto** do concorrido Plenário Nacional do MURPI, agora em 7.ª edição*

## *A propósito do 30.º aniversário da burla eleitoral*

# URAP e HNGD homenageiam Humberto Delgado e luta antifascista

Por iniciativa da URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) e da comissão executiva da HNGHD (Homenagem Nacional ao General Humberto Delgado), foi anunciado à imprensa no passado dia 20 o plano de iniciativas previstas para assinalar o 30.º aniversário da burla eleitoral de 1958 imposta pelo regime salazarista.

Na ocasião foram recordados «os 28 dias da campanha», que começou a 9 de Maio com a divulgação dos manifestos eleitorais de Humberto Delgado e Arlindo Vicente e terminou a 8 de Junho, dia das «eleições» com múltiplas fraudes, provocações, ameaças e prisões. Pelo meio ficaram intensos dias de luta antifascista, de fervor e grandes esperanças democráticas.

Logo a 11 de Maio realiza-se em Lisboa uma assembleia de âmbito nacional de mais de 300 delegados de trabalhadores; são discutidas as condições de vida e reivindicados aumentos salariais. A assembleia discute também a participação nas eleições presidenciais e aprova pedidos de amnistia e de abolição da censura. A censura e a repressão aumentam e os apoios às candidaturas democráticas recrudescem. A 14 de Maio, Delgado chega ao Porto, onde o aguardam na estação de comboios e imediações mais de 200 000 pessoas, na maioria trabalhadores a reclamar a mudança do regime. As forças repressivas atacam ferozmente a multidão, provocando mortos e feridos. Mas o povo do Porto não se deixa intimidar e acaba por ocupar o Coliseu onde, nessa noite, se realiza a sessão com o candidato.

As sessões de apoio às candidaturas sucedem-se em todo o País, aumentam e nada as consegue deter — nem a sempre crescente brutalidade do regime que faz diversos mortos e muitos feridos. A 30 de Maio, de madrugada, conclui-se na casa de Delgado o acordo entre as duas candidaturas, onde se decide que estas prosseguirão, a trabalhar em conjunto, e no final serão representadas nas urnas por um só candidato, o general Humberto Delgado. A campanha prossegue, em ascensão vertiginosa, incendiando todo o país de fervor democrático enquanto o regime fascista, apesar de recorrer a todos os meios repressivos e não hesitar assassinar, se sente tremer. Finalmente no dia das eleições uma monumental burla eleitoral dá a «vitória» ao candidato fascista, o almirante Américo Tomás.

### Protestos contra a burla

Logo no dia a seguir às eleições, Delgado reúne-se com a imprensa e denuncia todas as irregularidades de que até aí tinha conhecimento como assaltos a sedes, violências e prisões nos últimos dias da campanha e no próprio dia das eleições. Deixa então prever a sua impugnação. Dia 12 dirige-se a Craveiro Lopes protestando contra a repressão e outras irregularidades. Nesse dia o governo divulga os «resultados»: 1 001 138 votantes. Américo Tomás 765 081 votos (76,4%), Humberto Delgado 236 057 (23,5%)... O PCP publica manifestos e organiza acções de protesto.

Inicia-se uma série de importantes acções populares de protesto contra a burla eleitoral: nos dias 12 e 16 de Junho sucedem-se as greves de protesto abrangendo cerca de 60 mil trabalhadores de Almada, Cova da Piedade, Matosinhos, Alverca, Póvoa, Alhandra, Vila Franca de Xira, Montemor, Baleizão, em diferentes sectores de actividade.

No dia 21, Delgado procede à impugnação, reclamando novas eleições. De forma arbitrária o regime rejeita a reclamação. Dia 23, Delgado defende a formação de um governo que prepare novas eleições e de uma comissão de inquérito às irregularidades verificadas.

Sucedem-se as greves de protesto como a paralisação total em Alpiarça. O Couço pára durante 10 dias com ocupação do posto da GNR em três dias, libertação de presos e corte de comunicações pelo povo. No dia 30 as paralisações atingem empresas de Olhão, Silves e Grândola.

Nos dias 1, 2 e 3 de Julho decorrem acções de protesto simbólicas na região de Lisboa com larga adesão: gravata preta, não comprar jornais e lotaria, não frequentar espectáculos nem utilizar transportes. Nesses mesmos dias as greves continuam em Beja, Pias, Vale do Vargo, Serpa, Ferreira do Alentejo, Avis, Benavente, Escoural, Aljustrel, Torres Novas, Amadora, Cascais, Aldeia Nova de S. Bento. Dia 9 são os trabalhadores da Covina que entram em greve.

Dia 12, Delgado protesta junto do ministro do Interior contra torturas a presos políticos no Forte de Caxias. Dia 13, o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes publica a sua célebre carta a Salazar. Dia 14, Delgado dirige-se ao Cardeal Patriarca pedindo-lhe que interfira para uma amnistia aos presos políticos.

Nos meses seguintes prosseguem os protestos populares e tomadas de posição de Delgado com outros militares contra a utilização das Forças Armadas como sustentáculo do regime e da PIDE.

# *Benedita de novo em «pé de guerra»*

Agricultores, comerciantes e feirantes desfilaram pelas ruas da Benedita e cortaram durante meia hora a Estrada Nacional n.º 1.
Esta jornada foi mais uma fase de luta pela abertura total do mercado ao domingo, nesta localidade do concelho de Alcobaça.

«Toda a gente precisa de governar a vida» e «queremos um mercado para todos» foram as palavras de ordem utilizadas num manifesto distribuído à população.

É de referir que o tradicional mercado de domingo, encerrado logo após as eleições de 19 de Julho passado, foi agora reaberto apenas na parte coberta, em virtude da luta do povo da Benedita, em plenários, abaixo-assinados, concentrações, desfile e manifestação junto à Câmara de Alcobaça, delegação à Assembleia da República, etc.

Meia vitória foi conseguida, mas a Comissão de Defesa do Mercado ao Domingo em conjunto com a Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria, continuam a exigir da Junta de Freguesia e da Câmara que o mercado seja posto a funcionar tal como existia antes.

A Junta de Freguesia da Benedita e a Câmara de Alcobaça, ambas de maioria PSD, não querendo ceder à luta da população, apontam agora para a realização de um referendo à população: se quer o mercado com feirantes ou não. A isto o povo responde que o referendo já está feito: ultrapassam as três mil as assinaturas de apoio à abertura do mercado ao domingo, enquanto que a actual Junta de Freguesia foi eleita por pouco mais de dois mil votos.

Domingo, dia 24 de Abril, foi grande a afluência ao mercado. Muitos aproveitaram este dia para venderem as suas colheitas, outros para as comprarem.

Falta agora a presença dos feirantes e grossistas para que o mercado fique completo. E é esta a luta que actualmente se desenvolve.

### PCP toma posição

Entretanto a Comissão Concelhia do PCP de Alcobaça tomou posição sobre o problema, denunciando que «o comunicado que a Junta de Freguesia da Benedita distribuiu no passado dia 14 de Abril de 1988, não passa de um aglomerado de mentiras que deixam bem claras as intenções e a falta de vontade, quer da Junta quer da Assembleia de Freguesia, para resolverem os problemas existentes na Benedita». E prossegue:

«Que a Junta de Freguesia não tenha em conta os interesses da população – não nos admira. Tal faz o Governo em relação aos problemas dos trabalhadores e do povo. Tal faz a Câmara Municipal relativamente à resolução dos problemas do concelho. De comum têm o facto de nada fazerem e serem todos de maioria PSD. O que nos admira (e é ridículo) é atribuir a outros a responsabilidade daquilo que não têm feito. Isto é: a Junta não electrifica, não faz o abastecimento de água aos lugares, não cria lugares de pré-primária, não melhora a iluminação pública, não arranja as ruas e caminhos, não embeleza os lugares públicos e diz que a culpa é da população em luta pela reabertura do mercado ao domingo. Isto são desculpas de mau pagador. O que há de facto é uma Junta incompetente para guiar os destinos da Benedita e do seu povo.»

E a Câmara Municipal que faz perante esta situação? – pergunta a nota do PCP, que responde: «Nada! Ou por outra, dá o seu apoio à Junta de Freguesia, pelo que a Comissão Concelhia de Alcobaça do PCP repudia a actuação quer da Junta quer da Câmara Municipal. A Comissão Concelhia de Alcobaça do PCP mantém hoje a posição que defendeu no seu comunicado de 29 de Outubro de 1987, que tem defendido na Assembleia Municipal de Alcobaça e continuará a defender, a justa luta do povo da Benedita pela reabertura do seu mercado ao domingo.»

Finalmente a Comissão Concelhia de Alcobaça do PCP alerta a população da Benedita para:

1 – O referendo não tem base legal. Aliás, a própria Junta o afirma no seu primeiro comunicado de 22/9/87.

2 – A ser feito o referendo, quem o fiscaliza? Quem controla os boletins de voto assim como todo o processo? Há igualdade de meios financeiros, técnicos e outros, para as diversas posições em confronto?

3 – Será justo questionar apenas a população da Benedita, quando estão também em causa os interesses das populações das freguesias limítrofes, dos vendedores e compradores de outras freguesias e concelhos?

edições Avante!
Recomendam
VIII SONETOS
Ary dos Santos

Poder Local

# Loures prepara carta sanitária do Concelho

A Câmara Municipal de Loures levou a cabo uma conferência de imprensa destinada a tornar públicas as conclusões do levantamento efectuado sobre a situação existente no concelho em termos de Saúde.
A conferência de imprensa culminou uma série de visitas que o município promoveu por todo o concelho e que contaram com a presença e participação de técnicos da Administração Regional de Saúde e do município, bem como de responsáveis da autarquia.

O levantamento agora efectuado contribui com inúmeros elementos para a futura carta sanitária do concelho de Loures e enquadra-se no Plano Director Municipal que a Câmara elabora actualmente. Por outro lado, as visitas permitiram verificar quais as carências que se fazem sentir no concelho e, também, fazer um levantamento das instalações existentes, das que faltam e das que são necessárias construir.

No tocante às carências, a Câmara constatou mais uma vez que é fundamental dotar o concelho de Loures com um hospital e uma maternidade. Recorde-se que a Câmara já colocou à disposição do Ministério o terreno necessário para a construção de ambas as unidades. Por outro lado, da visita efectuada aos Centros de Saúde de Loures, Sacavém e Odivelas e respectivas extensões permitiu concluir que existem enormes carências a nível de equipamentos, condições e instalações. A título de exemplo refira-se que em Camarate a extensão local do Centro de Saúde de Sacavém situa-se por cima de uma bomba de gasolina, o que por si só já representa perigo, e que os utentes são forçados a exalar o cheiro da gasolina enquanto esperam atendimento.

Torna-se pois necessário e urgente dotar Camarate de novas instalações. Igualmente com urgência necessitam de novas instalações de saúde as localidades de Santo Antão do Tojal, Loures, Santo António dos Cavaleiros, Sacavém, São João da Talha, Póvoa de Santo Adrião, Odivelas e Caneças.

A Câmara Municipal de Loures alerta ainda para a situação paradoxal que existe no centro psiquiátrico de recuperação de Montachique, o qual dispõe de excelentes instalações e equipamentos, e que está subaproveitado. Este centro dispõe de 70 funcionários e conta somente com 6 crianças internadas, sendo a responsabilidade desta situação única e exclusivamente do Ministério da Saúde.

A Câmara Municipal de Loures entende que tão graves problemas devem ser resolvidos o mais rapidamente possível pelo Ministério, podendo este contar com o total apoio deste município sempre que a sua acção esteja virada para a solução dos problemas das populações. Refira-se que a Câmara Municipal de Loures construiu ou reconstruiu, equipou ou reequipou, ou adaptou todos os Centros de Saúde que existem actualmente no Concelho de Loures, muito embora essa actividade não fosse da sua competência.

Por fim, o levantamento agora efectuado poderá permitir melhorar, racionalizar e concretizar acções várias a nível da saúde, com resultados benéficos para as populações.

Valongo

# CDU toma posição sobre concessão à EDP

Os vereadores do PS e PSD na Câmara Municipal de Valongo aprovaram, com o voto contra da CDU, a concessão dos Serviços Municipalizados à EDP, «em condições que não salvaguardam os interesses e o património do concelho, cedendo a toda a linha às pressões e à chantagem do Governo». A decisão surgiu no seguimento de uma carta-ultimatum enviada à Câmara de Valongo, na qual o Governo, via EDP, exigia uma resposta sobre a concessão e o pagamento de uma dívida que ultrapassa os cinco milhões de contos, nada mais nada menos que três vezes e meia o Orçamento do município para o ano corrente, isto quando decorriam negociações com aquela entidade tendentes à recuperação das tarifas de energia eléctrica. É opinião da CDU, expressa em comunicado recentemente tornado público, que «antes da concessão havia que negociar a questão do tarifário — defendendo a igualdade com o que a cada momento fosse aplicado para a cidade do Porto —, assim como o montante da dívida apresentada pela EDP e que, comprovando a vontade da Câmara de resolver esta situação, fossem desde logo depositados em nome da EDP os cerca de 900 mil contos do valor das tarifas efectivamente cobradas aos munícipes desde Julho de 1986, conforme o acordo cumprido por ambas as partes até essa data».

A CDU de Valongo interroga-se sobre as razões que levariam à recusa da sua proposta e à tomada de tal decisão apressada, denunciando a preocupação que suscitam afirmações de um vereador do PSD que confirma que «o objectivo de tudo isto é a privatização dos Serviços Municipalizados». Alertando a população para a possibilidade de vir a ser cobrada uma dívida que não existe e a aplicação de bruscos e brutais aumentos das tarifas de energia eléctrica, a CDU considera que esta decisão exige autorização da Assembleia Municipal, «para que não dê aval a esta manobra».

# AECOD/Porto 6 mil contos para populações

Um balanço recente da Delegação Distrital do Porto da PL-AECOD informa que aquela Associação, dando cumprimento ao seu objectivo estatutário de contribuir para a resolução dos problemas locais, atribuiu subsídios no montante global de cerca de seis mil contos a autarquias locais e associações de moradores, colectividades populares e grupos desportivos, bandas de música e ranchos folclóricos e outras. Estas verbas permitiram contribuir para obras e realizações tão diversas como o abastecimento de água e electrificação de povoações, pavimentação de ruas, parques infantis, mobiliário escolar e material pedagógico, bibliotecas, equipamento desportivo e instrumentos musicais e para muitas outras iniciativas do movimento popular e associativo do distrito.

A acção da PL-AECOD no distrito do Porto, só possível pela recolha de receitas provenientes dos seus associados – eleitos comunistas e seus aliados – que desempenham funções autárquicas em câmaras e assembleias municipais, juntas e assembleias de freguesia e conselhos de administração de serviços municipalizados e da única empresa intermunicipal do distrito, veio assim contribuir para a resposta a carências há muito sentidas, privilegiando o apoio ao trabalho voluntário e às formas colectivas de resolução de problemas locais.

# Em Cascais CDU defende Quinta do Barão

Uma nota da CDU de Cascais informa que eleitos deste concelho solicitam a classificação de interesse público e área protegida da Quinta do Barão. E explica:

«A Quinta do Barão, com uma existência de mais de dois séculos, constitui a última vinha da Região Demarcada do Vinho de Carcavelos, de relevante valor Regional, Nacional e Mundialmente reconhecido, para além de constituir o último reduto de espaço de qualidade ambiental e ecológico da freguesia de Carcavelos (concelho de Cascais), ainda não comprometido à onda avassaladora das "urbanizações" que tem vindo a acontecer na freguesia.

«A Quinta do Barão inclui ainda, um conjunto de património edificado: Solar, Capela e Adegas, as quais constituem um caso interessante de Arqueologia Agro-Industrial, construído no séc. XVIII, de grande interesse Patrimonial e Cultural.

«A Quinta do Barão, pela sua importância vinícola, ambiental e cultural e como último testemunho da riqueza patrimonial da freguesia de Carcavelos, interessa defender e preservar».

Assim sendo, **«os eleitos da CDU nos vários órgãos autárquicos**, reafirmam as suas posições já tomadas em relação a este assunto, e indo ao encontro dos interesses dos munícipes do concelho, **solicitaram ao Instituto Português do Património Cultural e ao Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza, a classificação de Interesse Público e Área Protegida da Quinta do Barão.»**

Terra

# Pela reabertura da feira do gado de Santa Luzia

**No seguimento da luta dos agricultores pela reabertura da feira do gado de Santa Luzia, está marcada para segunda-feira, 2 de Maio, às 15 horas, mais uma audiência com o presidente da Câmara Municipal da Mealhada** — informou a ALDA (Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro.)

No dia 19 reuniram-se na feira de Santa Luzia algumas centenas de agricultores produtores de gado do concelho; do local da feira de gado dirigiram-se para a Câmara, onde uma delegação foi recebida pelo Presidente, a quem fez a proposta da reabertura da feira de gado já em Maio no local tradicional enquanto não houver local alternativo.

«A reabertura da feira de gado de Santa Luzia é para nós, agricultores e produtores de gado, um factor importante para nos podermos libertar dos grandes intermediários e podermos vender e comprar o gado a preços mais justos» — afirma-se num abaixo-assinado que foi entregue no dia 19 ao presidente da CM da Mealhada.

Os mais de 350 subscritores do documento sublinham que **a reabertura da feira de gado «trará mais riqueza e mais desenvolvimento, assim como uma melhor defesa dos interesses socials e económicos dos agricultores e produtores de gado».**


Praça da Liberdade

**Limpeza e Património Público Colectivo**

**— uma experiência de trabalho**

Consultar e ter em conta os interesses das populações, respeitar os direitos dos trabalhadores, agir com lealdade democrática e trabalhar com intensa dinâmica e espírito criativo — são as premissas que têm feito da acção do Pelouro da Limpeza e Serviços Gerais da Câmara Municipal do Porto uma experiência que se subordina a todas as razões da gestão autárquica.

Numa área municipal vocacionada para servir as populações, com 42% dos trabalhadores municipais e quase 25% (cerca de 1,75 milhões de contos) do orçamento camarário, desenvolve-se uma acção que está na dianteira dos interesses da cidade. A campanha de limpeza e a recuperação e ampliação do património da Câmara de uso público colectivo são dos aspectos mais salientes deste trabalho.

Hoje, o Porto é uma cidade limpa. A campanha de limpeza mudou a face à cidade. Dispõe de serviços que, por fim, conseguiram romper com o atraso a que estavam votados há décadas, que foram reequipados, reorganizados e dinamizados. A consciência cívica da população, quanto à limpeza, permanentemente estimulada por uma viva campanha de sensibilização, atinge já níveis de compreensão e comportamento que ultrapassam os de outras áreas da vida urbana.

Um investimento que — tida em conta a inflação — supera o dos últimos trinta anos, que visou a recuperação e ampliação de um património municipal degradado, desactualizado e insuficiente. Mudaram para melhor as condições de trabalho de mais de um milhar de trabalhadores do município.

É em Junho o 6.º Dia da Limpeza, um acontecimento que já faz parte do calendário autárquico da cidade. Manifestação de massas, em que a cultura tem cumprido papel essencial, será este ano um grande cortejo infantil recordando a História e a vida no Porto. Mais um ponto a marcar uma acção que é para continuar, sempre com a intervenção enriquecedora da população.

Uma viva experiência autárquica que se afirma pelo afinco ao trabalho e pelo acerto. A experiência do trabalho dos comunistas como uma das mais vivas realidades da cidade do Porto. ■

Internacional

## AFEGANISTÃO

# Dez anos de Revolução comemorados quinze dias depois de Genebra

Dez anos de revolução «transformaram o Afeganistão numa escola da vida, mas os inimigos estrangeiros da revolução que residem na região impuseram-nos uma guerra clandestina». São palavras de Muhammad Najib, presidente do Afeganistão, em véspera do 27 de Abril, 10.º aniversário da Revolução que arrancou o país a uma situação de atraso feudal.

Um aniversário que se comemora num momento muito particular da vida do país – menos de duas semanas após a assinatura dos acordos de Genebra, que objectivamente abrem uma nova fase histórica para o povo afegão, criando as condições, o enquadramento legal, chamemos-lhe assim, para impedir quaisquer ingerências externas, para que a paz seja enfim possível.

### Genebra

Genebra é um acontecimento particularmente importante e actual, que por isso mesmo importa aqui relembrar.

Quatro partes compõem o documento assinado por representantes do Afeganistão, Paquistão, União Soviética e Estados Unidos. Um primeiro capítulo respeita às relações afegano-paquistanesas. Um segundo ponto, ao regresso dos refugiados. Segue-se uma declaração adoptada pela União Soviética e os Estados Unidos, em que ambos os países se comprometem a abster-se de qualquer ingerência nas questões internas do Paquistão e do Afeganistão. O último texto refere-se à saída do contingente soviético que, como havia sido anunciado por Gorbatchov, a 8 de Fevereiro, terá início a 15 de Maio.

A parte dedicada às relações afegano-paquistanesas é particularmente importante.

O texto assinado apela a um respeito mútuo da «soberania, da independência política, da integridade territorial, da unidade nacional, da segurança e do não-alinhamento, assim como da escolha do sistema político, económico, cultural e social» da outra parte. O texto é ainda mais preciso quando compromete os dois países a «não utilizar a força ou ameaçar com a sua utilização de forma a não violar as fronteiras, a abster-se de qualquer intervenção armada, subversão ou ocupação militar e a não tomar nenhuma medida susceptível de desestabilizar ou de sabotar a estabilidade da outra parte». O Paquistão não poderá continuar a servir de base à pretensa «resistência afegã», pois o acordo impede cada parte de «favorecer directa ou indirectamente as actividades rebeldes ou secessionistas, permitir o treino, equipamento, financiamento e recrutamento de mercenários». «A presença, acolhimento de rebeldes nos campos» é proibida.

Tais os termos dos importantes acordos assinados em Genebra.

Da prática, o tempo dirá. Comentários e afirmações que oscilam entre a provocação e a ameaça, vieram no próprio dia, tanto de Washington como de Islamabad.

Ameaças a que aliás se somam actos muito concretos.

Segundo o «Washington Post», os Estados Unidos intensificaram os fornecimentos de armas aos grupos contra-revolucionários afegãos. Nos últimos dois meses antes da assinatura dos acordos, esses grupos receberam «armamentos pesados e sofisticados meios antitanques». Para os grupos armados têm sido enviados, nestas últimas semanas, novos fornecimentos de mísseis antiaéreos «Stinger», e novos morteiros de grande precisão.

Tudo indica que aos povos que se libertam das condições do maior atraso, do colonialismo, de situações de feudalismo, o imperialismo nada mais tem a oferecer que guerras e sofisticadas armas (por vezes mesmo as últimas modalidades, transformando assim esses mesmos povos em cobaias para experimentação das descobertas do seu complexo militar industrial).

Mas outros são os tempos e novas realidades se impõem. De que o acordo agora assinado em Genebra é aliás um exemplo.

Para o povo afegão, muito provavelmente o fulcro da batalha – criadas as bases que podem abrir caminho à paz – está num outro plano. Político. Cultural. Económico.

### Uma batalha pacífica

Não é fácil para nós «ver» o que se passa no Afeganistão, tão diversas são as realidades. Tenhamos presentes, por exemplo, as palavras do presidente afegão, quando se refere às **tribos** – «continuam a constituir um elemento extremamente importante na estrutura social», diz. Tribos cuja representação está garantida a nível parlamentar.

É no plano da vida política e económica afegã que de há muito se tem vindo a travar a batalha da paz – abrindo aliás os caminhos para que os acordos de Genebra fossem possíveis.

***Contingente militar soviético** no Afeganistão — em véspera de partida*

***Gorbatchov e Najibullah** em Tachkent. Um passo decisivo para a paz e para uma cooperação mais ampla e profunda*

Ainda recentemente se realizaram eleições para o Conselho Nacional (Parlamento), em que participaram mais de um milhão e meio de eleitores. Nestas eleições participaram vários partidos políticos (reflectindo a complexidade do quadro sociopolítico afegão).

Actualmente, 75% dos membros dos órgãos do poder e administração locais são representantes de diferentes partidos, organizações e associações, e 25% dos mandatos pertencem ao partido que fez a revolução de Abril, o PDPA. Partido que dirige de facto o processo em curso, e que abriu portas a esta ampla participação de todos.

A preocupação é não «impor ao povo soluções nem reformas para as quais não esteja ainda preparado» – nas palavras do dirigente afegão Najibullah, que sublinha – «tal erro foi cometido várias vezes».

As opções são claras. Em recentes declarações quando da inauguração de uma Universidade, em Cabul, o presidente afegão reafirmou: «Só o povo afegão decidirá qual deverá ser a natureza do Estado e do governo afegão. Não resta nenhuma dúvida de que construiremos um Afeganistão não alinhado, soberano e independente, que formaremos um governo popular de coligação».

Assim as armas se calem.

Para uma outra componente da realidade afegã importa chamar a atenção: o regresso dos refugiados.

O texto do acordo prevê que estes três milhões de pessoas (no Paquistão, dois milhões no Irão), na sua maioria gente que tentou fugir à insegurança quotidiana da guerra, pode regressar ao seu país, onde poderá escolher o local de residência, gozando dos mesmos direitos dos que ficaram no Afeganistão durante a guerra.

Para facilitar o seu regresso o presidente afegão propôs mesmo agora a criação de zonas desmilitarizadas na fronteira com o Paquistão.

Simultaneamente, as tropas afegãs evacuaram já três postos fronteiriços.

Note-se que parte destes refugiados, uns voluntários outros não, caíam sob o domínio dos chefes dos bandos contra-revolucionários, e assim eram utilizados como instrumentos da contra-revolução. O seu previsível regresso em massa (que aliás já se tinha iniciado) tenderá só por si a criar uma bem diversa situação nas fronteiras do Afeganistão.

Tudo factos significativos que nem por isso impõem menos a necessidade de manutenção do nível adequado de defesa no plano militar.

Em vésperas do 10.º aniversário da revolução, Najibullah sublinhou com clareza: «não devemos perder o equilíbrio militar actual».

# Mensagem ao PDP do Afeganistão

**Por ocasião do 10.º aniversário da revolução de Abril, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Democrático Popular do Afeganistão, a mensagem que transcrevemos:**

Queridos camaradas,

Por ocasião do 10.º Aniversário da Revolução de Abril, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Democrático Popular do Afeganistão e, por seu intermédio, a todos os militantes do PDPA, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

As jornadas históricas de 27 de Abril de 1978, que puseram termo ao regime reaccionário então em vigor e abriram ao povo do Afeganistão a real perspectiva de liquidar o secular atraso semifeudal do seu país e edificar uma nova sociedade, foram saudadas pelo PCP como um acontecimento de grande significado revolucionário. Guiando-se pelos princípios do internacionalismo proletário, o PCP sempre esteve solidário com os ideais libertadores da revolução afegã, condenando firmemente a brutal agressão terrorista desencadeada pelo imperialismo contra o novo Afeganistão e acompanhando atentamente os esforços do PDPA para consolidar e alargar a base social e política da revolução, salvaguardar a independência e soberania nacionais, defender o direito do povo afegão de decidir do seu próprio destino.

Tentando a todo o custo impedir as transformações progressistas do vosso país, ingerindo-se brutalmente nos assuntos internos do povo afegão, orquestrando uma poderosa campanha de intoxicação da opinião pública, o imperialismo e a reacção internacional criaram em torno do Afeganistão um poderosíssimo foco de tensão internacional para o qual se tornou urgente encontrar uma solução política negociada com respeito pela independência e soberania do Afeganistão. Os acordos recentemente alcançados e assinados em Genebra constituem, a nosso ver, um acontecimento de grande importância, não apenas para o martirizado povo afegão mas também para a causa da paz e do desanuviamento internacional.

Queridos camaradas,

Ao desejar os maiores sucessos ao PDPA e ao povo afegão na concretização dos ideais libertadores da revolução de Abril, confirmamo-vos a activa solidariedade dos comunistas portugueses e a nossa vontade de reforçar as já tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois Partidos. Expressamo-vos a nossa confiança em que o PDPA e as forças patrióticas e progressistas do Afeganistão, contando com a amizade e a solidariedade de todas as forças anti-imperialistas, prosseguirão pelo caminho da independência, democracia, progresso social e paz, aberto pela revolução de Abril.

# Saudação ao PC Luxemburguês

Por ocasião do 25.º Congresso do Partido Comunista Luxemburguês, «o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente todos os seus delegados e, por seu intermédio, todos os comunistas do Luxemburgo».

Na saudação do CC do PCP, sublinha-se que «os comunistas portugueses têm em alto apreço a história e a luta do PCL contra a exploração capitalista, pela unidade e acção da classe operária em defesa dos seus interesses, pelos direitos dos trabalhadores nacionais e estrangeiros, pela melhoria das condições de vida do povo luxemburguês, pelo progresso social, pelo fortalecimento da democracia, por uma política de desanuviamento e de paz. Solidários com a vossa luta por tais objectivos, e com a vossa acção visando o reforço do PCL e o seu papel na vida social e política do Luxemburgo, desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do vosso 25.º Congresso».

Após uma breve análise da realidade política actual no nosso país, destacando a luta de massas e o papel do PCP nesta luta, afirma-se na saudação:

No plano internacional, o PCP continua a agir em prol da cooperação de todas as forças da paz, da independência nacional, do progresso social e do socialismo e, em primeiro lugar, em prol da unidade do movimento comunista e operário internacional.

Reiterando os nossos votos de melhores sucessos aos trabalhos do 25.º Congresso do PCL, expressamo-vos, queridos camaradas, a nossa vontade de prosseguir e reforçar as tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos.

Internacional

## FRANÇA

# Mitterrand e Chirac na segunda volta

São conhecidos os resultados da primeira volta das eleições presidenciais em França. Mitterrand, com 34,11% e Chirac com 19,95% vão defrontar-se na segunda volta, em 10 de Maio. O outro candidato da direita, Barre, ficou-se pelos 16,53%. Le Pen subiu para 14,38%. Lajoinie, candidato do Partido Comunista Francês, teve 6,76% dos votos do eleitorado.

Um outro facto a assinalar — na Nova Caledónia, domínio colonial francês no Pacífico Sul (pesem embora as demagógicas fórmulas com que se pretende encobrir tal situação) Mitterrand requereu a anulação da primeira volta, invocando o facto de numerosas assembleias de voto não terem aberto, pela situação de tensão que aí se vive, devido ao protesto dos canacas. Note-se que na Nova Caledónia, os resultados registados são de menos de 5% dos votos para Mitterrand e 74,7% para Chirac.

Os resultados desta primeira volta — e a segunda em nada vai alterar a situação, aliás como tudo indica Mitterrand vai ser eleito — apontam para um quadro de continuidade, e agravamento até, da política antipopular que tem vindo a ser seguida. Muito embora a baixa votação de Chirac de alguma forma reflicta também descontentamento com tal política.

A votação em Mitterrand não causa surpresa. Mesmo a baixa votação no camarada Lajoinie terá em parte a mesma razão de ser.

No 26.º Congresso do PCF, afirmava-se, no relatório apresentado por Marchais, em referência a estas eleições presidenciais: «a lógica desta eleição dá grande força à tendência para o voto útil (...) François Mitterrand pode assim ser apresentado como um elemento de permanência e de segurança face aos tormentos políticos e às turbulências da crise. Já não é a força tranquila, é a força tranquilizadora. E bem se sabe, quando se conhece a profundidade das inquietações face ao futuro, a atracção que podem exercer tais valores».

Mas o mais preocupante é sem dúvida a elevada votação em Le Pen claramente fascista, claramente racista. Um exemplo mais de quanto são perigosas as situações de simultânea degradação de condições de vida das massas e de falta de perspectivas.

Não porque Le Pen defenda valores diferentes, no fundamental, dos outros sectores da direita.

Pasqua, o famoso ministro do Interior de Chirac, avançou mesmo com declarações em que considera que a esquerda ficou minoritária e que a direita se mantém maioritária, alinhando, sem hesitações, os votos de Chirac, Barre e Le Pen, que definiu como uma «poderosa corrente anti-socialista».

Nas eleições de 86, para a Assembleia Nacional francesa, Chirac afirmava, entre as prioridades da direita, a necessidade de «resolver as crispações que existem actualmente como resultado do excesso de trabalhadores imigrados no nosso país, geralmente clandestinos e por vezes delinquentes»!

Mas mesmo neste quadro, a votação em Le Pen não perde o seu preocupante significado.

No seu último Congresso, os camaradas franceses testemunhavam dessa preocupação. Voltamos ao relatório de Marchais.

«Desde 1981, constata o projecto de resolução, a consciência de classe, as ideias e os valores de progresso sofreram um recuo. A política de austeridade, cada vez mais vivida como intolerável, é massivamente considerada como inevitável. Para milhões de pessoas, a perspectiva de uma mudança está obscurecida». Que militante comunista, empenhado no terreno na acção reivindicativa e política, não se defrontou com estes obstáculos? O que nós chamámos de «deslizamento à direita» continua a ser uma realidade.

Os factos confirmam esta apreciação. Para os trabalhadores franceses, para os comunistas, para todas as forças democráticas — e para os imigrantes — as perspectivas imediatas não se apresentam como fáceis. A luta irá continuar num quadro mais difícil.

# Desmond Tutu critica recusa de sanções contra África do Sul

Quando o regime de Pretória faz uma vítima, seja na África do Sul, na Namíbia ou num país da «Linha da Frente», os responsáveis não são apenas os racistas. Isso mesmo foi a Bruxelas dizer o arcebispo Desmond Tutu, ao intervir na 14.ª Assembleia anual das Organização Não-Governamentais (ONGs), onde criticou energicamente os países da Europa ocidental pela sua recusa em aplicar sanções económicas contra a África Sul.

**Os interesses económicos e financeiros do ocidente entrelaçaram-se estreitamente na África do Sul e o governo sul-africano apercebe-se perfeitamente de que toda e qualquer exigência apresentada no Conselho de Segurança da ONU de aplicar sanções económicas contra a África do Sul esbarrará automaticamente com um veto por parte de Bona, da Casa Branca ou de Downing Street** — disse Desmond Tutu, no seu apelo aos países da CEE para que limitem os seus contactos com Pretória e bloqueiem o acesso desta aos seus mercados.

Em favor do triunfo da justiça, sublinhou, os sindicatos da população autoctone estão dispostos a suportar todo o peso das sanções económicas.

**Que na Europa ocidental** — disse — **se não fale da desconfiança em tais sanções, visto que sanções do género são aplicadas contra o Panamá, Nicarágua, Argentina ou Polónia.**

O arcebispo fez ainda notar na sua intervenção que o governo sul-africano já demonstrou a sua disposição de eliminar toda a oposição à política de *apartheid*, recordando que «as autoridades de Pretória impedem a ajuda financeira externa às organizações humanitárias sul-africanas» e que, sentindo-se protegidos e impunes, os racistas são capazes de recorrer a medidas cada vez mais drásticas.

Apelando aos oeste-europeus para que se mobilizem contra o sistema de *apartheid*, proclamado como crime contra toda a humanidade e ameaça real à paz, Desmond Tutu lembrou em Bruxelas que, para o povo sul-africano, **o *apartheid* não é uma ameaça, mas sim uma realidade que mata.**

Cada vez mais conscientes desta realidade estão os brancos sul-africanos, que procuram encontrar alternativas à política de *apartheid* e tornear as restrições à liberdade de organização das forças democráticas.

Exemplo disso foi a apresentação pública, no passado domingo, de um novo grupo anti-*apartheid* denominado «Democratas do Cabo».

A reunião inaugural da organização realizou-se na Universidade da Cidade do Cabo e nela participaram cerca de cem pessoas, na sua maioria brancas.

Dullah Omar, membro da Frente Democrática Unida (UDF), uma das 18 organizações proibidas por Pretória em Fevereiro último, alertou os apoiantes dos riscos que correm por se oporem ao regime da minoria branca.

**Foi preciso grande coragem**, disse Dullah Omar, **para lançar uma organização deste tipo num período de severa repressão, em que qualquer acção que se empreenda será vigiada.**

Os «Democratas do Cabo» apresentam-se como um grupo aberto à participação de todas as raças na luta contra o *apartheid* na província do Cabo, embora vise sobretudo mobilizar a população branca para essa luta. Como afirmou a propósito Amy Thornton, um dos organizadores, a nova formação pretende proporcionar «um lar político para os brancos que se identificam com a UDF».

## Filipinos bombardeados

O governador da província de Zambales, nas Filipinas, anunciou há dias a intenção de exigir ao comando militar norte-americano o pagamento de 12 milhões de dólares de indemnização pelos prejuízos causados por bombardeamentos «por engano» sobre aldeias de camponeses e pescadores da sua província, por aviões norte-americanos. Acontece. que as aldeias estão situadas próximo da base militar de Subic Bay, dos EUA, sendo frequentes tais «enganos».

O último acidente provocou pelo menos um morto e vários feridos.

Segundo o governador, Amor Deloso, entre 1979 e 1987 registaram-se oito acidentes do género, que prejudicaram gravemente habitações de camponeses e instalações económicas, sem que os pilotos norte-americanos tenham sofrido qualquer sanção.

Deloso afirmou a sua intenção de impedir a transformação de Zambales num polígono norte-americano e pronunciou-se contra a permanência das bases militares dos EUA nas Filipinas que, na sua opinião, prejudicam a soberania do arquipélago.

## Ajuda da CEE a Angola

Angola vai receber da Comunidade Económica Europeia um financiamento de um Programa Sectorial de Importações (PSI) de cerca de 42 milhões de dólares, no quadro dos acordos da convenção de Lomé III.

O referido programa visa prioritariamente contribuir para minorar a escassez de divisas, favorecer a reabilitação e o desenvolvimento da produção alimentar e reforçar os circuitos de comercialização.

Durante o período de vigência da Convenção de Lomé III (até 1990) Angola, como país signatário, deverá receber uma ajuda de cerca de cem milhões de Ecus, aproximadamente 3,7 mil milhões de kuanzas.

Prosseguem entretanto as conversações para a resolução dos conflitos na região e, segundo afirmou na sexta-feira o presidente José Eduardo dos Santos, é possível obter um acordo para a paz na África Austral. «Acreditamos, disse, que seja possível alcançar-se um acordo se houver da parte dos nossos interlocutores um pouco mais de flexibilidade e boa vontade».

Segundo Eduardo dos Santos, nos últimos tempos tem-se «verificado alguns progressos» nas discussões com os EUA e indirectamente com a África do Sul.

## Conferência dos Não-Alinhados

Mais de 60 países confirmaram já a sua participação na Conferência Extraordinária do Movimento dos Países Não-Alinhados sobre o desarmamento, a realizar em Havana nos finais de Maio.

A proposta desta iniciativa foi feita por Cuba e aprovada pelo Movimento em Outubro passado, tendo 33 países garantido já que se farão representar pelos seus ministros dos Negócios Estrangeiros. Anteontem iniciou-se uma sessão preparatória a quem compete debater questões organizativas e instituir uma comissão de redacção dos documentos finais do encontro.

## Panamá acusa EUA na ONU

Na sede da Organização das Nações Unidas foi divulgada na segunda-feira uma carta do ministro dos Negócios Estrangeiros do Panamá ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, acusando os EUA de prepararem uma agressão armada contra aquele país.

Segundo o documento, as forças armadas dos EUA levam a cabo exercícios militares de grande envergadura no território do Panamá, acompanhados da intensificação dos actos de desestabilização, pressão e bloqueio económico, visando o derrube do governo legítimo do país.

Estas acções, refere a carta, provam que se prepara uma agressão armada contra o povo do Panamá e significam que a administração norte-americana ignora as alíneas do Tratado sobre o Canal do Panamá e toma medidas a fim de estabelecer no território da República uma zona de ocupação militar.

Na sua exposição, o ministro panamiano Abadia Arias exorta a comunidade internacional a manifestar a sua solidariedade com o Panamá e a fazer malograr os planos dos EUA contra o seu país.

Entretanto, no domingo, o presidente do Panamá, Solis Palma, remodelou o executivo (de 12 elementos) nomeando sete novos ministros.

A remodelação foi classificada como um «instrumento para enfrentar as constantes agressões dos Estados Unidos».

Internacional

# ISRAEL

# O inferno da «terra prometida»

O Estado de Israel assinalou na passada quinta-feira o seu quadragésimo aniversário, sem honra nem glória. Nos territórios árabes ocupados, cerca de milhão e meio de palestinianos continuavam submetidos ao estado de sítio; no Conselho de Segurança das Nações Unidas a Tunísia apresentava provas documentais da responsabilidade israelita no assassínio em Tunes do dirigente da Organização de Libertação da Palestina, Abu Jihad, e exigia a «condenação do terrorismo israelita e a tomada de medidas destinadas a evitar a repetição de acções deste tipo».
Quase ao mesmo tempo, numa mensagem televisiva, o presidente israelita, Chaim Herzog, convidava os judeus de todo o mundo a irem «para a pátria livre e democrática».

As festividades do «Dia de Israel» não conseguiram iludir a situação de crescente tensão que se vive no país e o agravamento dos confrontos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Enquanto a maioria dos palestinianos, respondendo a um apelo da OLP nesse sentido, cumpria uma greve geral de protesto contra o assassinato de Abu Jihad, soldados israelitas reprimiam com balas de borracha e fogo real manifestantes em Belém, acentuavam as medidas de opressão nos territórios ocupados e impunham severas medidas de segurança nas principais cidades do país.

Na verdade, os israelitas não têm grandes motivos para comemorações. Não só porque os seus quarenta anos de existência como estado se pautaram sobretudo por guerras de ocupação, pilhagem de terras árabes, agressões a países vizinhos, tentativas de genocídio do povo palestiniano, mas também porque, a nível interno, vêm sendo cada vez maioras as dificuldades económicas e sociais que tornam efémeras as repetidas promessas da «terra prometida».

Ninguém hoje duvida que Israel apenas sobrevive à custa da ajuda norte-americana. Já em 1984, na sequência da guerra do Líbano, a economia israelita estava à beira do abismo, com uma inflação anual da ordem dos 444,9 por cento, contra 191 por cento em 1983.

No mesmo ano, a dívida externa era superior a 22 000 milhões de dólares, o nível de vida baixara cerca de 7,5 por cento e os israelitas pagavam os maiores impostos do mundo. Os gastos militares e as dívidas contraídas na sequência dos mesmos já então absorviam cerca de 2/3 do orçamento anual de Israel.

Ainda de acordo com dados de 1984, o desemprego afectava 5,9 por cento da mão-de-obra activa. A emigração começou a ser maior do que as entradas no país, situação que preocupa as autoridades israelitas, até porque tende a agravar-se. O convite de Herzog aos «judeus de todo o mundo» veio de resto confirmá-lo.

De então para cá a situação não tende propriamente a melhorar, pois se do ponto de vista económico Israel conseguiu, graças aos seus acordos com a África do Sul, melhorar o seu défice comercial (2500 milhões de dólares em 1984), não só se continuam a canalizar elevadas verbas para o sector militar como, a nível interno, a instabilidade se tornou cada vez maior com a sublevação popular nos territórios ocupados.

## Aliança de lobos solitários

Vale a pena determo-nos um pouco sobre a referida aproximação de Israel com a África do Sul, a que a revista alemã «Der Spiegel» chamou recentemente de «Aliança de lobos solitários».

Segundo a revistal, Telavive estabeleceu com Pretória uma cooperação ilimitada, investindo mais capitais na economia sul-africana do que qualquer outro país. As conclusões são óbvias: retirar os dividendos de tal investimento e simultaneamente apoiar o regime de apartheid.

A «Der Spiegel» afirma que conselheiros israelitas participaram na planificação e preparação da agressão sul-africana contra Angola, actuando também desde há alguns anos na Namíbia e nas acções armadas contra os «Países da Linha da Frente», designadamente através do fornecimento de armas.

De acordo com a revista, a cooperação entre os dois países estende-se igualmente ao domínio da criação conjunta de armas nucleares, já desde há longa data. Assim, a África do Sul forneceu a Israel o primeiro lote de urânio enriquecido para o seu programa nuclear, mantendo desde então estritos contactos e troca de informações no respeitante a investigação tecnológica. Telavive, afirma a «Der Spiegel», forneceu a Pretória mísseis tipo «Jerico» que podem ser dotados de ogiva nuclear.

A par disto, é sabido que engenheiros israelitas trabalham com os sul-africanos na construção do caça-bombardeiro «Lavi»; que os mísseis «Gabriel», as metralhadoras «Uzi» e as pistolas metralhadoras «Galil» são fabricadas na África do Sul sob licença israelita. Os racistas, por seu turno, fornecem Israel com aços especiais e carvão, entre outros produtos.

Os dois países não estão, evidentemente, sozinhos. Os boicotes internacionais aos produtos sul-africanos são torneados através do seu escoamento por empresas israelitas, associadas a grupos industriais de países da Europa ocidental e dos Estados Unidos. É o que sucede por exemplo em relação ao projecto «Lavi», em que interesses norte-americanos investiram cerca de 1,5 mil milhões de dólares.

Parafraseando a «Der Spiegel», os «Lobos Solitários» estão cada vez mais próximos, na política que praticam, nos crimes que cometem.

Na África do Sul, o *apartheid* mata, oprime e explora a esmagadora maioria da população negra, e nega a condição humana.

Em Israel, sionistas como o primeiro-ministro Isaac Shamir não têm pejo em afirmar (revista «Time» deste mês) que os palestinianos não passam de um «bando de gafanhotos». A abater, evidentemente.

*Apartheid*, sionismo, qual é a diferença?

A «Terra Prometida» de Israel não passa de um inferno.

# Morte em Tripoli esperança na Síria

A cidade de Tripoli, no Norte do Líbano, foi palco no passado sábado de mais uma sangrenta tragédia: a explosão de um carro armadilhado provocou, segundo as primeiras estimativas, 66 mortos e 126 feridos. Foi o mais grave acto de terrorismo provocado desde Junho de 1985.

Segundo o Comité de Coordenação de Tripoli, organismo que agrupa as principais personalidades da região, o atentado é da responsabilidade dos falangistas, que actuam no país a «soldo de Israel».

A população local cumpriu no domingo uma greve geral de protesto contra o hediondo crime, que muitos temem ser o prenúncio de nova onda de violência.

Entretanto, nos campos de refugiados palestinianos no Líbano, o fim-de-semana foi assinalado com o renascer da esperança da possibilidade da procura de uma solução para a questão palestiniana receber um novo impulso. Na origem disso está o restabelecimento das relações entre a OLP e a Síria, assinalado no domingo com a chegada de Yasser Arafat a Damasco.

As relações entre a OLP e a Síria foram seriamente abaladas em meados de 1983, na sequência das divisões internas registadas na Organização de Libertação da Palestina após a sua saída de Beirute, em 1982.

Yasser Arafat, que foi recebido pelo presidente sírio Hafez Assad na segunda-feira, declarou à sua chegada a Damasco que a OLP e a Síria vão «lutar em conjunto» para que «a bandeira árabe flutue sobre Jerusalém», sublinhando que as duas partes estão de acordo em rejeitar qualquer «acordo separado» de países árabes com Israel, bem como o plano norte-americano para o Médio Oriente.

Recorda-se que a visita de Arafat à Síria foi antecedida de negociações entre responsáveis sírios e dirigentes palestinianos que participaram no funeral de Abu Jihad, assassinado por um comando israelita em Tunes no passado dia 16 e enterrado nos arredores de Damasco.

De salientar, por outro lado, que também o rei Hussein da Jordânia tomou posição contra o plano Shultz para o Médio Oriente, afirmando que o seu país «não substituirá os palestinianos nem assumirá nunca o papel da OLP» numa conferência de paz sobre o Médio Oriente, por considerar que «a OLP é o único e legítimo representante do povo palestiniano».

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A Guiné "portuguesa" é um pequeno país com a superfície do Alentejo e Algarve reunidos e com 600 mil habitantes. O seu povo lutou bravamente, durante séculos, de armas na mão, contra os comerciantes portugueses que iam caçar escravos para vender para o Brasil e Antilhas; só em 1916 terminou a ocupação do território pelas forças portuguesas, depois de uma bárbara campanha colonial.

A partir desta data, o monopólio da CUF interessou-se pelas riquezas naturais do país, sobretudo pelos óleos, e instalou aí uma casa comercial. Iniciou-se assim a exploração da Guiné pelo capital monopolista, que conduziu à revoltante situação actual: 60 mil famílias camponesas são obrigadas a cultivar amendoim e coconote para vender a colheita obrigatoriamente às sucursais da CUF e da Soc. Nacional de Sabões, que a pagam a preços miseráveis e a embarcam nos navios da Sociedade Geral (CUF) para Portugal.

Nos últimos anos penetrou na Guiné o capital imperialista: os jazigos de petróleo e minério de ferro e alumínio foram entregues a três grandes companhias, uma americana, outra alemã, outra holandesa. Além de explorarem o minério, os imperialistas estão interessados em ter na Guiné uma base de agressão e provocação as povos da África Ocidental.

Os resultados do domínio português na Guiné estão à vista: o povo tem um dos mais baixos níveis de vida do mundo, as crianças morrem aos milhares, há 99% de analfabetos, nove décimos do território estão incultos e despovoados e todos os anos milhares de homens atravessam a fronteira, fugindo ao inferno colonial, deixando nas aldeias as mulheres e as crianças.

O povo guineense, que nunca cessara de lutar, intensificou a sua acção organizada nos últimos dez anos: organizam-se greves contra a exploração colonialista, como a dos carregadores da CUF, em Maio de 1956; os camponeses resistem a entregar as colheitas; funda-se o Partido Africano da Independência, que inicia a luta clandestina.

Em resposta, as autoridades fascistas portuguesas têm redobrado de crueldade sobre o povo. Em 3 de Maio de 1959, quando os trabalhadores de Bissau se puseram em greve reclamando maiores salários, as tropas e alguns colonos dispararam à doida sobre a multidão, matando 50 trabalhadores. Foi o massacre do cais de Pijiguiti, que aumentou ainda mais o ódio à ocupação portuguesa. As lutas e a resistência do povo alargaram-se a toda a colónia, apesar de serem metidos centenas de guineenses no campo de concentração da ilha das Galinhas, apesar dos desembarques constantes de tropas, da instalação de 10 aérodromos militares, das torturas e assassinatos de patriotas.

Numa última tentativa para impedir a guerra, o Partido Africano da Independência dirigiu em 1 de Dezembro de 1960 uma carta solene ao governo de Salazar propondo negociações para a independência da Guiné e Cabo Verde. Mas a resposta de Salazar foi uma nova onda de terror da PIDE, que em Fevereiro de 1961 lançou nas prisões 200 patriotas, alguns dos quais foram assassinados entre cruéis torturas.

Disposto a não recuar perante nenhum sacrifício na luta pela independência, o povo da Guiné lançou-se há meses na luta armada. (...) O nosso Partido, exprimindo os interesses profundas da classe operária e do povo trabalhador de Portugal, sempre encarou o povo da Guiné (...) como um povo irmão, um valioso aliado na luta pelo derrubamento da ditadura de Salazar».

**(«Porque pegou em armas o povo da Guiné?» — — «Avante!», VI Série, n.º 328, Abril 1963)**

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 748
28 de Abril de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

# Em Foco

# Açores e Madeira

## Males velhos querem mudança



Como os nossos leitores puderam verificar no número da semana passada, o «Avante!» fez a cobertura das Assembleias das Organizações das Regiões Autónomas do PCP (a 3.ª dos Açores e a 2.ª da Madeira) realizadas em Ponta Delgada e no Funchal nos passados dias 16 e 17 de Abril, enviando dois jornalistas expressamente para o efeito.
O trabalho dos nossos enviados às duas Regiões Autónomas se, naturalmente, incidiu nas duas iniciativas do Partido ali realizadas, não se esgotou nelas ou no seu relato jornalístico, de resto já publicado, como referimos. As deslocações foram aproveitadas, também naturalmente, para aprofundar um pouco mais e no tempo disponível a apreciação das complexas realidades sociais, políticas e culturais quer dos Açores, quer da Madeira, tomando como referência os preciosos, precisos e fundamentados levantamentos feitos pelas duas Assembleias do Partido, que constituíram (e constituem) notáveis radiografias da vida e dos problemas que se enfrentam nestas duas Regiões Autónomas e, simultaneamente, análise, reflexão e balanço da intervenção do PCP nas referidas Regiões e da sua crescente influência e prestígio.
Se as realidades dos Açores e Madeira justificam por si só e em qualquer altura uma apreciação jornalística pormenorizada, nesta altura merecem particular atenção, dado estar-se a cerca de seis meses de eleições para as duas Assembleias Regionais, e, logicamente, para novos executivos regionais. Seguir e apreciar neste momento alguns dos graves problemas que os ainda hegemónicos governos regionais do PSD continuam sem resolver e, certamente, se preparam de novo para escamotear em mais uma campanha de demagogia desenfreada, é trabalho informativo de óbvia importância. Dar conta das firmes, embora lentas, alterações que se vão detectando no perfil sociopolítico das duas Regiões – directamente provocadas pelo crescente isolamento dos Governos nacional e regionais do PSD e concomitante reforço do prestígio das forças democráticas nestas Regiões, com relevo para o PCP – é trabalho político manifestamente oportuno.
Daí a continuação das reportagens sobre Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Lá onde são velhos, os males duma política corrupta, incompetente e demagógica prosseguida há anos pelo PSD. E, mais tarde ou mais cedo, males velhos querem mudança... ■

➔

■ *Henrique Custódio*

# AÇORES (2)

# Quanto do teu mar são lágrimas de Portugal...

Açores é paixão.

O jornalista chega e fica interdito naquele cadinho de nove peças em pleno Atlântico dispostas. A realidade nacional — nas vertentes que se quiser — murmura ali os segredos e as verdades que fazem de Portugal e dos portugueses uma singularidade irrecusável. O amor à terra e o fascínio pelo mar pulsam também lá (sobretudo lá?) velhas contradições: confronto entre a raiz e a folha da mesma árvore — a primeira abraçando o quotidiano com todas as forças, a segunda aspirando os voos que redimem servidões a golpe de asa. Não é por acaso que a guitarra e o fado foram tão oceanicamente transfigurados pelos Açores. Não é por acaso que os portugueses ali se instalaram desbravando a terra e semeando hortênsias, caçando baleias e bordando a paisagem, resistindo ao isolamento e convivendo com vulcões. Que dali partem com a eterna paixão de voltar...

Do outro lado da beleza extasiante das ilhas — no lado de cá da gente, de todos nós — a vida pulsa e deixa-se ver, mesmo na superficialidade de uma visita apressada: tascas a mais e escolas a menos, um sector de serviços esmagadoramente contratado a prazo ou sem contrato nem prazo para o sonhar, agricultores escalando martírios e escarpas sobre um cavalo meditabundo, e opulências roncando motores de muitos cavalos e milhares de contos sem meditarem na irracionalidade de andar de carros «turbo» por estradas sem quilómetros, sem rectas e tantas vezes praticamente... sem estrada.

Pairando sobre tudo isto pode ver-se não apenas açores (que afinal são milhafres) mas, sobretudo, o gesto e a mão que mandam e comandam o poder regional no arquipélago — e tanto pelo que fazem como pelo que não fazem.

A história que se segue tem o sabor de uma narrativa e um único pormenor extraordinário: o facto de não ser ficção. De qualquer modo há-de cumprir a função que se lhe comete — a de ilustrar a versão seráfica e beatíssima dum governo PSD nos Açores.

*Cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel. Lá ao fundo, o descobridor Gonçalo Velho Cabral contempla o oceano. É para ele que parecem caminhar as duas jovens, atravessando o portal que é um* ex-libris *da cidade. Há quem, entretanto, se vire para terra, porque não queira ou porque não possa virar-se para outro lado...*

Estamos na ilha de S. Miguel, a maior do arquipélago. De Ponta Delgada ao Bairro dos Pescadores, no Concelho da Lagoa, vão 10 quilómetros de estrada e 20 minutos de automóvel. O sol e a chuva brincam às quadro estações, como por lá se diz para explicar as leviandades meteorológicas da Região, que transformam os dias num rendilhado de chuvas e abertas. Fazemos o mesmo percurso de Mota Amaral na última campanha eleitoral na Região, com a diferença de que ele foi caçar votos com promessas e nós ver o que valem as promessas depois dos votos.

O Bairro dos Pescadores surge-nos de repente ao desfazer duma curva, agachado em ruas paralelas entre a imensidão do mar e o deserto de um largo onde ninguém se lembrou de plantar flores, erguer um parque infantil ou semear meia dúzia de bancos de jardim. À direita, e dominando o bairro como sombra ameaçadora, ergue-se um silo gigantesco; à esquerda foge uma rua de terra batida onde vão dar todas as outras; nela brincam crianças, deambulam cães e emergem grupos de homens rente aos passeios, que não há, e frente às tascas, que não faltam. Quando nos virámos para o bairro, a chuva começou de novo, o que não é um pormenor irrelevante porque nos forçou a desembestar pela rua mais próxima. Por acaso onde morava o camarada António de Sousa — ele, mais a mulher, dois filhos lindíssimos, o cunhado e a sogra. Mas estava longe de ser o morador com mais gente em casa: mesmo em frente, o senhor Francisco Cordeiro, 47 anos de idade e quase tantos de pescador, tinha para nos mostrar como se mete nove adultos e cinco crianças em quatro cubículos.

Anos antes Mota Amaral visitara a zona, afirmando-se muito impressionado com o que viu e prometendo resolver a questão de imediato. Como estava tudo na mesma, nós também pudemos ficar muito impressionados...

## Fique sabendo!

A porta da entrada do senhor Francisco Cordeiro, à semelhança do que acontece com as restantes 49 casas do bairro, dá para um aposento de uma dúzia de metros quadrados onde se acumulam três serventias essenciais — cozinha, retrete e sala de refeições. As duas primeiras estão ao lado uma da outra, na zona esquerda do aposento; o resto é ocupado por uma mesa, bancos que se guardam por baixo dela, algumas cadeiras e um aparador. A retrete é isso mesmo e só isso, porque não tem espaço nem equipamento para banho. A cozinha, propriamente dita, resume-se a um fogão enfiado num buraco da parede.

Quando entrámos, a Maria do Rosário, de 15 anos e uma das três filhas do casal, preparava o almoço da família. Encolheu-se, envergonhada, para junto do aparador, espreitando-nos com uns belos olhos azuis assarapantados. Catarina, sete anos e neta do dono da casa, fugiu para a porta da rua, desconfiadíssima da máquina fotográfica; outra neta, a Helena, uma bebé loira como o trigo, emergiu de um quarto interior nos braços da mãe, a Ana Isabel Cordeiro, que nos cumprimentou e apresentou o marido, Manuel Bernardo, «também pescador, é claro!».

O embaraço inicial foi rapidamente substituído pela ânsia de mostrar e denunciar as condições degradantes em que viviam. Levantaram cortinas e expuseram três quartos com as entradas irradiando de um ângulo do primeiro aposento, onde se amontoavam camas e se empinavam colchões enrolados, que todas as noites se estendem no chão. Francisco Cordeiro, o patriarca da família, chamava-nos entretanto a atenção para o facto de a casa (como todas as do bairro) pertencer ao Governo Regional, exibindo-nos recibos de renda que começaram por ser passados pela Caixa Nacional de Pensões, depois pelo ministério dos Assuntos Sociais e finalmente (a partir de 1982) pela Região Autónoma dos Açores. E a vizinhança começou a acorrer, primeiro uma sobrinha do dono da casa, Rosa Coelho, depois outras pessoas que também queriam mostrar as suas casas. O diálogo abria-se em regueiras de protestos, querendo vivamente desaguar na atenção do jornalista, com a experiência de quem já se habituou a organizar esforços conjuntos para se fazer ouvir. Após o deslindar das habituais confusões acerca da possibilidade de sermos da televisão, Francisco Cordeiro pareceu entender pela primeira vez a nossa repetida identificação de jornalista do «Avante!» para nos exclamar, olho arregalado e dedo espetado como se nos quisesse convencer: «**Pois fique sabendo que dizem mal dos comunistas mas eles foram os únicos que se puseram do nosso lado, que nos ajudaram na nossa luta, que denunciaram esta pouca vergonha!**»

***Nos Açores há quem escale encostas e dificuldades montando em cavalos meditabundos e quem compre automóveis "turbo" para exibir jactâncias, sem meditar na imbecibilidade de tais ostentações numa região onde as estradas quase só têm curvas quando não têm, sequer... estrada***

## Ponha lá!

Na verdade o PCP, através do seu deputado na Assembleia Regional, foi o único partido a denunciar a gritante situação que se vive no Bairro dos Pescadores da Lagoa, fazendo-a submeter à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais da Assembleia Regional e enquadrando-a na canhestra, demagógica

e corrupta política de habitação do Governo Regional, como o atesta o estranhíssimo «melhoramento» feito no Bairro há meia dúzia de anos, consumindo 35 000 contos numas dezenas de abarracamentos acrescentados a cada uma das 50 casas e onde chove. Não é preciso ser construtor civil para ver que é impossível consumir tanto dinheiro em tais tugúrios...

E o diálogo prosseguiu, carreando aluviões de queixas e dados, de resto recolhidos e organizados num inquérito feito a todos por iniciativa de um grupo de moradores do Bairro dos Pescadores e realizado com o apoio da Organização Concelhia do PCP da Lagoa (e que José Decq Mota, deputado do Partido na AR, junto à sua solicitação à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais): o Bairro é constituído por 50 casas — destas, apenas 4 têm quarto de banho em condições (8% do total) e que foram construídas pelos inquilinos; o número total de pessoas residentes é de 342, sendo 176 adultos e 166 crianças (respectivamente 51,5% e 48,5%) e o número médio de pessoas por casa é de cerca de 6,84, número muito acima da média do Concelho que é de pouco mais de 4; existem ali cerca de 212 quartos (na sua maioria de muitíssimo reduzidas dimensões), o que dá uma média de, aproximadamente, 4 pequenos quartos por casa; cerca de 72 moradores trabalham, o que dá uma população activa no Bairro de cerca de 21%, número muito abaixo da média regional; o rendimento *per capita* (por casa) oscila entre 1277$80 e 12 500$00, sendo em média de 4650$00, número muito abaixo do mínimo necessário para subsistência; em 43 das 50 casas chove lá dentro (85%) e nas restantes não chove porque, na sua maioria, os inquilinos retelharam as casas onde moram; cerca de 27 inquilinos (54%) já recorreram a apoio à habitação degradada. Destes 27, apenas 5 (18,5% dos que pediram apoio) beneficiaram desse mesmo apoio.

O tempo urgia. Era impossível visitar mais casas, mas o que víramos era mais que elucidativo, dava para mostrar ao País o que se passa no Bairro dos Pescadores da Lagoa. Explicámos isso mesmo, aceitaram a justificação, agradeceram a visita e fizeram questão em sublinhar: «Ponha lá que o Mota Amaral nos enganou! Veio aqui, viu o bairro, ficou muito triste, disse que resolvia tudo e até agora nada! Não se faz!»

Pois não. Vai sendo altura de também não votar em gente que faz coisas destas. ■

*Bairro dos Pescadores no concelho de Lagoa, ilha de S. Miguel. 50 casas agachadas entre o mar e um terreiro escalvado, onde se amontoam centenas de pessoas; as retretes são ao lado das cozinhas. O senhorio é o Governo Regional do PSD...*



*O senhor Francisco Cordeiro, à porta de casa com parte da família. Entrando-se fica-se de imediato e em simultâneo na cozinha, retrete e casa de jantar*

*Da esquerda para a direita, Francisco Cordeiro, Catarina, Manuel Bernardo, Ana Isabel, a bebé Helena, Duarte Cordeiro e Maria do Rosário, na sala-cozinha-retrete*

*Maria do Rosário preparava o almoço. Timidamente, acedeu posar para a fotografia*

*A bebé Helena num dos quartos onde se atravacam camas e se empilham colchões que se estendem de noite no chão*

# A denúncia do escândalo

Na sua intervenção na Assembleia Regional dos Açores em sessão realizada na Horta, onde denunciou a situação do Bairro dos Pescadores da Lagoa, em S. Miguel, e fazendo-a submeter à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, o deputado do PCP José Decq Mota pormenorizou alguns dados significativos sobre este caso. Transcrevemos, por isso, alguma passagens dessa intervenção.

(...)

Conheço pessoalmente diversos casos em que presidentes de Junta do PSD e funcionários regionais intimaram cidadãos que pretendiam usufruir dos apoios à recuperação da habitação degradada a demitirem-se de partidos da oposição ou de listas eleitorais, também da oposição, como condição necessária para usufruir desses apoios. Isto é, pura e simplesmente, inadmissível, mas acontece nesta Região Autónoma nos dias de hoje. Todos o sabemos!

(...)

Como se sabe o Bairro de Pescadores da Lagoa é construído por casas sem qualquer espécie de habitabilidade, e que são na concepção dos seus espaços e na qualidade e tipo de construção um produto acabado da prática do regime fascista no domínio da habitação para as classes trabalhadoras.

(...)

Os habitantes do Bairro dos Pescadores têm realizado um vasto conjunto de diligências junto de todas as entidades que possam intervir no sentido de melhorar a situação.

Recentemente um grupo de moradores do bairro promoveu um inquérito à situação das 50 casas. Todas as famílias deram as respostas solicitadas, por forma a que se pode dispor, neste momento, de alguns dados elucidativos e actuais.

(...)

Normalmente é dito aos habitantes do bairro que não têm direito a usufruir dos esquemas de apoio à habitação degradada, porque não são proprietários das casas. Só que o proprietário que é a Região, nada faz para conservar as casas.

(...)

Mães de famílias muito grandes, reformados no fim da vida a subsistirem com pequenas pensões; jovens trabalhadores do mar ou da indústria que ganham salários por de mais curtos para as necessidades; todos eles me pediram que exigisse às entidades competentes, soluções urgentes e que alertasse a opinião pública para a situação em que vivem.

Todos eles me contaram as visitas que entidades oficiais lá fizeram desde 1976.

(...)

Alguns deles fizeram questão em dizer, desiludidos, que tinham por muito tempo pensado que o sr. presidente do Governo Regional iria resolver o assunto, pois tinha ficado muito impressionado com o que vira.

Uma senhora de mais de 70 anos chegou a pedir-me, revoltada, que perguntasse ao presidente do Governo se ele saberia o que era viver assim. A pergunta aqui fica, mas já com resposta: nenhum de nós que aqui estamos, nenhum dos presentes e que tem responsabilidades no Poder ou na oposição saberá, de facto, o que é viver como se vive no Bairro dos Pescadores da Lagoa, em 1987, na época da electrónica, do nuclear, da velocidade supersónica (...) ■

■ *José Paulo Oliveira*

# Madeira em ano de eleições regionais

*Funchal*

**Nos meios de Comunicação Social impera o comando de gente que está às ordens do dr. Alberto João Jardim e que agarra com mão-de-ferro tudo o que é informação.**

Para o observador menos atento, talvez para aquele turista que passa na Região madeirense oito breves dias de férias, aquelas palavras, pronunciadas na recente Assembleia da Organização do PCP, podem parecer exageradas. Mas não são, de facto. As coisas passam-se assim todos os dias, com a maior das «naturalidades». Exemplos concretos, perguntará o leitor...

## Comunicação Social e liberdade de expressão

## Mão-de-ferro para tentar eternizar um poder direitista

O deputado do PCP, Mário Aguiar, falou na 2.ª Assembleia dos comunistas madeirenses de «subsídios que são dados (pelo Governo de Alberto João Jardim) não para projectos concretos que contribuam para o desenvolvimento da Região, mas para encher os bolsos» de familiares de membros do Governo Regional, «como aconteceu com os 127 mil contos dados à Empresa Madeirense de Navegação». Esta curta passagem da intervenção de Mário Aguiar por acaso passou na TV. Em alvoroço, Alberto João Jardim depressa mandou emitir uma **nota oficiosa** (com mais palavras do que as permitidas por lei para passagem integral na Informação).

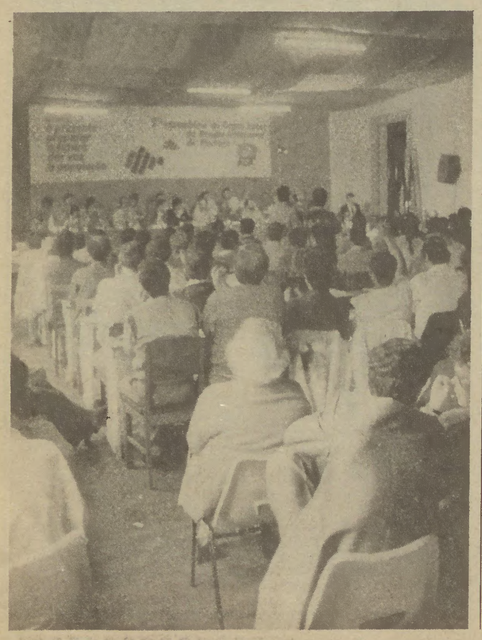
O PCP reagiu e emitiu uma resposta à nota, que acabaria por ser **censurada**...

Já agora, outro exemplo. O jornalista António Sampaio, do «Diário de Notícias» (Madeira), tentou durante algum tempo levar aos seus leitores uma informação isenta e objectiva, na medida das suas possibilidades e da sua maneira de ver. Após várias pressões, não se deixou «comprar». Resultado: foi posto na prateleira.

### Autocensura

Como dizia o jovem **Vítor Faustino** na tribuna da 2.ª Assembleia da ORAM do PCP, **«o panorama em que vivemos é na verdade preocupante. Jornais, Rádio e Televisão estão directa ou indirectamente controlados pelo PSD, com a pretensão declarada de formar uma opinião pública favorável à sua continuação nos órgãos do poder».**

**«São raros os minutos consagrados pela RTP às forças democráticas, nomeadamente ao PCP. O mesmo poderemos dizer das Rádios. Quanto aos jornais também são muito poucas as linhas que abordam a nossa actividade e, no entanto, ela é importante e é sentida pelos trabalhadores e pelas populações.»**



Noutra passagem, Vítor Faustino lembraria:

«Os profissionais da Comunicação, honestos e competentes — que os há — são directa e sofisticadamente pressionados e condicionados, acabando por praticar uma autocensura, como **antes do 25 de Abril.»**

Falta de isenção e de liberdade de informação, aliada no caso da TV ao uso e abuso dos enlatados **made in USA** de péssima qualidade, são traços característicos de uma Comunicação Social controlada, inserida, naturalmente, numa actuação mais alargada ao nível das limitações impostas, por exemplo, no campo da propaganda e da actuação das forças políticas da oposição e do movimento sindical. Brigadas de trabalhadores das Câmaras Municipais são pagas pelos presidentes PSD para arrancarem e destruírem cartazes, panos, faixas, pinturas murais, etc. Ser comunista é (ainda) motivo para ser apontado. Nas vésperas da greve geral de 28 de Março, muitos trabalhadores foram interrogados para que dissessem se iam ou não aderir à greve. Uma enorme percentagem de madeirenses e porto-santenses têm familiares seus a trabalhar nos órgãos do Governo Regional e das autarquias...

### Unir esforços

O panorama é negro. Mas os comunistas não cruzam os braços. É possível e necessário alterar esta situação. De novo, a palavra para Vítor Faustino:

«Há que unir esforços e procurar no campo político as transformações democráticas necessárias.

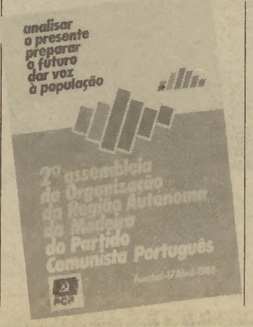
**No campo da Comunicação Social:**

● Temos que continuar a lutar para que sejam utilizadas todas as possibilidades de, no terreno da legalidade institucional, conseguir o acesso das forças democráticas aos órgãos de comunicação.

● Devemos apoiar com firmeza a unidade e a luta dos trabalhadores da Informação em defesa da sua ética profissional e dos seus interesses de classe.

● Iremos apoiar todas as tentativas que surjam no campo democrático de produzir uma informação honesta e de qualidade, nomeadamente as rádios livres e o aparecimento de um semanário regional que contribua para o esclarecimento das populações e o entendimento das forças democráticas.

*Uma Assembleia que comprovou a profunda ligação à realidade regional*




**No campo da Informação e Propaganda do Partido, é necessário:**

● Que continuemos a combater a limitação efectiva das liberdades democráticas e as campanhas anticomunistas que visam impor o isolamento do PCP.

● Que desmascaremos a política do Governo Regional, continuando a realizar conferências de imprensa, notas de informação, comunicados aos trabalhadores e às populações com distribuição nos locais públicos.

● Que procuremos incentivar a venda e a leitura do «Avante!» e de «O Militante» e realizar iniciativas públicas que transmitam a verdadeira imagem e os objectivos do nosso Partido.» ■

# O PCP na Assembleia Regional

## *Uma voz que não está isolada*

Não é difícil encontrar na Madeira quem reconheça e considere o valioso trabalho do deputado comunista na Assembleia Regional. Não se trata do elogio ao indivíduo em si, o camarada Mário Aguiar, homem enérgico que «aguenta» com coragem uma Assembleia Regional servil e anticomunista, mas do significado político de uma voz, de uma presença, de uma mensagem, de um contributo dinâmico para a luta democrática e para a própria dignificação de um órgão instituído pela Autonomia.

Como Mário Aguiar salientou na sua intervenção na 2.ª Assembleia dos comunistas da Região Autónoma da Madeira, realizada no Funchal no passado dia 17, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, **a actuação do Partido na Assembleia Regional pode ser analisada tendo em conta três grandes áreas:**

● **Em primeiro lugar**, a apresentação dos problemas, das carências e das necessidades mais sentidas pela população em geral e pelos trabalhadores em particular.

● **Em segundo lugar**, a denúncia da política do Governo Regional e do Governo da República no que se refere à Autonomia Regional e aos interesses da Região.

● **E em terceiro lugar**, as iniciativas legislativas, ou seja as propostas do Partido apontando a resolução de questões cujo papel cabe à Assembleia Regional, por ser o órgão primeiro da Autonomia e o único que pode exercer o poder legislativo na Região.

### Falar daquilo que «incomoda»...

Assim, lembra Mário Aguiar, foram denunciadas, entre outras, as seguintes questões:

**1.** A situação da água de rega que, sobretudo, no concelho do Funchal aflige e preocupa largos sectores de agricultores;

**2.** A situação da habitação teve por parte do Partido uma atenção muito especial, sobretudo no que se refere àqueles que têm como «moradia» uma furna. Não se pode compreender nem tão pouco aceitar que a 12 anos do século XXI muitas famílias tenham que viver em condições tão degradantes como as que se verificam nas furnas. Podemos afirmar que análises e estudos feitos em toda a Europa demonstraram que é unicamente na Madeira que se verifica a existência de seres humanos a «viverem» em furnas;

**3.** A situação das populações das zonas altas do Funchal sobretudo no que se refere às condições de acesso e de abastecimento de águas, situação esta que já atinge um estado preocupante na freguesia de São Martinho, foi, por várias vezes, levada à Assembleia Regional;

**4.** A situação da perda de poder de compra na RAM que, mesmo tendo em conta os dados fornecidos pelo Serviço Regional de Estatística, claramente manipulados se verificou que entre 1981 e 1987 o salário mínimo nacional subiu 139,4% e enquanto que o aumento de preços ao consumidor foi de 216,1%, o que corresponde a uma baixa significativa no poder de compra dos trabalhadores já que cerca de 42% da população activa ganhava menos de 30 contos por mês em 1987;

**5.** A situação do escorregamento das terras na freguesia de Machico situação essa que já começava a ter efeitos alarmantes nos moradores sobretudo no Sítio do Piquinho. A intervenção do Partido, com visita ao local e denúncia na Assembleia Regional, foi decisiva para que o Governo Regional em colaboração com a Câmara Municipal de Machico actuasse no sentido de corrigir o estado dos terrenos através da adequada drenagem.

Para além das questões referidas muitas outras poderiam ser citadas.

> Não é fácil fazer o balanço da actividade parlamentar desenvolvida pelo Partido na Assembleia Regional durante os últimos 6 anos.
>
> Desde logo há que destacar o papel importante que o Partido teve no trabalho desenvolvido no sentido de que aos deputados fossem dadas as condições necessárias para que pudessem desenvolver a sua actividade, condições essas traduzidas em apoios técnico, jurídico e logístico. Ao contrário o PSD defendia e defende que a dignificação do cargo de deputado se traduz através de bons vencimentos e outras regalias sociais.
>
> Por outro lado, o contributo do Partido foi fundamental para que fosse alterado o expediente utilizado pelo PSD de que as iniciativas da oposição que tivessem parecer negativo nas comissões não fossem discutidas em plenário, iniciativas essas que geralmente denunciavam as manobras do Governo Regional.
>
> Neste momento, embora com reservas de alguns deputados do PSD, todas as iniciativas são discutidas e votadas em plenário. ■
>
> **Mário Aguiar, na 2.ª Assembleia da Organização do PCP da Região Autónoma da Madeira**

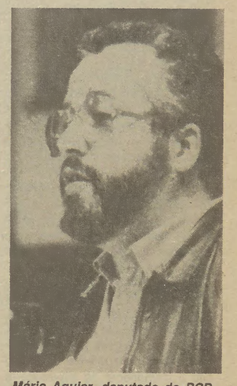
### A propósito de obras e subsídios...

Por outro lado a denúncia da política do Governo Regional foi uma constante da actuação do Partido na Assembleia Regional. Neste campo, a nossa intervenção baseou-se fundamentalmente na análise da utilização dos dinheiros públicos feita pelo Governo Regional. Se é verdade que foram efectuadas obras importantes para a população é indesmentível que a forma como essas obras foram realizadas, muitas vezes sem qualquer controlo e faseamento, permitia que alguns se aproveitassem dessas situações em benefício próprio.

O apoio ao patronato foi e é uma constante da política do Governo Regional, quer através de subsídios a fundo perdido, quer através de avales que, em muitos casos tiveram que ser pagos pelo próprio Governo devido a uma política de favores e compadrio e não de correcção de factores ou carências pontuais das empresas.

Basta referir que no Orçamento Regional para o corrente ano está inscrita uma verba de um milhão e novecentos mil contos destinada a apoios ao sector privado, nomeadamente a empresas de familiares de membros do Governo Regional.

Há subsídios que são dados não para projectos concretos que contribuam para o desenvolvimento da Região mas para encher os bolsos dessas famílias, como aconteceu com os 127 mil contos dados à Empresa Madeirense de Navegação.



*Mário Aguiar, deputado do PCP na Assembleia Regional*

### Iniciativas legislativas

As iniciativas legislativas incidiram sobre várias matérias, sendo de destacar as seguintes:

● Medidas de emergência para pagamento de salários em atraso;
● Regras para a elaboração, aprovação, execução e alteração do Orçamento Regional;
● Extinção da colonia;
● Defesa do património natural, nomeadamente algumas espécies em extinção;
● Regras para o financiamento das Autarquias Locais através do Orçamento Regional;
● Adequação dos valores do salário mínimo nacional, das pensões e das reformas à inflação regional;
● Estatuto Político Administrativo da Região;
● Suspensão das acções de despejo.

Apesar das limitações impostas pelo PSD, o nosso Partido tem desenvolvido a sua actividade na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, na defesa da Autonomia Regional e da legalidade democrática o que é claramente demonstrado através da riqueza das iniciativas atrás apontadas.

Mas, apesar da actividade e da acção do Partido, o PSD tem impedido sistematicamente que a Assembleia Regional assuma o seu principal papel que é o de fiscalização da acção governativa e o exercício em pleno do poder legislativo.

Basta referir que desde 1983 o Governo Regional não apresenta as contas da Região e o PSD nada faz para exigir o cumprimento do direito que a Assembleia tem de tomar conhecimento das contas da Região.

Por isso é necessário que todas as organizações do Partido tenham um papel importante no conhecimento e aprofundamento dos problemas dos trabalhadores e das populações de forma a que o trabalho do Partido na Assembleia Regional reflicta cada vez mais uma ligação mais profunda com a realidade existente na Região. ■

■ *Lígia Calapez*

# JAPÃO e COREIA DO SUL

## *Dois exemplos de exploração dos trabalhadores*

De cada vez que se intenta impor aos trabalhadores mais degradadas condições de vida e de trabalho – e para tal se invoca o irresistível impulso do «progresso», as cegas «exigências» da tecnologia – é coisa comum apontar-se alguns exemplos frutificados na Ásia, do Japão a Hong-Kong, de Singapura à Coreia do Sul.

Exemplos que se apontam a dedo, escamoteando cuidadosamente das razões e dos custos da competitividade de preços e dos resultados económicos (as mais das vezes sob a forma de superlucros para as multinacionais norte-americanas). Ou ainda, noutra fórmula, considerando coisa normal, inevitável até, que ao desenvolvimento económico se sacrifique o seu objecto: o homem.

Tais argumentos também em Portugal andam implícitos (explicitados mesmo outras vezes) na defesa de pacotes laborais, leis para a «flexibilização» do trabalho (e da vida...), exigências da CEE, do famoso mercado comum para 92, ou tão só para os profícuos investimentos da RFA ou do Japão.

Razões de sobra para aqui se falar um pouco de dois – diversos – exemplos, da tão gabada experiência asiática.

O exemplo do Japão, hoje um dos três centros maiores do capital no plano mundial.

O exemplo da Coreia do Sul, onde a negação das mais elementares liberdades e direitos democráticos é instrumento de superexploração dos trabalhadores. O que não impede ainda assim que continue a ser representado – de par dos outros três «dragões» – como símbolos até, de conseguido desenvolvimento económico.

Mas que desenvolvimento? E para quem?

### As malhas com que se tece a economia japonesa

A 16 de Fevereiro, uma dupla fila de camiões e viaturas, num cortejo organizado pela Federação dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro do Japão (Kokuro), partiu da cidade de Kagoshima, no Sul do Japão, em direcção a Tóquio.

Duas semanas e meia depois, o cortejo chegou à capital, onde foi recebido por uma concentração de massas. Ao longo do percurso, foram-se realizando dezenas de encontros nas diferentes localidades por onde se passava.

O cortejo de protesto organizado pela Kokuro teve como objectivo alertar para o desemprego que tem vindo a atingir os ferroviários, desde a privatização dos caminhos-de-ferro, em Abril de 1987. Privatizações como a dos caminhos-de-ferro e a das telecomunicações, entre outras, levaram à supressão de milhares de postos de trabalho.

Os «centros de liquidação», criados com o objectivo expresso de reciclar os trabalhadores expulsos dos seus postos de trabalho, para mais não serviram, na realidade, que para os empurrar para postos de trabalho não qualificado, frequentemente noutros ramos industriais.

Os reflexos dos despedimentos em massa não tardaram em fazer-se sentir. Nos quatro primeiros meses após a privatização, o número de acidentes nos caminhos-de-ferro duplicou, em relação a igual período de 86.

A política de privatização e de despedimentos, é acompanhada de medidas repressivas em relação aos sindicalistas. Em Junho passado, mais de 4800 trabalhadores dos caminhos-de-ferro perderam 5% dos seus prémios do Verão por terem andado com símbolos sindicais ou utilizado esferográficas com tais símbolos! Em geral, os maquinistas membros da Kokuro foram arbitrariamente transferidos para postos de trabalho menos qualificados. Até Novembro a Kokuro havia apresentado 208 queixas contra as formas de discriminação e repressão de que haviam sido vítimas trabalhadores sindicalizados.

Entre as fórmulas repressivas dirigidas contra os sindicalistas ferroviários, conta-se uma deveras significativa: trata-se dos «centros de reciclagem de talentos» (cerca de 1300 no conjunto do país), onde trabalhadores despedidos (e muito em particular militantes sindicais) são obrigados a executar trabalhos sem qualificação, nem nenhum paralelo com a sua profissão, como trabalhos em bambu, o fabrico de pisa-papéis a partir de pedaços de velho carril, a limpeza das vias férreas, entre outros.

Nas palavras de Toshio Shimada, vice-presidente da Kokuro, estes centros de «reeducação» teriam como objectivo «corrigir a mentalidade dos trabalhadores recalcitrantes» (na óptica do patronato, naturalmente). Sendo que «todo o contacto é interdito entre as pessoas de fora e os que vivem nestes centros, de que as construções cercadas de vedações e de arame farpado lembram estranhamente campos de concentração».

Os programas de «racionalização», lançados pelo grande patronato e pelas multinacionais, estão a levar ao desemprego dezenas de milhar de trabalhadores nos sectores-chave da economia, das construções navais à indústria têxtil, da siderurgia à química.

As cinco maiores empresas siderúrgicas prevêem o licenciamento de cerca de 25% da mão-de-obra actual.

De par do desemprego, está em curso o processo de «flexibilização» do trabalho. As emendas feitas às leis do Trabalho no Outono passado obrigam os trabalhadores japoneses, na prática, a fazerem horas extraordinárias de graça. Simultaneamente institucionaliza-se o trabalho a tempo parcial e a prática de trabalho «cedido», por empresas especializadas nas diferentes formas de trabalho precário.

Segundo previsões avançadas pela organização governamental de planificação económica, no início do próximo século um terço dos trabalhadores japoneses estará sujeito a uma forma de trabalho temporário.

Todos estes processos – «racionalização» e «flexibilização», acompanhados de diferentes formas de repressão – se desenvolvem num país onde os salários correspondem, em média a 54% dos praticados nos Estados Unidos e 64% dos dos trabalhadores da RFA.

### Coreia do Sul Ditadura contra os trabalhadores

Não é fácil a vida para os trabalhadores japoneses, como não o é em geral para os trabalhadores dos países capitalistas, em particular hoje, quando tão grande ofensiva se desenvolve contra direitos e conquistas fundamentais alcançados em decénios de luta.

Para os trabalhadores da Coreia do Sul, entretanto, é bem mais dura a realidade. São à partida negados direitos básicos. E face às suas lutas ergue-se a brutalidade da repressão de uma polícia de mãos livres, como é coisa corrente num quadro de ditadura.

No que respeita às condições de trabalho, 56 horas semanais é a média normal! Mas nos têxteis, por exemplo, pode ir até às 90. Os dias de férias, já de si poucos, são sempre reduzidos, como prática costumeira.

Segundo dados oficiais, do Ministério do Trabalho da Coreia do Sul, 86,9% dos trabalhadores sul-coreanos auferem de rendimentos inferiores ao «mínimo vital».

Também de acordo com um estudo oficial, a taxa de acidentes de trabalho conta-se entre as mais elevadas do mundo. Quanto à taxa de mortalidade em consequência dos acidentes de trabalho, é de 2 a 5 vezes mais elevada na Coreia do Sul que em Taiwan, e de 7 a 8 vezes comparativamente aos Estados Unidos, à República Federal Alemã e outros países capitalistas industrializados.

Passando a exemplos concretos, 31,7% das fábricas de construções mecânicas não estão dotadas dos adequados equipamentos de segurança. O patronato sul-coreano, com o aval cúmplice do governo, obriga os operários a trabalhar em *ateliers* em que a poluição atmosférica é de 3,5 a 27 vezes superior às normas máximas autorizadas.

Tais condições de trabalho são impostas através de uma prática e de leis abertamente repressivas.

Diversas leis limitam drasticamente a possibilidade de criação de sindicatos. Os trabalhadores não dispõem de nenhuma garantia constitucional no que respeita aos direitos de associação e de negociação colectiva.

É praticamente impossível fazer uma greve legalmente. O que de forma alguma significa que não haja greves. Hoje são milhares e milhares as empresas em que se verificam greves. Das lutas nas pequenas e médias empresas, está-se a passar às lutas nas grandes empresas, em que mesmo os trabalhadores da indústria de armamentos participam.

Contra os que lutam, a repressão é brutal. Os trabalhadores presos nas manifestações e condenados, constituem metade dos presos políticos. Muitos foram brutalmente espancados e torturados.

Este um dos exemplos apresentados pelo capital. Um exemplo hoje conturbado pelas lutas. Por isso mesmo, particularmente significativo. ■

*Grandes movimentos de massas na Coreia do Sul têm repetidamente posto em cheque a negação das liberdades e dos direitos democráticos — a outra face do «milagre económico»*

■ *Jorge Lemos*

# A revisão constitucional e a democratização da educação

**A** Constituição da República aprovada em 1976 ao estabelecer um conjunto de princípios democráticos na área da educação e do ensino veio traduzir profundos anseios do povo português, dando expressão a pontos essenciais das propostas do PCP no quadro da Reforma Democrática do Sistema Educativo.

## Os princípios constitucionais

A educação foi consagrada como **direito** de todos e não como privilégio para alguns.

Ao Estado passou a cumprir a promoção da democratização da educação, quer através da escola, quer através de outros meios formativos, por forma a contribuir para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática dos cidadãos na vida colectiva.

Com tal objectivo, o texto constitucional consagrou a garantia do direito à igualdade de oportunidades não apenas no direito de acesso à escola, mas também no direito ao sucesso escolar.

Para que fosse dado conteúdo concreto a estes princípios a Constituição fixou ao Estado um conjunto de incumbências de que importa salientar:

– a existência de um ensino básico, universal, obrigatório e gratuito;

– a criação de um sistema público de educação pré-escolar;

– a eliminação do analfabetismo e a garantia da educação permanente;

– a garantia de acesso dos cidadãos aos mais elevados graus de ensino;

– a progressiva gratuitidade de todo o sistema educativo;

– a inserção das escolas nas comunidades e a ligação do ensino à vida;

– a promoção e apoio do ensino especial para deficientes;

– o ensino da Língua Portuguesa e o acesso à cultura portuguesa para os filhos dos emigrantes.

A Lei Fundamental, de maneira plenamente inovadora no direito constitucional português, veio determinar a necessidade de transformação do ensino de modo a superar qualquer função conservadora de desigualdades económicas, sociais e culturais, dando especial destaque à questão do acesso à universidade, o qual «deve estimular e favorecer a entrada de trabalhadores e de filhos de trabalhadores».

Com vista a possibilitar a todos o acesso à escola, a Constituição fixou ao Estado a obrigação da criação de uma rede pública de estabelecimentos de ensino capaz de dar resposta às necessidades de toda a população, definindo, ao mesmo tempo, o papel fiscalizador daquele quanto ao ensino particular e cooperativo.

Referência merece, de igual modo, a consagração constitucional da garantia da liberdade de ensinar e de aprender, não apenas no sentido da liberdade de criação de escolas particulares e cooperativas, mas também na dupla vertente da efectiva garantia da liberdade das ideias na escola e do princípio da confessionalidade do ensino público.

Finalmente, importa salientar que o texto constitucional deu expressão aos princípios de organização democrática do sistema educativo consagrando, designadamente, o direito à gestão democrática das escolas com participação de professores e alunos.

Os princípios enunciados mantêm-se hoje inscritos na Constituição da República, sem que tenham sido afectados nas questões essenciais pela revisão constitucional de 1982, apesar dos esforços nesse sentido desenvolvidos pelos partidos de direita, então integrados na AD.

É por demais evidente o enorme fosso existente entre estes princípios constitucionais e as práticas governativas dos últimos doze anos que pouco ou nada tiveram a ver com a democratização da educação.

E é precisamente isso que tem faltado e que urge corrigir!

**Os princípios constitucionais que apontam para a democratização da educação conservam plena actualidade e precisam de ser desenvolvidos, potenciados e aplicados.**

## As propostas do PCP

Este, no essencial, o sentido do Projecto de Revisão Constitucional apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que visa levar mais longe os princípios constitucionais neste domínio.

Assim, são propostos:

1.º — a defesa da Língua Portuguesa, cabendo ao Estado assegurar o respectivo ensino, uso obrigatório e valorização permanente;

2.º — a adopção de medidas que previnam a utilização ilegal do trabalho infantil, assegurando a todos o cumprimento da escolaridade obrigatória;

3.º — a exigência de garantias de qualidade e critérios qualificativos para o reconhecimento oficial dos cursos ministrados fora do ensino público, pondo cobro a situações escandalosas, decorrentes, designadamente, da proliferação de universidades privadas.

São aspectos que, já hoje, estão parcialmente inscritos na Lei de Bases do Sistema Educativo, mas cuja importância aconselha a consagração constitucional.

Idêntico sentido têm as propostas apresentadas pelo Partido Ecologista «Os Verdes» que visam inscrever princípios gerais quanto às áreas disciplinares obrigatórias nos programas escolares, nomeadamente nos domínios da educação cívica, da educação sexual dos jovens e sensibilização das crianças e dos jovens através da escola para a defesa do ambiente, da paz e da amizade entre os povos.

## A direita contra a democratização da educação

De sinal contrário são as propostas apresentadas pelos partidos da direita, pelo PSD e pelo CDS, que visam retomar uma visão conservadora da educação e do ensino. Não se atrevendo, ainda, a pôr em causa princípios básicos hoje consagrados na Constituição e na Lei, não deixam, contudo, de avançar com propostas de alteração ou eliminação cujo conteúdo é bem elucidativo. Estão neste caso as propostas que visam:

– retirar a referência expressa no texto constitucional à necessidade de o ensino ser modificado de modo a superar qualquer função conservadora de desigualgades económicas, sociais e culturais;

– eliminar o preceito segundo o qual incumbe ao Estado o estabelecimento da progressiva gratuitidade de todos os graus de ensino;

– eliminar do texto constitucional as referências a medidas de discriminação positiva no acesso ao sistema de ensino, designadamente no acesso à universidade quanto ao estímulo e favorecimento da entrada de trabalhadores e de filhos de trabalhadores;

— consagrar um conceito redutor do princípio da liberdade de aprender e ensinar, tentando circunscrevê-lo, apenas à criação de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo;

— eliminar a referência expressa ao carácter democrático da gestão das escolas.

Estes alguns dos aspectos que a direita pretenderia ver aprovados. Afirmam eles que tal surgiria como corolário lógico de uma política que tem vindo a ser desenvolvida ao longo dos anos, que apontaria o caminho da «modernidade». Ou seja, adaptar a Constituição à política inconstitucional que vêm praticando.

Os resultados desta política estão à vista:

— continuamos a ser o país europeu com mais elevada taxa de analfabetismo;

— não está sequer assegurada para todos a escolaridade obrigatória de 6 anos;

— continuam por aplicar medidas significativas de discriminação positiva no acesso à educação e ao ensino designadamente em termos de apoio social escolar;

— os trabalhadores e os filhos de trabalhadores continuam à porta da universidade;

— são preocupantes as taxas de insucesso escolar;

— a rede pública de educação pré-escolar está longe de cobrir as reais necessidades do País;

— o ensino especial para deficientes é manifestamente insuficiente;

— a educação física e o desporto escolar surgem cada vez mais como privilégio de alguns e não como direito de todos;

— degrada-se a situação profissional dos professores e outros trabalhadores do ensino;

— não está assegurado o princípio constitucional da não confessionalidade do ensino público.

E os exemplos poderiam multiplicar-se!

Tudo isto se passa ao arrepio e contra as disposições constitucionais, muitas delas já desenvolvidas em Leis da República, de que merece referência especial a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em Junho de 1986 pela Assembleia da República.

## Defender, consolidar, alargar os direitos e garantias constitucionais

Há que alertar os mais incautos para os cantos de sereia, para as novas linguagens ou novas posturas, porquanto é por demais evidente que a actuação governamental não pode, e sobretudo não deve, ser analisada de um ponto de vista meramente sectorial. Ainda que, por hipótese, pudéssemos considerar de maneira positiva o anúncio de medidas com vista à resolução de problemas estruturais do sistema educativo (medidas de há muito reclamadas pelo PCP e pelo movimento popular de massas), tal facto não consegue esconder o verdadeiro rosto dos pacotes privatizadores, laborais, agrários, ou outras patifarias legislativas que o actual Governo traz no bojo. A concretização de tais medidas, e as consequências delas decorrentes, seriam em si mesmas factores acrescidos de agravamento dos já graves problemas com que se debate o Sistema Educativo e acarretariam, um mais marcado conteúdo de classe e elitização do ensino, com o consequente protelamento da consagração do direito constitucional à educação, nas suas vertentes do direito de acesso e do direito ao sucesso na escola.

A batalha em torno da defesa e aprofundamento dos princípios progressistas na área da educação e do ensino não está desligada dos aspectos gerais da luta em defesda dos princípios fundamentais que enformam a Constituição da República e assume importância acrescida no actual momento político.

Não menos importante se afigura, no entanto, o reforço da capacidade de intervenção concreta no dia a dia, aos mais diversos níveis, aprofundando a análise dos problemas actuais e sua perspectivação futura e a necessidade de se encontrarem as respostas que as situações reais reclamam. **Nós comunistas não nos limitamos à defesa dos textos pelos textos: tratamos de demonstrar diariamente a sua actualidade e modernidade. E sabemos inovar!**

Temos conquistas a defender. Vamos travar a batalha sem tibiezas. Estamos conscientes de que há ainda muito a fazer pela Reforma Democrática do Sistema Educativo para que se criem as condições, também a este nível, que permitam o desenvolvimento independente do País.

É esse o desafio que nos está lançado e que, por certo, iremos vencer! ■

# Gazetilha

*por Ignotus Sum*

### Protesto!

TV tão pouco liga
ao Cavaco. Mal feito.
Eu não sei se é defeito
ou mesmo se é intriga.
Mas que a TV não liga
ao Cavaco, é mau jeito.
Não, não, não há direito.
Ele tinha direito
à imagem sempre amiga.
Que diabo, o sujeito
é importante, que espiga!

E o que é que a gente vê?
Que é que sucede agora?
Acontece pra já
que na RTP
passa às vezes uma hora
sem que ele lá vá!

Protesto, eu que sou bruto.
Intervalos que vão
a mais do que um minuto
— é discriminação...

### De quem?

A Europa diz que tem
um cheirinho de vintém
ai que bem, que bem, que bem,
o dinheiro que aí vem
que alegria, minha mãe,
para quem é Pedro Sem
um tostão já nos convém
e a Europa diz que tem
um cheirinho de vintém
que nos olha com desdém
ieramá, nem isso, nem,
olha a massa que aí vem...

Mas para os bolsos de quem?...

### História de um inquérito «alarmista»...

O sangue tem glóbulos, leucócitos,
e outras coisas mais
mas correm nele além dos sobreditos
espantos bestiais.

Por isto e por aquilo
(a SIDA, o tal mistério!)
o País queria, para ficar tranquilo,
um inquérito a sério.

Vai, a Beleza achou isso de mais.
No seu ponto de vista
um inquérito dos tais
era «alarmista»...

Cavaco e sus muchachos, quem lhes dera
viver mais descansados.
Inquérito alarmista? Isso não era.
Eles, eles é que andam alarmados...

### A chave deles

A chave de Cavaco e sua gente
é a modernização.
Eu cá, sinceramente,
acho que nem é chave: é um chavão!

Mas pronto. O que se diz já pouco importa.
Porém, quando a palavra alguém ouvir
pergunte qual a porta
que a chave quer abrir.

Abre-se a porta ao latifundiário.
Abre-se a porta ao grande capital
abre-se a porta ao grande funcionário
internacional...

Por este andar
se a tal modernização por aqui medra
inda vamos parar
à idade da pedra...

Quer-se fazer de novo o que é já velho.
Isto assim não é chave: é um chavelho!

# Pontos Cardeais

## O marco

O 25 de Abril foi «o marco mais triste da História de Portugal» — afirmava ontem João Coito numa longa crónica daquela ilusão jornalística que dá pelo nome de «Jornal de O dia».
Entre lamentações várias das suas desditas pessoais, sempre acompanhadas da afirmação de que em nada contribuiam para a citada conclusão, Coito avança a páginas tantas uma pretensa explicação para o dito. A cuja é que então, antes do 25 de Abril, os jornalistas não eram obrigados a comparecer por tudo e por nada nas «salas frias do Tribunal» da Boa Hora, não havia salários em atraso, nem saneamentos políticos, nem privação de trabalho, nem selagem de jornais por insolvência (como aconteceu a «O dia»).
É uma evidência. Pessoas como João Coito estavam ao abrigo dessas coisas. Para elas, os julgamentos políticos eram uma diversão, as prisões políticas uma ficção, o Tarrafal uma invenção dos comunistas, as rusgas, as buscas, a repressão da PIDE/DGS um sonho mau que só acontecia aos outros. E trabalho havia a rodos para os amigos, bem como as ajudinhas de custo para os jornais a «bem do regime», a salvo das dívidas e outros pormenores de somenos.
Para quem tinha tudo isto é evidente que o 25 de Abril foi uma tristeza. A gente compreende.

## O interesse

Na AR vota hoje os quatro projectos de lei sobre baldios que ontem foram sujeitos a animado debate, perante a assistência atenta de muitos representantes dos utentes dos mesmos vindos a propósito do centro e norte do país.
Como curiosidade registe-se que todos os projectos (PSD, CDS, PRD e PS) se reclamaram da defesa dos interesses dos «povos serranos». Mas mais curioso ainda é o facto do requerimento do PCP para que a questão fosse submetida a consulta pública, por forma a ouvir as partes mais directamente interessadas, ter sido recusado.
Vítor Crespo, do PSD, falou pela maioria dizendo não haver necessidade de tal deligência.
Pois claro. Os interesses em jogo são muitos, não têm é nada que ver com os interesses «dos povos serranos».

## Democracia à americana

Quem quer ouvir falar de democracia, direitos humanos e amplas liberdades só tem que prestar atenção à Casa Branca, ao presidente Reagan e aos seus múltiplos porta-vozes. O trabalho nem é difícil pois a nossa RTP não se poupa a esforços para não perder pitada do que dizem e nos manter bem informados.
Pois é da democratíssima América que chega a notícia de que o Supremo Tribunal decidiu rever a lei que reconhece aos negros os mesmos direitos dos brancos em empresas privadas e outras actividades. A iniciativa tornou-se possível com o voto do presidente do Supremo, recentemente nomeado para o cargo por Ronald Reagan.
É só democracia.

## Os segredos de Cavaco

Segundo o «Expresso», o executivo de Cavaco Silva já começou a analisar um diploma que visa a catalogação dos documentos oficiais desde «confidencial» a «secreto», bem como a classificação dos funcionários da administração que a eles terão acesso. No mesmo documento, diz-se, estimula-se a denúncia dos funcionários menos zelosos no cumprimento das regras de segurança.
Já se sabia que para o governo PSD o segredo era a alma do negócio, mas ressuscitar os «bufos» francamente, é ir longe demais.

# Agenda

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 748
28 de Abril de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

## Quinta 28

• **PORTO**

Debate sobre a zona histórica da cidade, às 21.30, na Casa D. Hugo (junto à Sé), com a participação de Joaquim Miranda, deputado ao Parlamento Europeu, Oliveira Dias, vereador da CMP, Rui Sá, da Assembleia Municipal, Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Miragaia, arquitecto Ricardo Figueiredo e dr.ª Maria da Luz Sampaio, é uma iniciativa da CDU.

## Sábado 30

• **TOMAR**

Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **QUEIJAS**

Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **ALHOS VEDROS**

Plenário de Quadros da freguesia, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **MOITA**

Plenário de Quadros da Freguesia, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **ALCOCHETE**

A CDU presta contas à população, durante todo o dia.

## Segunda 2

• **BARREIRO**

Debate sobre o movimento comunista internacional, às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Domingos Lopes, esta iniciativa é promovida pela célula da Quimigal.

## Quarta 4

• **LISBOA**

Primeiro debate sobre: **«TAP-Empresa Pública ou Privada?»**, às 18.30 no Hotal Berna, promovido pela célula do Partido da TAP.

A já tradicional corrida espera a sua participação.

**INSCREVA-SE**

### • Lisboa

As comemorações do 1.º de Maio em Lisboa, são organizadas pelas **Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal/CGTP-IN**, e decorrerão sob o lema: **«Não à Política Laboral e Social do Governo Emprego, Democracia, Progresso»**. Durante a manhã, nas ruas da cidade, realizar-se-á a **corrida 1.º de Maio**, partindo às 10.30 do Estádio 1.º de Maio. Na **Alameda Afonso Henriques, manhã infantil,** à tarde, **concentração no Martim Moniz** e desfile para a Alameda, onde haverá um **comício** e a actuação dos grupos de música popular portuguesa, **«Rusga Campaniça»** e **«Romanças»**.

### • Porto

No **sábado**, às 15.00, **«Meeting Internacional do 1.º de Maio da CGTP-IN»**, no Estádio Municipal da Maia, às 22.00, na Praça da Liberdade, Av. dos Aliados, Pr. Humberto Delgado, **evocação dos acontecimentos do 1.º de Maio de 82 e colocação de flores junto às lápidas.** Espectáculo com a **Brigada Vítor Jara.**

No **domingo**, às 09.30, hastear das bandeiras dos sindicatos, concerto pela Banda de Música de Gondomar; às 10.00, **corrida 1.º de Maio** com partida da Praça da Liberdade; às 10.30, **manhã infantil**; 12.00, entrega de prémios da Corrida; 14.00, actuação do Grupo Folclórico e Cultural de Tardariz; 15.00, **concentração/comício**, com **intervenções sindicais**, seguida de desfile pelas ruas do Porto, encerramento com espectáculo de **Sérgio Godinho.**

Também no concelho, destacamos: Amarante, às 15.00, no Mercado do Povo; Felgueiras, às 15.00, no jardim em frente à Câmara; Lousada, às 15.00, no jardim do Senhor dos Aflitos; Freamunde, às 15.00, no Largo da Feira; Lordelo, às 15.00, no Mercado do Lordelo; Penafiel, às 15.00, no Campo da Feira; Santo Tirso, às 15.00, no Parque D. Maria; Vila do Conde, às 15.00, na Praça da República.

### • Braga

Concentração distrital às 16.30 e manifestação na Av. Central. Nos concelhos de Guimarães, Famalicão, Barcelos e Fafe, provas desportivas e concentrações.

### • Coimbra

Concentração, às 15.00, na Praça da República.

### • Évora

Concentração, às 10.00, na Praça do Giraldo.

### • Santarém

No distrito, as comemorações serão descentralizadas, assim: Santarém, Torres Novas, Entroncamento, às 10.00, manhã desportiva, almoço, 15.00, folclore, música popular com Jorge Lomba, 17.00, baile, vai ser e no Bonito!; Alcanena, Chamusca, Samora Correia, Tramagal e Couço.

# TV O Programa

## Quinta 28

### RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** «Selva de Pedra», 11.º epi.
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela** «Roque Santeiro», 140.º epi.
21.15 – **Primeiro Andamento**
21.45 – **Telemundo**
22.20 – **Série** «Terra Distante»
23.20 – **24 Horas**
23.45 – **Remate**

### RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.05 – **Pano Para Mangas**
15.40 – **Série** «Santa Teresa D'Ávila»
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.15 – **Telenovela** «Imigrantes», 237.º epis.
18.00 – **Ponto por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Magazine** «Ciência e Tecnologia»
22.05 – **Série** «As Teias da Lei»
23.00 – **Série** «Século XX – Do Oriente para o Ocidente»

## Sexta 29

### RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela** «Roque Santeiro»
21.15 – **Série** «Contos e Vigários».
22.20 – **O Programa das Festas**
22.50 – **Série** «O Tribunal da Polícia»
23.20 – **24 Horas**
23.50 – **Remate**

00.05 – **Pela Noite Dentro** «O Caso do Tapete Amarelo», real. Carlo Lizzani (Itália/1986)

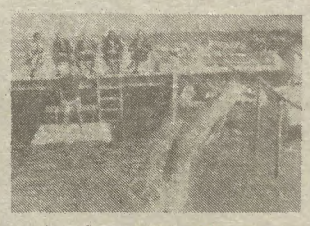
### RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**
15.40 – **Série** «A Grande Época»
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.15 – **Telenovela** «Imigrantes»
18.00 – **Ponto por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Clube de Jornalistas**
22.10 – **Série** «O Detective Cantor»
23.10 – **Entre Barreiras**
23.40 – **Troféu**

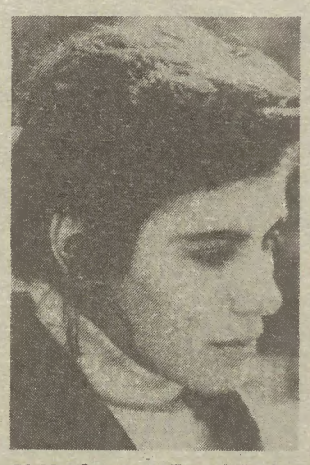
## Sábado 30

### RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
12.00 – **Trânsito**
12.30 – **TV Mulher**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Série** «Nas Asas do Vento»
14.00 – **Parlamento**
14.30 – **Concurso** «Sobe e Desce»
15.30 – **Petzi**



15.35 – **Sessão da Tarde** «Operação Golfinho», real. Nichols (EUA/1973)
17.15 – **Série** «O Capitão Power»
17.45 – **VivaMúsica**
18.40 – **Sete Folhas**
18.50 – **Jornal de Sábado**
19.20 – **Boletim Meteorológico**
19.25 – **Direito de Antena** — CGTP-IN e UGT
19.45 – **Totoloto**



20.00 – **Concurso Eurovisão da Canção**
23.30 – **Série** «Sim, Sr. Primeiro-Ministro»

24.00 – **Cinema da Meia-Noite** «Psico», real. Alfredo Hitchcock (EUA/1960)

### RTP2

09.00 – **Compacto Totally Live**
13.15 – **Compacto Selva de Pedra**
16.00 – **Troféu**
20.00 – **Música N'América**
21.00 – **Uma Boa Ideia**
21.30 – **Aplauso**

## Domingo

### RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **PME** — Uma Aposta no Futuro
13.55 – **Série** «A Casa de Irene»
14.00 – **Série** «O Mundo da Natureza»

14.55 – **Primeira Matinée** «O Ladrão de Bagdad»
16.40 – **Clube Amigos Disney**
19.00 – **Série** «Um Anjo na Terra»
20.00 – **Jornal de Domingo**
21.05 – **Boletim Meteorológico**
21.10 – **Série** «Humor de Perdição»
22.20 – **«Pavilhões Distantes»**
23.25 – **Domingo Desportivo**

### RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
12.20 – **Novos Horizontes**
12.45 – **Caminhos**
13.20 – **Troféu**
17.00 – **Série** «O Mundo de Smithsonian»
18.00 – **Série** «5.ª Dimensão»
19.00 – **Piano Bar**
20.00 – **Série** «Quem Sai aos Seus...»
20.30 – **Artes e Letras**
21.40 – **Cineclube** «Le Dejeuner Sur L'herbe», real. Jean Renoir (França/1959)

## Segunda 2

### RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.10 – **Série:** «Mátria»
21.45 – **Concurso:** «Com Pés e Cabeça»
23.30 – **24 Horas**
00.05 – **Remate.**

### RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**
15.40 – **4.º Concurso Internacional de Mozart**
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela:** «Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série:** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Bailado:** «Pina Baush».

## Terça 3

### RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Vamos Jogar no Totobola**
20.30 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.35 – **Programa da Direcção de Informação**
22.25 – **Série:** «Assassínio Misterioso»
23.35 – **24 Horas**
23.55 – **Remate.**

### RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Dois Dedos de Conversa**
15.40 – **Série:** «Dallas»
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela:** «Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série:** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Série:** «Lá em Casa Tudo Bem»
22.10 – **CinemaDois:** «O Fim da Missa». Real. Nanni Moretti (Itália/1985).

## Quarta 4

### RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.15 – **Lotação Esgotada:** «O Leão de Inverno». Real. Anthony Harvey (Grã-Bretanha/1968)
23.35 – **24 Horas**
23.55 – **Remate.**

### RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**
15.40 – **Piano Bar**
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela:** «Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Futebol:** «1.ª mão da final da Taça UEFA»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Série:** «Joana» (1.º epis.)
22.05 – **Clube de Imprensa**
22.35 – **Fantasia e Realidade.**

# Teatro O Cartaz

• LISBOA

**Casa da Comédia**. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

**Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.

**Sala do TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sexta a sáb. às 21.45. **O Tio Simplício**, de Almeida Garrett, enc. de Agostinho Macedo, pelo **Teatro Livre.**

**Ritz Clube**, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile**, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo **A Barraca**.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom. às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César de Oliveira e Henrique Santana.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo **Novo Grupo.**

**Teatro do Bairro Alto**, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00 **Três Irmãs**, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela **Cornucópia**. De 3.ª a 6.ª às 15.00 (para escolas); sáb. às 16.00, dom. às 21.30. **Acende a Noite**, de Ray Bradbury, enc. de José Caldas.

**Teatro Nacional, Sala Garrett.** De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca. — **Sala Gil Vicente.** De 3.ª a sáb. às 22.00, sáb. e dom às 17.00. **A Infância de Leonor Távora**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. Diariamente às 21.45, dom. às 16.00. **Calcinhas Amarelas**, de José Vilhena.

**Teatro Vasco Santana**, Av. da República, **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

**Teatro dos Modestos**, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **O Pássaro Verde**, de Carlo Gozzi, pelos **Comediantes**.

**Tearto**, Rua do Heroísmo, 86. De 5.ª a dom. às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **Estilhaços**, de Castro Guedes, pelo **TEAR**.

• ALGÉS

**1.º Acto – Clube de Teatro**. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **O Circo dos Enganados**, de Miguel Rovisco, enc. de Guilherme Filipe, pelo **Grupo Persona.**

• BRAGA

**Teatro Circo**, às 21.45. **Com a Arma de Bogart**, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA – Companhia de Teatro de Braga.

*Para Crianças*

• LISBOA

**Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a 6.ª (para escolas), sáb. e dom. às 17.00. **A Nora**, de Gonçalo Fernandes Trancoso, enc. de João Brites, pelo **O Bando.**

**Junta de Freguesia de Carnide**, Largo das Pimenteiras, 6-A. Sáb. às 16.00, dom. às 11.00. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

**Teatro Nacional**, Sala Garrett. Sábado, às 16.00. **Zaca Zaca**, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

**TIL – Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

**Teatro Ibérico**, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

• Cascais

**Espaço Tec**, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a 6.ª, às 10.30 e 14.30 (para escolas); sáb. e dom. às 16.00. **O Varredor de Lágrimas**, de Ana Mourato e Suzete Bragança, pelo **Grupo Joana.**

• ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto Figueiredo. Sábado às 18.00, dom. às 17.00. **Fuga a Pés Juntos**, de José A. Gouveia.

• LOURES

**Teatro de Malaposta**, o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, estreou a sua primeira peça teatral, com o título: **«Comédias do Ilustre Amigo»**, a dramaturgia e encenação são da responsabilidade de **José Martins, José Peixoto** e **Mário Barradas.**

# Cinema — A selecção

| | | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A | Atracção Fatal | — | ★★ | ★★ | ★★ | ★★ |
| B | As Asas do Desejo | ★★★ | ★★★★ | ★★★ | ★★★ | ★★★ |
| C | Diabo no Corpo | ★ | ★★★ | ★★★ | ★★★ | — |
| D | Esperança e Glória | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★ | ★★★★ |
| E | O Feitiço da Lua | ★★★ | — | ★★ | ★★ | ★★ |
| F | Grita Liberdade | ★★★ | — | ★★ | — | ★★★ |
| G | Império do Sol | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★ | ★★★★ |
| H | Jogo Fatal | ★★★★ | ★★★ | ★★★ | — | — |

*Classificação de ★ a ★★★★★*

A — Real. Adrian Lyne – **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **S. Jorge/2** (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) – **Lisboa.**

B — Real. Wim Wenders – **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

C — Real. Marco Bellocchio – **Mundial/2** (14.00, 16.15, 19.00, 21.45) – **Lisboa.**

D — Real. John Boorman – **Amoreiras/6** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); **Apolo 70** (14.00, 16.30, 21.00); **Castil** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

E — Real. Norman Jewinson – **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); **Amoreiras/1** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); **Mundial/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30) – **Lisboa.**

F — Real. Richard Attenborough – **Amoreiras/5** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30); **S. Jorge/3** (14.15, 17.30, 21.00) – **Lisboa.**

G — Real. Steven Spielberg – **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/2** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Ávila** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **7.ª Arte** (14.00, 16.30, 21.45, 00.15); **Terminal** (13.00, 15.30, 18.15, 21.30, 24.00); **Tivoli** (15.15, 18.15, 21.30) – **Lisboa.**

H — Real. David Marnet – **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

# Exposições...

**• LISBOA**

**Ana Mor** — Aguarelas. Imprevisto, Trav. da Laranjeira, 35. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 15/5).

**Antão Almada**— Pintura. Galeria «A Janela Verde», Rua do Olival, 9 (até 5/5).

**António Viana** — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 18/5).

**Arte Portuguesa no Século XIX** — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª) 31/5.

**Augusto Barros** — Pintura. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13-1.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30 (até 3/5).

**Brinquedos Cabo-Verdianos** — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 30/4).

**Carlos Barroco** — Pintura. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 30/4).

**«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro».** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**6 Escultores** — Galeria São Bento, Rua do Machadinho, 1 (até 30/4).

**Francisco Rocha** — Escultura. Convento dos Inglesinhos, Travessa dos Inglesinhos, 2.

**Guelfão** — Pintura. Artex Galeria de Arte, Rua Nova do Almada, 87. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

**Joalharia Belga Contemporânea** — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. e dom. das 10.00 às 17.00.

**Joaquim Bravo** — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

**Joaquim Lourenço** — Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 3/5).

**Laura Cesana/Jorge Vieira**. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/5).

**Lenços de Namorados** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Manuel Amado** — Pintura. Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10.30 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 9/5).

**Manuel Vieira** — Pintura e desenho. Atelier, Rua da Emenda, 66. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 12/5).

**Margarida Cepêda** — Pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 17/5).

**Margarida Lagarto** — Galeria Leo, Travessa da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 30/4).

**Maria Antónia Santos** — Pintura. Galeria de Arte das Amoreiras, 2.º piso. Diariamente das 9.00 às 24.00 (até 1/5).

**Mário Tropa/Carlos Henrich** — Instituto Alemão, Campo dos Mártires da Pátria, 37 (até 6/5).

**Mestres da Pintura Búlgara** — Fundação Calouste Gulbenkian. Galeria das Exposições Temporárias.

**Miguel Branco e Rosa Almeida Filipe** — Pintura. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 16.00 e dom. das 16.00 às 19.00 (até 30/4).

**Museu da Água de Manuel da Maia** — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

**«Por Mar e Terra...»** — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

**René Bertholo** — Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.00 (até 20/5).

**Rui Azevedo** — Pintura. Multiface, CC Gemini. Das 9.00 às 22.00 (até 15/5).

**Teresa Vasconcelos** — Escultura. Galeria Santa Justa, Rua de S. Justa, 93-2.º. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 11/5)

**Thomaz Iamelli** — Pintura e gravura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

**Valente Alves** — Pintura. Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 30/4).

**• PORTO**

**«A classe operária e a máquina na fotografia desde 1857 até hoje»**. Organizada pelo Instituto Alemão. Casa do Infante.

**António Dacosta** — Retrospectiva de pintura. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977.

**Alfredo Barros** — Pintura. Galeria EG, Rua Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

**Marta Seixas** — Pintura e desenho, Rua Costa Cabral, 777, Lj. 8. Diariamente das 09.30 às 12.30 e das 14.30 às 22.00

**Pedro Saraiva** — Pintura. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 12/5).

**Rui Aguiar/Asle Svarderud** — Pintura. Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-68. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30, sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

**• OUTRAS LOCALIDADES**

**5 Mulheres do Alentejo** — Centro Cultural de São Lourenço (até 20/5) ALMANSIL.

**«As Festas»** — Convento de Verderena. Aos sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.

**Mariano Piçarra** — CEF, Rua Bernardim Ribeiro, 80. COIMBRA.

**Ponto de Vista-/Ponto de Fuga** — Museu Machado de Castro (até 30/4). COIMBRA.

**Xana** — Desenhos. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 15/5). COLARES.

**Manuel Rosa** — Escultura. Quiosque St.ª Clara. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 7/5). GUIMARÃES.

**Francisco José Simões** — Desenho e pintura. Casa do Adro (até 2/5). LOURES.

**Arquitectura berlinense** — Edifício do Turismo e Sala de Exposições do Sport Operário Marinhense. MARINHA GRANDE.

**Colectiva de Artistas da Monumental** — Centro Cultural Emmerico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.

**Tendências dos Anos 80** — Centro de Arte Moderna, Rua Alão de Morais, 473. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 23.00, dom. das 14.00 às 20.00. S. JOÃO DA MADEIRA.

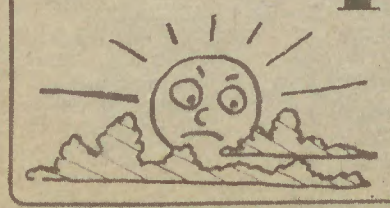
**Hélder Cerqueira** — Casa do Bocage/ /Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.

**Maria e Carlos Santos** — Galeria de Exposições Temporáris do Museu Regional. SINTRA.

**Fernando Pinheiro** — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

**Colectiva** — Pintura de Bual, Relógio, Rogério Amaral, Calvet, Carreiro, Rocha de Sousa. Galeria Neupergama, Rui Miguel Bombarda (até 28/4). TORRES NOVAS.

# Tempo — Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado. Períodos de chuva. Vento moderado, por vezes com rajadas.

*Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica*

# ...e ainda — Música, debates, etc.

## Cinema

Amanhã no Quarteto, às 18.45, sessão organizada pelo **ABC Cineclube de Lisboa** com o filme **Veludo Azul**, de David Lynch, a encerrar um pequeno ciclo dedicado a este realizador.

Das sessões especiais anunciadas para esta semana, destaque na Cinemateca para a projecção de **Cavalgada Heróica**, o célebre filme de John Ford realizado em 1939 com John Wayne. Em versão original, na sexta-feira às 18.30.

## Música

Hoje às 21.30, no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, realiza-se o primeiro dos dois concertos programados com a **Orquestra Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Max Rabinovitsj**, sendo solista ao piano **Elizabeth Allen.** Do programa constam obras de Mendelssohn, Marcos Portugal e Haydn.

Este programa repete-se amanhã, dia 29, a partir das 18.30, na mesma sala.

Ainda na Gulbenkian-Grande Auditório, nos dias 2 e 3 e sempre com início às 21.30, concertos pela **Orquestra da Rádio Sudoeste Alemã** (Baden-Baden) com o maestro **Michael Gielen,** que também estará no Coliseu dos Recreios de Lisboa para mais dois concertos nos dias 1 e 4 às 21.30.

Os concertos desta orquestra sinfónica da RFA dão início aos **12.os Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea**, que se prolongam até 12 de Maio e incluem esta semana, no Grande Auditório e às 18.30, dois outros recitais: o de piano por **Philip Mead** (Obras de Messiaen) no dia 3, e o do **Grupo Música Nova** sob a direcção de **Cândido Lima** no dia 4.

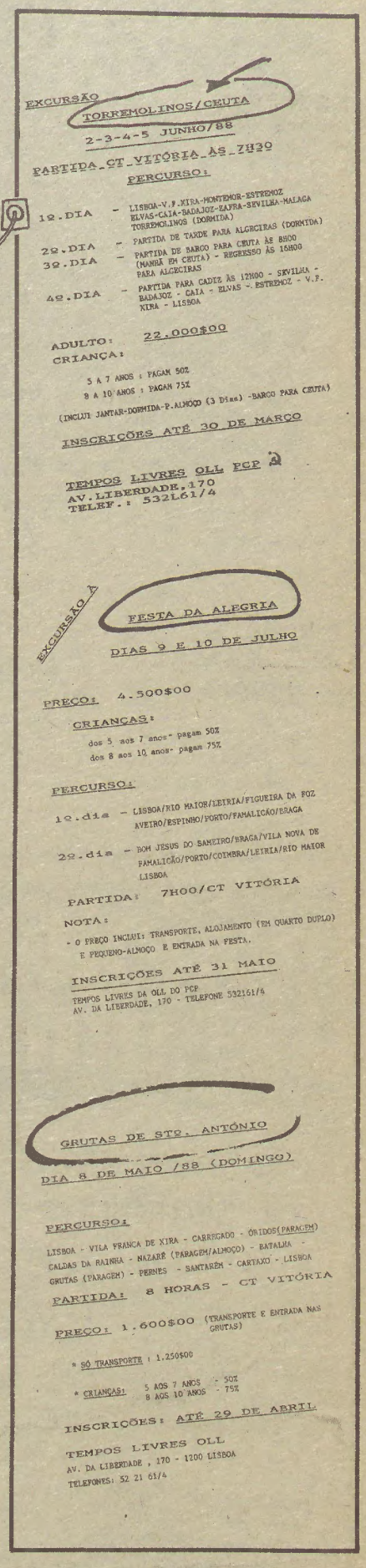
No Teatro da Trindade a Companhia do Teatro Nacional de S. Carlos leva à cena nos dias **28 de Abril** e **2 de Maio** às 20.30 e no **dia 30** às 16.00 a ópera em 2 actos de Rossini **«O Barbeiro de Sevilha»**.

## Guinot na Aula Magna

**Esta Palavra Mulher** se chama o espectáculo que Maria Guinot apresenta na sexta-feira, 29, com início às 21.45, na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa. No espectáculo, que tem direcção musical de Pedro Osório, participam ainda como convidados **Fernando Tordo, José Fanha** e **Paulo de Carvalho.**

## Pessoa no CESL

No Café-Concerto do CESL termina amanhã, sexta-feira, o primeiro ciclo de animação daquele espaço, a decorrer há semanas: «Fernando Pessoa, 100 anos». O tema será «Fernando Pessoa, ele mesmo e os outros» — uma conversa que a professora **Ivette Centeno** conduzirá. Participa ainda **Lia Gama**, que será acompanhada ao piano pelo maestro Fernando Poitier na interpretação de canções e poemas.




## VERDE MAIO

(Espectáculo de Fado sobre a história do 1.º de Maio)

**Guião de Chico Viana Filho**

**Ao longo de 2 horas, através do Fado, de diapositivos e textos declamados, queriamos dar-vos a conhecer a história do 1.º de Maio, Dia Mundial dos Trabalhadores.**

**PARTICIPANTES**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Declamadores: | Maria Eufémia<br>Mário Dias | Fadistas: | Luis Oliveira<br>Chico Machado<br>Vitor Lemos<br>Manuela Tonizzetti<br>César Pinto<br>Olímpio Lopes<br>Lena Lemos<br>Zé Rodrigues |
| Audiovisuais: | Acácio<br>Luis Filipe | | |
| Som: | Fernão | | |
| Guitarra: | Luis Gonçalves | | |
| Viola: | Quim Oliveira | | |

# Síntese semanal da IMPRENSA

***«Amanhã, precisamente amanhã,*** dizia o «DN» de 24 de Abril, ***é o 14.º aniversário. Evidentemente, haverá quem não goste e esses estão no seu pleno direito (um direito, aliás, que lhes foi conferido em consequência da data cujo 14.º aniversário se celebra).»*** De facto, como se comprovou quer na maior parte dos jornais (e faltam os inefáveis semanários — todos!), quer escandalosamente na televisão, há quem não goste e não perca pitada do direito de o afirmar. Para isso, câmaras, microfones, papel à disposição. Mas sempre houve quem conseguisse escrever nos jornais como se estivesse connosco na diversidade que foi a rua. Preocupando-se, reflectindo, corajosamente **comemorando.**

## «Pergunta a todos nós, portugueses»

«Se lhe dissermos, leitor, que uma aluna do 11.º ano de uma escola secundária de Lisboa definiu o 25 de Abril como «uma revolução para acabar com a monarquia passando a ser uma democracia», talvez pense tratar-se de uma brincadeira. Mas não. A jovem em causa foi uma das muitas que responderam a um inquérito do «DN Magazine» destinado a saber que referências têm, rapazes e raparigas, de um passado recente com influências decisivas nos dias de hoje. Se é certo que os resultados não podem ser tomados como «científicos», já que não se tratou de uma sondagem com os requisitos próprios, não é menos verdade que podem servir de pista para estudo mais aprofundado. (...)

Não é difícil concluir, após a leitura dos resultados, que os jovens estão mal informados sobre a nossa História recente. Esta amostragem necessariamente incompleta, é porém significativa de que nem a escola nem os próprios pais cumprem a função elementar de dar aos mais novos dados essenciais que os ajudem a compreender o que se passa à sua volta.

Só assim se percebem respostas como Teófilo Braga ou Carmona terem sido eleitos presidentes no primeiro sufrágio directo e universal feito após o 25 de Abril de 74, ou da associação de Spínola à Presidência da República ou do Governo antes de 74.

A sucessão de Eanes foi outra pergunta com resultados dignos de registo. Pode ser difícil a um jovem saber quem foi o primeiro presidente da Junta de Salvação Nacional, mas é inquietante 40.3% não terem conhecimento de que Mário Soares foi eleito Presidente depois de Ramalho Eanes. A interpretação do Movimento dos Capitães surge à frente como a pergunta com maior universo de respostas em branco ou «não sei» — 90.3%. Ao contrário, o 25 de Abril foi a que menor percentagem de respostas em branco alcançou — 7,6%.

Este, talvez o dado mais animador. O 25 de Abril ainda é uma referência e maioritariamente positiva.

Mas se mesmo para jovens de 17 e 18 anos, tudo o resto é tão difuso, o que acontecerá daqui a mais algum tempo?

Esta pergunta aqui fica, desta feita para ser respondida não só pelos alunos das escolas, mas por todos nós, portugueses.»

**(«DN Magazine», 24 Abril)**

## «O passado venceu em Abril» (de como se ensinou a Liberdade)

• «Aqueles que nasceram sob o perfume dos cravos nascidos do asfalto das ruas celebram, ao mesmo tempo que a Revolução, a entrada na adolescência.

Não possuem memória da festa e ainda bem, dir-se-á, porque tal se deve ao seu jovem passado só conservar recordações de Liberdade; certo é que compartem um passado colectivo por felicidade ignorado, mas sem proveito. O seu esconjuro prevaleceu sobre a sua explicação; com simples palavras indutoras de repulsa de recalcou uma negrura de vida na ilusão de novamente nascer; assim, o esquecimento tomou a vez da recusa consciente, acompanhado da partidarização da verdade. (Não admira que poucos se ericem ante a permanência de valores e estilos que teceram a opereta trágica do fascismo português no programa em curso comemorativo dos Descobrimentos.) Para mais, a Revolução ficou a dever-se a uma das principais componentes do regime derrubado, as Forças Armadas, envolvidas havia treze anos numa guerra colonial (e também não admira que sobre estas páginas da nossa história recente tenha caído um nocivo silêncio).»

«Se aqui se destaca a resistência antifascista é que, por ter sido selecta, foi gloriosa. Exceptuando raríssimas circunstâncias, o combate contra o regime nunca assumiu proporções de luta de massas; o povo, mantido à distância do processo político, tomava-o como realidade estranha e não o identificava como origem do seu atraso, da sua miséria (e das suas miseráveis) — tão-só como responsável pelas prisões e pelas torturas, o que emergia de uma teia sabiamente tecida de amolecimento e convívio com a perversidade. A decantada brandura de costumes, mas só desmentida na fronteira da ameaça à ditadura, aferventava um caldo de mornas resignações mais ou menos cúmplices, ignorantes ou espertalhonas, e mantinha enredos que asseguravam a manipulação das consciências, a deformação do modo de pensar, a viciação dos sentimentos, a submissão pela sobrevivência, o medo — as mais terríveis armas, se bem que as menos visíveis, do fascismo.

Porque assim foi durou o regime perto de cinco décadas, acometido por generosos assaltos frustrados. Como todos os povos vivem e morrem à sua medida, o fascismo português protelou-se morfínico, tóxico, com uma astúcia que não deve cegar-nos para a sua pequenez saloia. Meticulosamente castrante, os que pela cultura, pelo esclarecimento, pela coragem lhe iludiram as malhas do conformismo erigido em projecto nacional, atingiram uma grandeza cujo registo pode conferir à obrigação comemorativa imposta pelas datas decisivas a dimensão de exemplo que o futuro requer.»

«Foram esses, que desterraram a prudência e ousaram o cumprimento do dever cívico, os precursores de Abril, os que mantiveram com viril desvelo a esperança, recusaram a demissão, deram o peito à luta em terrenos vários, não se conluiaram, assumiram integralmente o estatuto de inimigos do regime. Sobreviveram, nas convicções e no ardor, e múltiplas derrotas — algumas por certo devidas à desproporção entre a generosidade e a previsível eficácia —, morreram assassinados de diversas maneiras, penaram nos cárceres infindáveis anos, torturados por múltiplos processos, conheceram o exílio com o que foram obrigados a desviar para outras terras o benefício das suas obras, exercendo sempre um magistério cívico e político que aferiremos hoje não pela delimitação ideológica, mas pelo insano esforço de desnudar a tirania e abalar o povo, despertando-o para a raiz dos seus males incompreendidos, ensinando-o a chamar Liberdade àquele vago anseio que nem os mais resignados ou acomodados conseguem permanentemente repelir. Um povo cujo levantamento procedeu a Revolução deve a essa minoria o reconhecer que foi ela a semeadora dos cravos colhidos em Abril, amorosamente cultivados em masmorras, desesperos, perseguições, sobre túmulos de mortos e vivos, num silêncio doloroso. Não enjeitará com isto a glória que reservou expressivamente aos capitães de 1974; recolherá, isso sim, o exemplo revigorante dos homens e mulheres que resistiram tantas décadas quantas o fascismo nos oprimiu e mutilou, comprometeu ou indignou.»

«O antigamente, como é referida a ditadura na linguagem popular, correspondia de facto a um projecto, não a uma decorrência malquista do regime. Não basta exorcizá-lo para o enterrar; nem teria mesmo bastado julgá-lo, como era imperativo de Justiça, traído; há que erguer o futuro liberto, não já das grilhetas de Peniche ou de Caxias, mas ainda das covardias pacientemente instiladas, das poltranices videirinhas erigidas em curso de sobrevivência, da rendosa exploração do medo antigo, de habituação à escravatura suportável, da ignorância, da sufocação do pundonor. O combate pela Liberdade é permanente, e o regime cuja queda mais uma vez jubilosamente comemoramos aguarda ainda este supremo julgamento, decerto o final.»

**João Paulo Oliveira, «Diário Popular», 23 Abril**

a noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

Direcção de **Evgueni Velikhov.**
**vice-presidente**
**da Academia das Ciências da URSS**

Nunca será de mais sublinhar o impacto sensacional das conclusões de eminentes cientistas soviéticos baseadas nas suas investigações sobre os efeitos globais a longo prazo de uma guerra nuclear. Os seus resultados concordaram plenamente com os dados obtidos por cientistas americanos, embora tenham usado metodologias e programas de investigação diferentes.
Destacados cientistas soviéticos e americanos apresentaram a sua sombria e perturbadora mensagem em conferências internacionais realizadas em Moscovo e Washington e num seminário na Academia Pontifícia de Ciências no Vaticano, em Janeiro de 1984.
A conclusão dos cientistas é clara e inequívoca: o emprego mesmo de uma pequena parte do arsenal nuclear que hoje existe no mundo resultaria numa «noite nuclear» e num «Inverno nuclear» que acabariam por causar um desastre ecológico global sem precedentes.
Tal «bomba atmosférica» significaria a extinção de tudo o que de vivo existe na Terra.
Este livro cobre as principais investigações sobre o assunto realizadas pelos cientistas soviéticos sob os auspícios da Comissão de Cientistas Soviéticos para a Defesa da Paz contra a Ameaça Nuclear.
Os destacados cientistas soviéticos que contribuíram para esta colectânea descrevem de maneira acessível, mas com um nível científico elevado, a essência dessas investigações vitais, que podem vir a tornar-se o ponto de viragem nesta insensata e extremamente perigosa corrida aos armamentos nucleares.

*edição ilustrada*
*182 págs. — 950$00*

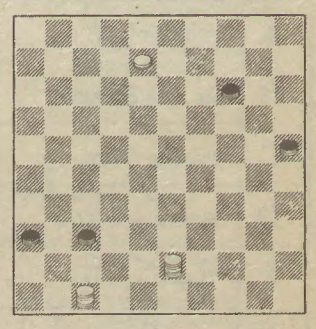
edições Avante!

# Damas

**CLI — 28 de Abril de 1988**

**Proposição N.º 151**

**Por:** L. Vrijland
— Holanda, 1979
**Pr.:** [4]: 14-25-36-37
**Br.:** [3]: 8-(43)-(47)



Jogam as brancas e ganham

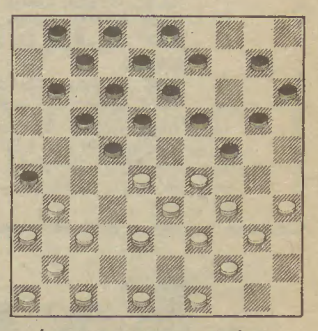
⁂

**Golpe N.º 151**

**Por:** Levitan
Campionato de Leninegrad, 1966

**Pr.:** [18]: 1-2-3-4-7-8-9-10-11-12--13-15-17-18-19-20-24-26

**Br.:** [18]: 16-28-29-31-33-34-35--36-37-38-39-40-41-44-46-47-48--49



Jogam as pretas e ganham

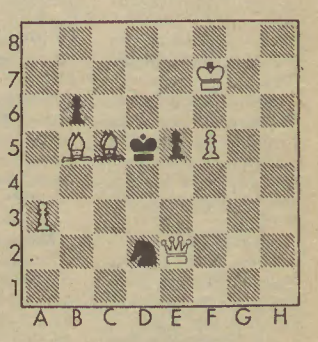
⁂

**Soluções do N.º CLI**

**N.º 151 (L. V.):** 43-48 (25-30) **A**; 48x9 (36-41) **B**; 47-36 (37-42); 8-3! (42-47) **C**; 9-4 **SE:** (47-15) 36-47+ **SE:** (47–...) 3-20 e 36--47+**C**–**SE:** (42-48) 9-25 (48-42 ou 37) 36-31 e 25-48+**B** — **SE:** (37-42) 47x15! (36-41) 9-14 (41--47) 8-2 (47-36) 14-41 e 2-24 e 15x47+

# Xadrez

**CLI — 28 de Abril de 1988**
**Preposição N.º 151**
**Por:** N. Stadnitchienko
«Molodoy Rabotchi», 1927
**Pr.:** [4]: Ps. b6, é5-Cd2-Rd5
**Br.:** [6]: Ps.a3, f5-Bs.b5,ç5-Dé2--RF7



Mate em 2 lances

⁂

**Jogo N.º 151**
WIJK-AAN-ZEE, 1988
**Br.** A. Karpov — **Pr.** I. Farago

**1.** é4, é6; **2.** d4, d5; **3.** Cç3, Bb4; **4.** é5, ç5; **5.** a3,B:ç3+; **6.** b:ç3, Cé7; **7.** Dg4, Dç7; **8.** D:g7, Tg8; **9.**D:h7,ç:d4; **10.** Cé2, Cbç6; **11.** f4, Bd7; **12.** Dd3,d:ç3: **13.** D:ç3,Cf5; **14.** Tbl, Tç8; **15.** Bd2,b6; **16.** g3, Db7; **17.** Dd3, Cçé7; **18.** Tgl, Tç4;**19.** g4, Ch4;**20.** Tg3,Dç8; **21.** Tb2,Chg6; **22.** Tf3,Cç6; **23.** Tf2, Th8; **24.** h3,Dd8; **25.** Dg3, Dé7; **26.** Tf3, Dç5; **27.** Rdl, Ta4; **28.** Tç3, Dé7; **29.** Cçl,d4; **30.** Tb3, Ca5; **31.** Tb4, Cb7; **32.** T:a4, B:a4; **33.** Tb4,Dd7; **34.** Cb3,d3; **35.** D:d3,D:d3; **36.** B:d3 B:b3; **37.** T:b3, Cç5; **38.** Tç3, Ré7; **39.** Bfl,Td8; **40.** Tç4 e Pr. abandonam.

**Solução do N.º 151**

**Chave: 1.** f6! blocus!
**1.** ..., C joga; **2.** Dç4 + +
**1.** ..., b:ç5; **2.** Dd3 + +
**1.** ..., é4; **2.** Dh5 + +
**1.** ..., R:ç5; **2.** D:é5 + +

■ **A. de M. M.**